

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

A Percepção dos Oficiais da Marinha sobre a Guerra do Paraguai: uma análise de conteúdo a partir da revista Navigator

Gustavo Gordo de Freitas

Pelotas
2024

Gustavo Gordo de Freitas

A Percepção dos Oficiais da Marinha sobre a Guerra do Paraguai: uma análise de conteúdo a partir da revista Navigator

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Etiene Villela Marroni
Linha de Pesquisa: Instituições e Processos Políticos

Pelotas
2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

F863p Freitas, Gustavo Gordo de

A percepção dos oficiais da marinha sobre a Guerra do Paraguai
[recurso eletrônico] : uma análise de conteúdo a partir da revista
Navigator / Gustavo Gordo de Freitas ; Etienne Villela Marroni, orientadora.
— Pelotas, 2024.

114 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal
de Pelotas, 2024.

1. Guerra do Paraguai. 2. Revista Navigator. 3. Análise de Conteúdo.
4. Oficiais da Marinha. 5. Marinha do Brasil. I. Marroni, Etienne Villela,
orient. II. Título.

CDD 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Gustavo Gordo de Freitas

A Percepção dos Oficiais da Marinha sobre a Guerra do Paraguai: uma análise de conteúdo a partir da revista Navigator

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Banca de Defesa: 26 de julho de 2024, às 14h

Banca examinadora:

.....
Prof. Dra. Etiene Villela Marroni (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo
Doutor em Notório Saber em Ciência Política

.....
Prof. Dr. Carlos Artur Gallo
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço enormemente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPel e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou meu Mestrado e permitiu que me dedicasse totalmente à esta pesquisa.

Agradeço ainda às professoras e professores do PPGCPol, pela luz que me foi confiada ao longo de meu caminho. Agradeço especialmente à minha professora e amiga, Etiene Villela Marroni, por me aceitar como seu pupilo nesta jornada incrível.

Resumo

A Guerra do Paraguai (1865-1870) foi um conflito entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai, crucial para a consolidação territorial dos países envolvidos e para a ordem no Rio da Prata. Para as Forças Armadas brasileiras, o conflito marcou o início de uma reivindicação política na sociedade, especialmente pelo Exército, que após a guerra, ganhou força política significativa, influenciando a queda de D. Pedro II e a instauração da República. A Marinha, com sua história aristocrática e prestígio, foi a força mais importante do período imperial. Dessa forma, questiona-se: qual a percepção dos oficiais da Marinha do Brasil sobre a Guerra do Paraguai, apresentada em seus artigos publicados na Revista Navigator nos ciclos 1970-1985 e 2005-2023? Pensa-se que ocorra uma tentativa de recuperar a relevância política e social da Marinha por meio de publicações científicas o que será verificado através da análise de conteúdo dos artigos para entender a percepção da Guerra do Paraguai pelos oficiais da Marinha e a construção de memória para ressaltar seu papel político. A "Revista Navigator" visa formar uma consciência marítima na sociedade brasileira. Retomada em 2005, possui 37 volumes. Seu primeiro ciclo, com 20 volumes, foi publicado entre 1970 e 1985. No ciclo inicial, a revista focou na história da Marinha do Brasil para seus membros, enquanto no segundo ciclo, buscou ampliar a consciência marítima nacional, envolvendo todos os interessados. A análise de conteúdo dos artigos revela maior foco em tecnologias, biografias de ícones da Marinha do Brasil e sua participação em guerras, especialmente na Guerra do Paraguai, destacando o papel político e social da instituição. Antes, a revista parecia educar sobre o valor político da Marinha, durante a hegemonia do Exército. Concluiu-se que a hipótese foi parcialmente confirmada. A percepção dos oficiais superiores da Marinha do Brasil sobre Guerra do Paraguai, demonstra que existe, na instituição, um sentimento de orgulho relativo à sua participação no conflito o que propiciou a construção de seus textos de forma a enaltece-lo, bem como ressaltar a participação da Força nele. Esta percepção diferenciada, específica, apontou para a tentativa de construção de uma memória política nacional em que a Marinha do Brasil passe a ter um papel de maior relevo, mas não da forma contundente que se conjecturou no início do trabalho.

Palavras-Chave: Guerra do Paraguai; Revista Navigator; Análise de Conteúdo; Oficiais da Marinha; Marinha do Brasil.

Abstract

The Paraguayan War (1865-1870) was a conflict between the Triple Alliance (Brazil, Argentina and Uruguay) and Paraguay, crucial for the territorial consolidation of the countries involved and for the order in the Río de la Plata. For the Brazilian Armed Forces, the conflict marked the beginning of a political claim in society, especially by the Army, which after the war, gained significant political strength, influencing the fall of D. Pedro II and the establishment of the Republic. The Navy, with its aristocratic history and prestige, was the most important force during the imperial period. Thus, the question is: what is the perception of Brazilian Navy officers about the Paraguayan War, presented in their articles published in the Navigator Magazine in the 1970-1985 and 2005-2023 cycles? It is believed that there is an attempt to recover the political and social relevance of the Navy through scientific publications, which will be verified through the content analysis of the articles to understand the perception of the Paraguayan War by Navy officers and the construction of memory to highlight its political role. The "Navigator Magazine" aims to create maritime awareness in Brazilian society. Restarted in 2005, it has 37 volumes. Its first cycle, with 20 volumes, was published between 1970 and 1985. In the initial cycle, the magazine focused on the history of the Brazilian Navy for its members, while in the second cycle, it sought to expand national maritime awareness, involving all interested parties. The content analysis of the articles reveals a greater focus on technologies, biographies of icons of the Brazilian Navy and its participation in wars, especially the Paraguayan War, highlighting the political and social role of the institution. Previously, the magazine seemed to educate about the political value of the Navy, during the hegemony of the Army. It was concluded that the hypothesis was partially confirmed. The perception of senior officers of the Brazilian Navy regarding the Paraguayan War demonstrates that there is a sense of pride in the institution regarding its participation in the conflict, which led to the construction of their texts in a way that extols it, as well as emphasizes the participation of the Force in it. This differentiated, specific perception pointed to the attempt to construct a national political memory in which the Brazilian Navy begins to play a more prominent role, but not in the forceful way that was conjectured at the beginning of the work.

Keywords: Paraguayan War; Navigator Magazine; Content analysis; Navy Officers; Brazil's Navy.

Lista de Figuras

Figura 1: Etapas da Análise de Conteúdo	21
Figura 2: Capa da Revista Navigator v.1 n.1 1970	24
Figura 3: Capa da Revista Navigator v.14 n.27 2018	24
Figura 4: Capa da Revista O Azimute v.11 n.11 2023	24
Figura 5: Capa da Revista do Clube Naval v.1 n.405 2023	24
Figura 6: Recorte da Planilha Navigator	26
Figura 7: Captura de Tela do Portal da Transparência do Governo Federal, com pesquisa de oficial	27
Figura 8: Informações Aferidas sobre a Revista Navigator	28
Figura 9: Percentual de autores oficiais da Marinha no ciclo 1975-1984...	84
Figura 10: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 1975-1984	85
Figura 11: Percentual de autores oficiais da Marinha no ciclo 2005-2023	85
Figura 12: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 2005-2023	86
Figura 13: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 2005-2023 sem contar oficiais da Marinha do Brasil	87

Lista de Tabelas

Tabela 1: Relação de Artigos publicados por oficiais da Marinha do Brasil na Revista Navigator	29
Tabela 2: Classificação Final dos temas abordados nos artigos selecionados....	30
Tabela 3: Artigos sobre a Guerra do Paraguai em relação às patentes dos autores	31
Tabela 4: Valores das Forças Armadas Brasileiras	57
Tabela 5: Classificação inicial dos temas abordados nos artigos selecionados...	83
Tabela 6: Termos utilizados em referência à Marinha do Brasil	90

Lista de abreviaturas e siglas

CAF	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
EB	Exército brasileiro
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
MB	Marinha do Brasil
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1.	Introdução	12
2.	Suporte Metodológico para a Análise de Conteúdo	20
2.1.	Seleção do Tema	22
2.2.	Formação do <i>Corpus</i>	25
2.3.	Exploração do Material e Inferências	31
3.	Os Estudos Estratégicos e as Instituições Militares	34
3.1.	As Relações Cívico-Militares	36
3.2.	Fundamentos da Institucionalidade e das Instituições Militares	43
3.3.	Os Valores das Instituições Militares	55
3.4.	A Política e a Guerra	63
3.5.	A Guerra do Paraguai	67
3.5.1.	A Situação Política do Prata antes da Guerra	67
3.5.2.	Início das Distensões	71
3.5.3.	As Principais Batalhas	74
4.4.	Consequências da Guerra para os partícipes	78
4.	A Marinha e a Guerra do Paraguai na Perspectiva dos Oficiais Navais	82
4.1.	Observações Preliminares sobre a Revista Navigator	82
4.2.	Das Referências à Marinha do Brasil	87
4.3.	Das Referências à Guerra do Paraguai	92
5.	Considerações Finais	103
6.	Referências	107

1. Introdução

A Guerra do Paraguai foi um conflito bélico entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai que durou de 1865 a 1870. O episódio foi de grande importância para a consolidação dos territórios dos países envolvidos, bem como para o estabelecimento de uma ordem no subsistema internacional do Rio da Prata. Para as Forças Armadas, ele foi a base sobre a qual os militares passaram a reivindicar sua atuação política na sociedade brasileira. Retornando ao Brasil, iniciou-se um movimento, principalmente dentro do Exército, para que os contingentes tivessem o reconhecimento do governo central relativo ao esforço empreendido pela instituição e por suas perdas. Como consequência principal, pensavam, haveria o aumento dos soldos e dos contingentes, bem como algum tipo de gratidão pelos serviços prestados à Nação. Os fatos, entretanto, caminharam no sentido inverso. Após o conflito, as Forças Armadas foram progressivamente precarizadas, sobretudo em relação ao soldo, pensão de viúvas de mortos em guerra e o tamanho dos contingentes. O episódio da Guerra passou a ser utilizado como uma bandeira nas manifestações políticas do grupo, de forma a justificar melhorias com base nos sacrifícios feitos pelas Armas durante o conflito. É por esse motivo que, frequentemente, é citado e retomado nos meios militares como um evento de grande heroísmo e que demonstra a grandeza da corporação (Schulz, 1994; Doratioto, 2002).

Desde sua criação, sendo herdeira da Marinha Portuguesa e inicialmente conhecida como Marinha Imperial (ou Armada Imperial Brasileira), a Marinha do Brasil é detentora de uma história aristocrática, sempre recrutando seus membros nas camadas mais altas da sociedade. A Marinha foi a força mais importante e de maior prestígio, sendo, portanto, parte da vida política do país durante um longo período. A partir da metade do século XIX e, sobretudo, após a Guerra do Paraguai, o Exército passou a assumir um papel político mais intenso e mostrou-se forte o suficiente para influenciar nos rumos da sociedade brasileira pela primeira vez com a deposição de D. Pedro II e o golpe que instaurou a República em 1889. Nesse momento, o “novo” grupo tomou posse da máquina estatal e iniciou suas incursões, que teriam períodos de maior e menor efetividade, no sentido de utilizar sua parcela de poder político em

proveito de sua própria agenda. Com esse rearranjo, a Marinha perdeu, progressivamente, seu *status*, uma vez que sempre esteve associada à aristocracia, que decresceu com o novo regime. Seus soldos não foram mais ajustados, os planos de carreira deixados de lado e sua estrutura operacional ficou à mingua. Sua importância não era mais a mesma (Marinha do Brasil, 2006; Abreu, 2018)

Isto não quer dizer que a Marinha deixou de participar das decisões políticas, ou que tenha sido posta, totalmente, de lado. Entretanto, sua participação nos eventos políticos foi reduzida, o que fica claro quando se observa a literatura sobre as relações civis-militares, em que é nítida a quantidade bem maior de estudos sobre o Exército, ao passo que a Marinha, quando é tratada, tem função mais comparativa do que de objeto de estudo em si mesma. Acrescente-se que, nos anos subsequentes à Proclamação da República, os eventos políticos foram não somente protagonizados pelo Exército, mas, como verifica-se atualmente, há estudos que indicam um posicionamento pendente para a esquerda revolucionária por parte de oficiais e praças da Marinha de Guerra, na primeira metade do século XX. Tal constatação indica uma oposição, e mesmo competição, entre os dois grupos (Carvalho, 2005). Ao nosso ver, o interesse reduzido dos estudiosos pela instituição não revela, senão, sua relevância diminuída em relação à outra Força Armada e no contexto social e político brasileiro como um todo.

Essa tentativa revela o interesse de maior inserção no jogo político nacional e na participação nas decisões acerca da distribuição dos recursos disponíveis e disponibilizáveis pelo Estado. A construção de uma memória de participação política poderia modificar a forma como a Marinha do Brasil é vista e inserida, politicamente, na sociedade brasileira. Poderia gerar a sensação de que não houve uma ruptura ou inovação em seu *status* político, mas a continuidade de uma atuação política efetiva, que sempre existiu.

Observado o contexto atual, percebe-se que, em 2004, o Estado Brasileiro submeteu um projeto para ampliação de seu espaço marítimo à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de aumentar as possibilidades de exploração em suas águas jurisdicionais. No ano seguinte, o Almirante-de-Esquadra, Roberto de Guimarães Carvalho, publicou, na Folha de São Paulo

(2005)¹, um artigo em que tratou deste espaço, nomeando-o de “Amazônia Azul”. Este termo tornou-se uma espécie de estandarte da Marinha do Brasil, para demonstrar o potencial de riquezas que o mar poderia oferecer à sociedade brasileira. Não somente, passou a ser um meio de justificar investimentos nos recursos marinhos e na própria Marinha (Medeiros, 2008).

A construção da ideia de Amazônia Azul liga-se à busca por pesquisadores interessados por temáticas do mar e à abertura de espaço no interior da Marinha do Brasil, para que civis publicassem suas perspectivas e percepções sobre a instituição e o tema, denotando uma tentativa de aproximação em relação à sociedade como um todo. Seria, talvez, uma forma de mostrar, por um lado, que a Marinha não somente está próxima das pessoas e aberta ao diálogo com o meio externo, como desempenha grande papel na proteção dos bens coletivos nacionais. Esta aproximação é reforçada, ainda, pelo fato de que vários dos oficiais não se identificam como tal em suas publicações, seja na Revista Navigator, seja em outros periódicos. É necessário um conhecimento prévio ou pesquisa do leitor sobre os autores para diferenciar os oficiais/militares “camuflados” entre os civis. A ideia desse novo espaço, de exclusiva responsabilidade da Marinha, traz à luz uma nova base, sobre a qual possa elucidar sua importância social e política em nossa sociedade. Agora, é necessário rever a forma como a instituição participou do *paradigma anterior* e, ao fazê-lo, recontar seu papel político em nossa sociedade.

A despeito dos nomes atribuídos às publicações citadas, que as levam ao campo aparentemente mais seguro da história, bem como os objetivos apresentados, ambos tentam, em alguma medida, mostrar uma versão da história em que a Marinha figure como ponto de partida, dando-lhe, portanto, uma posição de importância política. Nota-se que há uma tentativa, não apenas de divulgação do conhecimento historiográfico (para que o público interno e externo possa compreender a importância de se ter uma consciência sobre o mar e sua importância na história brasileira), mas de recontar e trazer uma outra opção de construção da memória política, em que fique clara a pujança da instituição para a sociedade.

Identificou-se duas publicações posteriores à reivindicação brasileira,

¹ Ver. CARVALHO, Roberto C. A "Amazônia Azul". **Folha de São Paulo**. Opinião. 11 de maio de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200509.htm>>.

que traziam uma roupagem de importância da Marinha do Brasil em eventos políticos que formaram o País. A primeira é um livro intitulado “Introdução à História Marítima Brasileira”, publicado em 2006, cujo principal objetivo era fornecer um material didático para o ensino da história naval nacional no contexto das Instituições de Ensino Militar. O conteúdo do livro é uma exposição da história nacional, com o intuito de demonstrar a participação da Marinha nos vários episódios políticos nacionais, como no processo de Independência, na Guerra da Cisplatina, nas revoltas ocorridas no período regencial (ex. Farroupilha, Sabinada, Balaiada), a Guerra do Paraguai, dentre outros. Em todos os casos, a forma de apresentar é sempre heroica e demonstra a importância da Marinha do Brasil no desencadeamento dos fatos políticos apresentados, ainda que seu papel tenha sido insipiente (Marinha do Brasil, 2006).

A outra publicação é a “Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil”. Esta, com o intuito de formar uma consciência marítima na sociedade brasileira, teve sua edição retomada a partir de 2005, continuando ativa até o momento, contando com 37 volumes até o final de 2023. Seu primeiro ciclo de publicações, que inclui 20 volumes, foi editado entre 1970 e 1985, sendo uma reformulação de “Subsídios para a História Marítima do Brasil” (sobre a qual não foram encontradas mais informações). No editorial do primeiro volume, do ciclo 1970-85, lê-se que seu papel é informar aos oficiais e praças sobre a história da Marinha do Brasil, para que se atinja a consecução das “árduas tarefas que o momento [os impunha]”. Por outro lado, na apresentação do primeiro volume da revista, publicado no segundo ciclo, em 2005, vê-se que seu propósito é trazer elementos que permitam a ampliação da “consciência marítima brasileira”, contando com o envolvimento de todos aqueles que se interessam pela História Marítima Brasileira. Essa mudança (aparentemente reduzida) nos objetivos da revista nos dois ciclos, em verdade leva a uma ampliação significativa nas possibilidades de autores e de leitores, com um consequente aumento na circulação das ideias veiculadas por seu intermédio (Bittencourt, 2005).

Uma análise mais atenta dos temas dos artigos publicados fez perceber maior frequência de escritos relativos às tecnologias adquiridas e produzidas no contexto da Marinha, a biografias de grandes ícones desta Força ou à sua participação em guerras, com destaque para a Guerra do Paraguai. Verificou-se

ainda que, assim como no livro “Introdução à História Marítima Brasileira”, há muitos artigos sobre episódios de grande dimensão para o desenvolvimento da política nacional, publicados pelos oficiais da Marinha. Nestes é possível notar uma busca pela demonstração do papel importante, para não dizer quase inegável, da instituição nesses imbróglios. Não há, necessariamente, em seu conteúdo somente um viés educativo sobre a importância do mar e dos recursos marinhos, mas uma tentativa de fazê-lo através da “demonstração” da importância social e política da Marinha do Brasil, de seu poderio bélico e dos grandes ícones de sua história, sendo postos em posição de heroísmo e poder.

O primeiro ciclo de publicações da Revista Navigator leva a crer que a Marinha, inicialmente, tentou trazer um conteúdo sobre seu papel político, que ensinasse a seus próprios membros o valor da instituição. Num período de pujança do Exército, seja, a ditadura militar de 1964-85, em que este se encontrava, inclusive, no comando do país, a publicação de um periódico, em que a Marinha era retratada de forma pujante, indica uma tentativa discreta de mostrar seu papel. O segundo ciclo, por outro lado, insere-se em um outro período político, quando houve uma janela de oportunidades para a retomada da relevância social e política que a Marinha outrora tivera e tentar, então, tomar posse de seu próprio quinhão de poder político e capacidade de influência.

Este trabalho justifica-se no sentido de buscar entender como essa tentativa de propor uma percepção da Guerra do Paraguai, em que a Marinha do Brasil seja apresentada de uma outra forma, modificando sua imagem no cenário político nacional. Não somente, é importante verificar em que medida a percepção dos oficiais da Marinha acerca de um evento político pode revelar uma necessidade tácita, embora não totalmente consciente, de revisitar esse evento, com o objetivo de dar-lhe roupagem heroica, de maneira a mostrar um passado que agora justifique sua importância política, que abra espaço para o pleito político em nome do caminho que se evidencia com a expansão da plataforma continental brasileira.

Embora haja uma certa distribuição de artigos sobre outros episódios políticos nacionais², a Guerra do Paraguai é o mais frequente deles. Isso se

² A Marinha esteve envolvida na repressão a movimentos revoltosos durante o período colonial como Sabinada, Cabanada, Balaiada; durante o império foi de grande importância para a

explica por ter sido este, o conflito que fundamentou a construção de um espírito de corpo no Exército e por ser o principal conflito bélico em que o Brasil realmente se envolveu³. Assim sendo, este período será utilizado para observar como o alto oficialato da instituição percebeu o conflito e, por extensão, o papel da Marinha na Guerra do Paraguai. Acredita-se que, por meio de tal análise, será possível observar um sentimento de orgulho e pertencimento, explicado pela participação no conflito, bem como uma sensação de pertencimento quase própria do evento. Caso a hipótese se confirme, pensa-se que os resultados apontarão para a tentativa de reconstrução ou de uma nova forma de contar a história do conflito, tendo como ponto de observação a própria Marinha, cuja consequência seria o rearranjo ou reacomodação de sua posição política na sociedade brasileira.

Por último, este estudo apresenta-se como uma tentativa de suprir a escassez de estudos específicos sobre a participação Marinha do Brasil na política brasileira. Todos os estudos sobre os quais se lançou mão quanto as relações civis-militares, são voltados para a análise do Exército e de suas instâncias internas. Contudo, sabe-se que as duas instituições têm, não somente, história e formação próprias, mas se inserem politicamente na sociedade de formas distintas. Embora a maioria dos estudiosos utilize o Exército como paradigma para compreender as Forças Armadas de um modo geral e o militarismo no Brasil, acredita-se que esta posição seja um tanto simplista em uma trama extremamente complexa de relações políticas, inclusive, algumas vezes, de conflito de interesses. Contudo, isso não justifica um descuido na observação de tamanho relevo, como é o caso da Marinha do Brasil.

É importante explicar que foi realizado um levantamento nas bases de dados CAF/CAPEs, no Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil, na plataforma Scopus e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, buscando uma bibliografia disponível sobre as relações entre esta instituição e a sociedade brasileira. Ocorre que foi encontrado, principalmente, material voltado para assuntos de gestão ou sobre tecnologia militar, não sendo encontrado material efetivamente voltado para a análise das

supressão da Revolução Farroupilha; na República, foi o epicentro de alguns eventos como a Revolta da Armada, e ainda esteve associada aos tenentismos das décadas de 1910 e 1920.

³ Houve uma participação bastante pequena nas Grandes Guerras, embora não irrelevante.

relações civis-militares. Insta salientar que uma parte da bibliografia encontrada sobre a Marinha só foi possível através da leitura de materiais sobre as relações entre o Exército ou Forças Armadas, como um todo, fazendo parte da política brasileira.

Em suma, propõe-se a análise de conteúdo de artigos da Revista Navigator, para compreender como oficiais dos altos escalões da Marinha do Brasil percebem a Guerra do Paraguai partindo, eles, de uma proposta de construção própria da memória do conflito, de forma que o desempenho político da Marinha, na sociedade brasileira, seja ressaltado. A base sobre a qual se assenta o propósito deste estudo é uma alteração na forma de representar a Marinha em eventos políticos de relevo nacional, em especial na Guerra do Paraguai. Segundo se pensa, essa mudança de foco seria um indicativo de revisionismo político, com a finalidade de realocar a Marinha na dinâmica política nacional e garantir-lhe maior papel nas decisões, principalmente àquelas voltadas à gestão do espaço marinho. Ao recontar sua história, a instituição poderá demonstrar sua “pujança”, como um elemento mais importante do que realmente parece no desenvolvimento do *modus operandi* da política no Brasil.

Assim, o presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: qual a percepção de oficiais da Marinha do Brasil sobre o papel da Instituição na Guerra do Paraguai, apresentada em seus artigos publicados na Revista Navigator nos ciclos 1970-1985 e 2005-2023?

Como objetivo geral, pretende-se verificar a forma como os oficiais da Marinha do Brasil percebem o papel da Instituição na Guerra do Paraguai em suas publicações na Revista Navigator, nos períodos de 1970-1985 e 2005-2023. Quanto aos objetivos específicos, tem-se três. Primeiro, observaremos a forma como os oficiais da Marinha do Brasil se referem, mais frequentemente, à Guerra do Paraguai em suas publicações sobre o conflito, divulgados na Revista Navigator. Por segundo, verificaremos se há diferenças entre a forma de perceber a Guerra do Paraguai nos períodos 1970-85 e 2005-2023, através de publicações da Revista Navigator. Por último, investigaremos se existe um enaltecimento da Marinha do Brasil em uma nova forma de retratar o conflito.

A hipótese deste trabalho é a de que a percepção dos oficiais da Marinha do Brasil sobre Guerra do Paraguai, verificada por meio da análise de conteúdo dos artigos, publicados por eles na Revista, demonstrará que existe, na

instituição, um sentimento de orgulho relativo à sua participação no conflito e que este poderá constituir-se em uma das bases de uma cultura naval e da autopercepção da Marinha frente à sociedade brasileira. Esta percepção diferenciada, específica, derivada da Guerra do Paraguai, poderá apontar para a tentativa de construção de uma memória política nacional em que a Marinha do Brasil passe a ter um papel de maior relevo. Ao fazê-lo, a forma das relações entre esta instituição e a sociedade brasileira passaria a ser repensada de um ponto de vista em que sua legitimidade política seria parte recorrente e indiscutível do desenvolvimento das estruturas políticas brasileiras, em uma ótica de revisionismo político.

Este trabalho está estruturado em três capítulos além deste primeiro capítulo introdutório e das considerações finais. No capítulo 2, será dedicado à apresentação da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Conforme se verá, foi utilizada como base a Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2011) cujas técnicas foram utilizadas para analisar os textos dos artigos selecionados. Nesta parte são indicados os estudos iniciais relativos à etapa de pré-seleção do material a ser analisado bem como são apresentados os pressupostos e parâmetros da pesquisa.

No terceiro capítulo apresenta-se o marco teórico-conceitual estudado para compreender o objeto de estudo delineado. Lançou-se mão das perspectivas do Neo-Institucionalismo para compreender de que forma as Instituições funcionam e como são capazes de formar suas próprias culturas internas para a formação de uma percepção de si mesmas e da realidade em que se insere. O quarto capítulo é dedicado à análise dos artigos selecionados por meio da metodologia delineada no capítulo 2 bem como as inferências que se pode fazer a partir dos resultados encontrados. Por último, nas considerações finais, são feitos apontamentos sobre o trabalho, a conclusão sobre a validade parcial da hipótese e sobre novos rumos possíveis a esta pesquisa.

2. Suporte metodológico para a análise de conteúdo

O presente estudo trabalhará com a metodologia conhecida como Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), para a avaliação da forma como os oficiais da Marinha do Brasil descrevem e pensam a Guerra do Paraguai, recorrendo à análise dos artigos publicados por esses indivíduos na Revista Navigator. Segundo Bauer (2014), a Análise de Conteúdo trata de reconstituir um conteúdo, não necessariamente explícito no texto sob análise, por meio de dimensões sintáticas e semânticas. “As características sintáticas e semânticas de um *corpus* de texto permitem ao pesquisador fazer conjecturas fundamentais [...] [que] podem inferir valores, atitudes, estereótipos, símbolos e cosmovisões de um texto” (Bauer, 2014, p. 193).

A Análise de Conteúdo foi mais sistematizada por Bardin (2011) no final dos anos 1970, embora afirme-se que seja uma metodologia utilizada, há muito tempo, para identificar elementos menos perceptíveis a olhos distraídos. Ela poderá ser usada para compreender, mais profundamente, conteúdos linguísticos escritos e orais, bem como para a análise de ícones ou mesmo imagens, ou seja, elementos de comunicação não verbal.

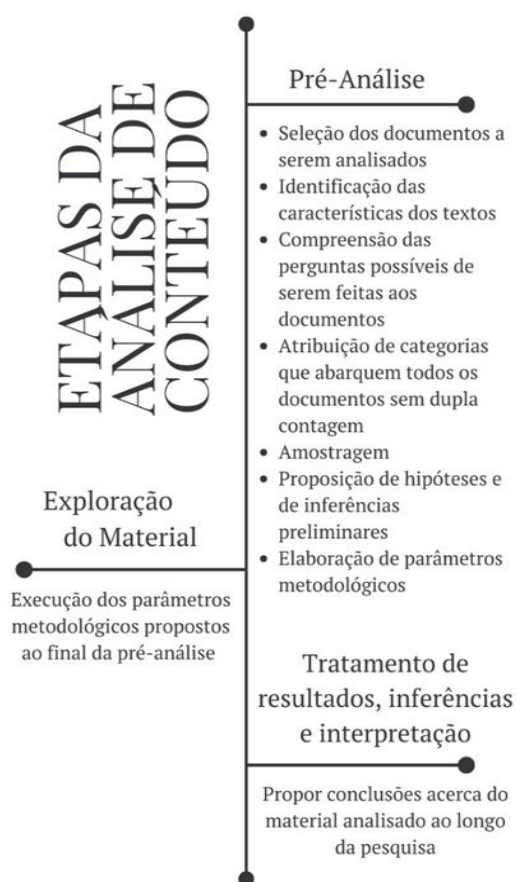
A execução da metodologia foi dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira etapa, fez-se a seleção do material a ser analisado e buscou-se compreender nele o tipo de perguntas que podem ser feitas e o universo de possibilidades e limites ali contidos. Nesta perspectiva metodológica existe uma confiança no que o material a ser analisado poderá ou não oferecer ao pesquisador. Assim, a primeira ação é uma leitura flutuante, por meio da qual são identificadas as características dos textos em observação e, por meio delas, são lançadas as primeiras hipóteses e inferências sobre o material.

As hipóteses e inferências preliminares, proporcionadas pela leitura flutuante, levam ao processo de seleção e categorização dos documentos. Faz-se, então, uma busca mais aprofundada para a compreensão da natureza do material em análise. São propostas categorias que abarquem todo o material sem dupla classificação, podendo-se retirar uma amostra a partir de um critério de homogeneidade, de forma que o grupo amostral não perca a pertinência com os encaminhamentos preliminares da pesquisa. Com a finalidade de guiar a

seleção e triagem dos textos a serem analisados com maior cuidado, pode-se iniciar identificando o tema mais abordado em um determinado periódico.

Bardin (2011) explica que os passos subsequentes à pré-análise são, efetivamente a execução das diretrizes metodológicas propostas nela, de onde se conclui a importância do cuidado com a fase preliminar de pesquisa. A exploração do material, chamada de “codificação”, é o momento em que o texto analisado se transforma em unidades que possibilitam sua sistematização e manejo. Selecionam-se as unidades de registro, que podem ser, desde uma classe de palavras ou o próprio tema, mas documentos completos. Outro tipo de unidade é a de contexto, que possibilita a interpretação da primeira ao se verificar a forma como aquela se insere no texto. É na exploração do material que são analisadas questões como a frequência do uso de determinados termos e a forma como aparecem no desenvolvimento do texto.

Figura 1: Etapas do Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pelo autor

A última etapa é a de inferências. Nesta, quem executa a pesquisa deverá propor conclusões sobre os dados recolhidos e estabelecer relações entre características do emissor, do receptor, da mensagem (tanto o código utilizado quanto sua significação) e do instrumento ou canal utilizado. Os elementos reunidos e analisados deverão permitir ao analista aferir informações, antes insuspeitas, sobre o conteúdo analisado. Vejamos, então, como tal metodologia poderá ser aplicada na pesquisa proposta.

2.1. Seleção do Tema

No que tange às Forças Armadas (FA) no Brasil, vários estudos foram elaborados no campo das relações civis-militares, buscando entender como este grupo se comporta em relação à sociedade. Especificamente sobre a Marinha do Brasil, pouco foi escrito, sendo os estudos de caso sobre as FA, normalmente voltados para a coleta de dados empíricos acerca do Exército Brasileiro. Para esta pesquisa, foi realizada, inicialmente, uma busca por produções científicas que tratassem das relações entre a Marinha do Brasil e a sociedade na qual se insere. O levantamento realizou-se por meio das plataformas CAF/CAPES, Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil, Scopus e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Não foram encontrados artigos específicos sobre a relação Marinha-sociedade, ainda que se tenha encontrado outros que tratavam de temas sobre gestão interna e recursos tecnológicos, por exemplo. Foram encontradas algumas dissertações e teses sobre temas correlatos, como a formação do oficialato da Marinha, mas não efetivamente sobre a relação da Instituição com o meio político.

O tema referente à Guerra do Paraguai foi escolhido por força dos resultados da pré-seleção e classificação dos artigos publicados pelos oficiais sobre o assunto, no contexto da Revista Navigator – *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Este periódico, de publicação semestral pelo Serviço de Documentação da Marinha, traz artigos que tratam de temas político-históricos, tecnológicos, biográficos e arqueológicos relacionados à Marinha do Brasil e Marinhas estrangeiras e à História Marítima, principalmente a nacional.

A Revista Navigator tem dois ciclos de publicações, quais sejam, o período entre 1970 e 1985 (quando foi interrompida) e 2005 (ano da retomada de sua publicação) até o ano de apresentação deste trabalho. Pensa-se que, por

meio da análise das publicações dos oficiais sobre temáticas históricas, será possível compreender a forma como os componentes do oficialato percebem o conflito e, ao fazê-lo, identificar se existe a tentativa de construção de uma memória própria da Guerra. Esta é uma revista com tiragem de 700 exemplares e com avaliação da CAPES Qualis B1 na avaliação do quadriênio 2017-2020, sendo publicada ao mesmo tempo em meio virtual. Não foram encontradas mais informações sobre o alcance da revista. É importante informar que a revista em análise recebe artigos de militares e civis. Foram registrados autores e autoras das mais variadas profissões, como diplomatas, arqueólogos, historiadores, sociólogos, musicistas, técnicos administrativos e oficiais do Exército Brasileiro, além de Forças Armadas estrangeiras;

A escolha da Revista Navigator para a execução desta pesquisa possibilitou identificar 49 periódicos publicados no contexto da Marinha do Brasil. Dentre eles, há publicações voltadas à três temáticas: (1) divulgação das atividades de unidades internas da Instituição e de determinadas instâncias, como a revista “Azimute” (Figura 4), que noticia sobre o 1º Distrito Naval; (2) divulgação de informações sobre aspectos técnicos e organizacionais da Marinha do Brasil, bem como a (3) opinião de seus componentes, como a Revista do Clube Naval (Figura 5). Verificou-se, ainda, outros periódicos sobre temas específicos, como Psicologia, Medicina e História, a exemplo da Revista Naval de Odontologia. Foram selecionadas duas revistas, quais sejam: a “Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil” e a “Revista Navigator – Subsídios para uma História Marítima do Brasil”. Destas duas, somente a Revista Navigator apresentou elementos para uma análise do uso político da produção de conteúdo voltado à história política nacional.

O periódico é o único que tem, como escopo proposto, a construção de uma perspectiva nacional do poder marítimo brasileiro no decurso do tempo, o que se explicitou pela afirmação feita pelo Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt, na apresentação do primeiro número do ciclo de publicações 2005-atual, ao dizer que “existe a intenção de que [a revista] se torne um periódico que traga a contribuição de historiadores, arqueólogos e pesquisadores, servindo, também, como meio de divulgação, capaz de ampliar a consciência marítima brasileira” (Bittencourt, 2005). Acredita-se que esta expectativa indique que ele seja visto como um veículo para se oferecer à sociedade um

determinado formato ou versão da memória histórico-política nacional, coadunando com os anseios da Marinha do Brasil.

Figura 2: Capa da Revista Navigator v. 1 n. 1 1970



Figura 3: Capa da Revista Navigator v. 14 n. 27, 2018 (Dossiê sobre a Guerra do Paraguai)



Figura 4: Capa da Revista O Azimute v. 11, n. 11, 2023



Figura 5: Capa da Revista do Clube Naval v.1, n. 405, 2023



Ainda que não se tenha encontrado, explicitamente, o motivo da interrupção e retorno das publicações da revista, imagina-se duas hipóteses para tal: a partir da verificação quantitativa dos artigos publicados no primeiro ciclo (1970-85), pode-se notar um decréscimo progressivo até o último ano, fato que, em conjunto com o processo de redemocratização do país, deve ter influenciado na decisão de interromper a edição da revista. Por outro lado, o retorno em 2005 vem no bojo de uma retomada da importância da Marinha e do Poder Marítimo Brasileiro, que é bem representado quando da proposição do Estado Brasileiro à Comissão de Limites da Plataforma Continental, o que redundou na criação do conceito de Amazônia Azul.

Assim, entende-se que as publicações contidas na Revista Navigator são as mais adequadas para a busca de indícios da percepção de oficiais da Marinha do Brasil sobre os fatos históricos e políticos, que tenham ligação com a história naval brasileira. O fato de ser um periódico aberto à publicação de civis e de circulação externa, deixa aberto o caminho para uma produção de conteúdo que auxiliará na inserção dos integrantes da Marinha quanto aos fatos analisados, referentes à construção da memória nacional.

2.2. Formação do *Corpus*

O trabalho teve início com a seleção dos artigos de oficiais da Marinha que tinham publicações na Revista Navigator, buscando a formação de um *corpus*. Fez-se uma pré-seleção de todos os artigos publicados por meio da análise do índice de cada um dos volumes. Verificou-se os 57 volumes da revista Navigator, nos dois ciclos de publicação disponíveis online até o final de 2023. Os documentos foram armazenados em pasta homônima à revista. Compilou-se as informações sobre todos os artigos em uma planilha com colunas para constatar: (1) volume da revista; (2) ano de publicação; (3) tipo de publicação, segundo a nomenclatura da própria revista (artigo, comunicação, resenha e documento); (4) título; (5) nomes dos autores; (6) profissão dos autores; e uma última coluna com caixas de seleção, que somente foram marcadas caso os autores fossem oficiais da Marinha Brasileira.

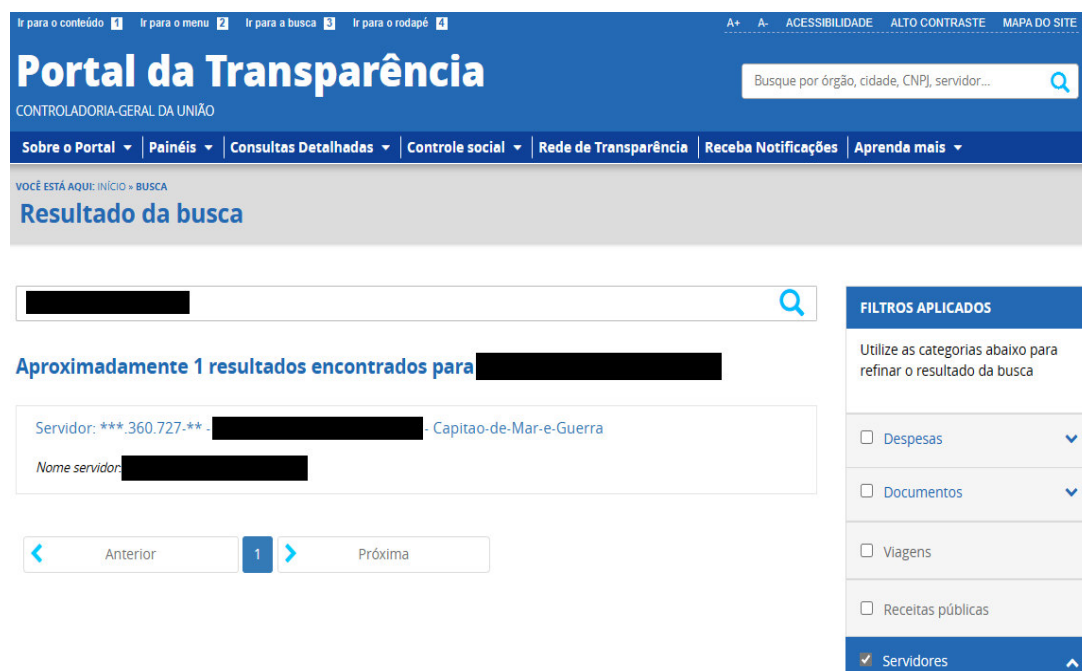
Figura 6: Recorte da Planilha Navigator

Nº		Arts	Autores	Profissão	
15 1979	Art ▼	A Geografia do Brasil e a Carreira da Índia	Max Justo Guedes	05. Capitão-de-Mar-e-Guerra	☒
15 1979	Art ▼	A Marinha e a Política Externa do Segundo Reinado Pt. 2	Teixeira Soares	Diplomata	☐
15 1979	Art ▼	A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil Pt. 1	Luís Cláudio Pereira Leivas	Sociólogo(a)	☐
15 1979	Art ▼	A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil Pt. 1	Levy Scavarda	05. Capitão-de-Mar-e-Guerra	☒
15 1979	Art ▼	O Mistério do Cruzador Bahia	Arthur Oscar Saldanha da Gama	03. Vice-Almirante	☒
16 1980	Art ▼	A Marinha e a Política Externa do Segundo Reinado Pt. 3	Teixeira Soares	Diplomata	☐
16 1980	Art ▼	A Intendência da Marinha da Santa Catarina e a Atividade de Controle Administrativo das Arm	Nelma Baldin	Historiador(a)	☐
16 1980	Art ▼	A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil Pt. 2	Luís Cláudio Pereira Leivas	Sociólogo(a)	☐
16 1980	Art ▼	A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil Pt. 2	Levy Scavarda	05. Capitão-de-Mar-e-Guerra	☒
17 1981	Art ▼	Hidrografos Franceses ao Longo da Costa Brasileira, 1695-1710	Max Justo Guedes	05. Capitão-de-Mar-e-Guerra	☒
17 1981	Art ▼	Os Canhões do Santíssimo Sacramento	John F. Guilmartin	Tenente Coronel (USAF)	☐
17 1981	Art ▼	The Guns of the Santíssimo Sacramento	John F. Guilmartin	Tenente Coronel (USAF)	☐
17 1981	Art ▼	Um Episódio no Mar em que se Fala da Verdadeira Linguagem da Vela	José Agostinho de Souza Mendes	Capitão-de-Mar-e-Guerra (PT)	☐
18 1982	Art ▼	As Primitivas Comunicações Navais	Max Justo Guedes	05. Capitão-de-Mar-e-Guerra	☒
18 1982	Art ▼	Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial	Jurgen Rohwer	Historiador(a)	☐
18 1982	Art ▼	Radioinformações e a sua Importância na Segunda Guerra Mundial	Jurgen Rohwer	Historiador(a)	☐
18 1982	Art ▼	O Telégrafo do Rio Amazonas	Anita McConnell	Geógrafo(a)	☐
18 1982	Art ▼	Um Grande Aventureiro dos Mares	José Agostinho de Souza Mendes	Capitão-de-Mar-e-Guerra (PT)	☐

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao todo, foram catalogadas 418 publicações nos dois ciclos, entre artigos, comunicações (palestras transcritas), resenhas e documentos, eliminando-se a dupla contagem nos casos de publicações com múltiplos autores ou de republicações. Registrou-se 392 publicações classificadas como artigos. A profissão ou patente dos autores precisou ser verificada, não somente pela segurança dos dados aferidos, mas pelo fato de que vários oficiais não se declaravam como tal nos mini currículos apensados ao texto de seus artigos. Tal constatação foi feita por meio do Portal da Transparência do Governo Federal do Brasil, tendo-se o cuidado de assegurar que as informações, aqui utilizadas, fossem as mais seguras possíveis, uma vez que os oficiais militares são funcionários da União. Nos casos em que a busca não obteve resultados, considerou-se que se tratava de civis.

Figura 7: Captura de Tela do Portal da Transparência do Governo Federal, com pesquisa de oficial



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal

A busca pela profissão dos civis foi feita por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, dos Governos Estaduais, quando houve indicação do órgão de vinculação na própria revista, ou por meio do site Escavador. Esta conferência foi executada como meio de assegurar que não haveria oficiais não contabilizados na listagem por qualquer erro no sistema do Governo Federal. Todos os casos em que se identificou coautoria de oficiais da Marinha com civis foram eliminados da triagem (em vermelho na Figura 6). O resultado poderá ser verificado no Tabela 1.

Figura 8: Informações aferidas sobre a Revista Navigator

REVISTA NAVIGATOR

Periódico semestral do Serviço de Documentação da Marinha com artigos de temas político-históricos, tecnológicos, biográficos e arqueológicos relacionados à Marinha do Brasil e Marinhas estrangeiras e à história marítima, principalmente a nacional. Recebe artigos de civis e militares de todas as forças, inclusive artigos de autores estrangeiros

Primeiro Ciclo

1970-1985



Figura 2 - Capa da Revista Navigator v.1 nº 1 1970

Segundo Ciclo

2005-atual



Figura 3 - Capa da Revista Navigator v.1 nº 1 2005

20 números

77 artigos

32 artigos de oficiais da marinha

37 números

315 artigos

49 artigos de oficiais da marinha

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 1: Relação de artigos publicados por oficiais da Marinha do Brasil na Revista Navigator

Ciclo		1970-1985	2005-2023	Total
Quantidade de Volumes		20	37	57
Total de Artigos		77	315	392
Artigos de Oficiais da Marinha do Brasil		32	48	80
Patentes				
Oficiais Gerais	Almirante	3	3	6
	Almirante-de-Esquadra	1	0	1
	Vice-Almirante	3	3	6
	Contra-Almirante	2	2	4
Oficiais Superiores	Capitão-de-Mar-e-Guerra	3	5	8
	Capitão-de-Fragata	1	6	7
	Capitão-de-Corveta	0	1	1
Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente	1	4	5
Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente	0	4	4
	Segundo-Tenente	0	1	1
Graduados	Terceiro-Sargento	0	1	1
Total de Autores		14	30	44

Fonte: elaborado pelo autor

Relativo à classificação dos temas dos artigos publicados por oficiais da Marinha do Brasil, inicialmente esta seleção foi feita sem limite pré-determinado. Ao final da triagem dos artigos e verificação dos títulos dos artigos, foram sugeridas 14 categorias. Estas abarcavam temas em um amplo espectro, desde tecnologia até música, tornado a categorização muito pulverizada. Dada a alta quantidade de abordagens, resolveu-se aglutinar em “Outros” todos os temas que tivessem uma quantidade pequena de artigos. Optou-se, por unir, o máximo possível, os textos dentro de categorias que representam os regimes políticos pelos quais a sociedade brasileira passou, ou seja, o Período Colonial, o Império e a República. Manteve-se os grupos “Guerra do Paraguai” e “Grandes Guerras”, por serem episódios políticos internacionais de grande importância para o desenvolvimento político nacional e com número considerável de publicações. Os grupos “Tecnologia” e “Biografia” somente foram mantidos em vista do número de artigos que os abordavam. O resultado do rearranjo das classificações pode ser observado no Tabela 2.

Tabela 2: Classificação final dos temas abordados nos artigos selecionados

Tema	1975-1984	2005-2023	Total
Guerra do Paraguai	3	9	12
Tecnologia	10	2	12
Biografia ⁴	6	3	9
Colônia	1	5	6
Império	4	6	10
República	0	5	5
Grandes Guerras	3	3	6
Outros	5	15	20
Total	32	48	80

Fonte: elaborado pelo autor.

⁴ Foram alocados na categoria “Biografias” os textos que tinham como escopo principal contar a história de vida de um determinado indivíduo. Portanto, mesmo os casos de biografias de pessoas que se tenham envolvido com a Guerra do Paraguai, como Caxias e Inhaúma, por exemplo, foram alocados nesta categoria.

O tema da Guerra do Paraguai foi o mais recorrente segundo a pré-análise (Tabela 2). Além disso, o tema escolhido é o que está diretamente ligado à história política brasileira. Inicialmente, com base no fato de que somente 25% da produção total identificada foi produzida por Oficiais Intermediários, Subalternos ou Graduados (Tabela 1) e de que são os Oficiais Gerais e Superiores os tomadores de decisão acerca dos rumos da instituição, optou-se pela análise das publicações destes últimos. Contudo, não há motivos para evitar a análise dos três artigos restantes, visto a quantidade reduzida e o fato de que, ainda que os níveis superiores da hierarquia sejam responsáveis pela tomada de decisões, eles não refletem completamente toda a perspectiva do oficialato.

Tabela 3: Artigos sobre a Guerra do Paraguai em relação às patentes dos autores

Patentes		Número de artigos	
Oficiais Gerais	Almirante	1	9
	Vice-Almirante	3	
Oficiais Superiores	Capitão-de-Mar-e-Guerra	3	
	Capitão-de-Fragata	2	
Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente	2	3
Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente	1	
Total		12	

Fonte: elaborado pelo autor

2.3. Exploração do Material e Inferências

A etapa de processamento dos dados compreende à execução do plano metodológico traçado, o que será descrito na presente seção. Nesta fase far-se-á uma leitura dos textos e identificação de suas características específicas. Será efetuada uma leitura de todos os artigos selecionados, para tomarmos ciência de seu conteúdo. Por meio deste trabalho, será possível explicitar uma série de elementos sobre os textos analisados, tais como: problema, objetivos, hipóteses etc. Todos estes dados serão compilados em planilha. Entende-se que a

sistematização das informações auxiliará nas inferências a serem feitas na etapa de análise dos dados.

Primeiramente, executar-se-á uma busca pelos adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas que façam referência à Guerra. Serão verificados os substantivos e pronomes utilizados para substituir o termo completo “Guerra do Paraguai”, sendo contabilizados todos os termos e arrolados em uma tabela, de forma que se possa encontrar uma lógica que guie a simplificação dos dados coletados. Acredita-se que, por meio da análise da adjetivação da Guerra do Paraguai, bem como de outros vocábulos e expressões que substituam o nome completo, será possível encontrar indícios de como os autores perceberam o conflito em si. Aprioristicamente, a adjetivação e os termos substitutivos indicarão um caráter quase que benfazejo da Guerra, mostrando sua importância e singularidade.

Serão analisados os termos substitutivos para “Marinha do Brasil”, vislumbrando o interesse em verificar como os oficiais se referem à própria instituição, o que ajudará a compreender se seu ponto de vista, quanto ao conflito, é importante para a instituição. Inicialmente, parte-se da ideia de que sim, os oficiais têm uma visão boa do conflito e de que o utilizam para enaltecer a própria Marinha, conforme a hipótese proposta.

Será realizada uma análise dos tópicos frasais e dos objetos dos parágrafos ao longo dos textos. Tal procedimento encontra fundamento na ideia de que poderá haver uma similaridade estrutural dos textos e na forma do desencadeamento lógico das ideias apresentadas, que se pode explicar pela formação comum dos autores. Se a premissa estiver correta, será possível verificar o quão profunda é a institucionalidade da Marinha do Brasil, sendo capaz de promover uma homogeneidade na produção intelectual. Por extensão, será possível aferir que, se a estrutura dos textos foi influenciada pela instituição, o peso das ideias apresentadas será ainda mais poderoso. Neste sentido, haverá um indicativo forte de que as ideias, apresentadas nos artigos analisados, poderão refletir a perspectiva da própria instituição sobre o conflito.

Por último, a etapa de inferências compreenderá o cruzamento dos resultados das análises feitas, sendo, portanto, a etapa de interpretação dos resultados obtidos. Assim, serão analisados: (1) conteúdo geral dos textos; (2) relações de frequências no uso da unidade de análise em combinação com

outros vocábulos; (3) conteúdo das sentenças; e (4) conteúdo temático dos parágrafos. Entende-se que tal procedimento será suficiente para nos levar à inferência adequada. As análises cruzadas deverão permitir um grau mais alto de confiabilidade, nas várias possibilidades de percepção a serem depreendidas do texto.

Em observação às ideias expressadas nos textos será feita uma análise da forma como os autores apresentam seu pensamento sobre a Guerra do Paraguai. Pensa-se que uma análise estritamente formalista não nos permitirá observar os aspectos mais profundos da percepção dos oficiais da Marinha sobre o conflito. Procurar-se-á, portanto, estabelecer paralelos entre as ideias e observar os pontos em comum e os de divergência. Acredita-se que haverá uma diferenciação mais nítida entre o pensamento e forma de expressão na comparação entre os dois ciclos, mas, dada a maior variedade de oficiais e de um maior número de patentes no ciclo 2005-2023, verificar-se-á algum nível de diferenciação.

3. Os Estudos Estratégicos e as Instituições Militares

A Ciência Política é um campo acadêmico que se dedica ao estudo do poder, da autoridade, da governança e do comportamento político. Os estudiosos buscam compreender os processos políticos e sociais, principalmente as relações de poder, que moldam nossas vidas e sociedades. Seu objeto abrange uma ampla gama de fenômenos relacionados à política, tanto em nível nacional quanto internacional, englobando questões teóricas, empíricas e normativas.

De maneira mais minuciosa, o campo investiga as instituições políticas (em sentido amplo) e os processos de tomada de decisão em uma sociedade. Isso inclui o estudo dos sistemas políticos, como democracias, monarquias, ditaduras e sistemas autoritários, bem como as estruturas de governo, como os poderes legislativo, executivo e judiciário. Os cientistas políticos examinam como essas instituições funcionam, como são organizadas e como interagem umas com as outras. Dedicam-se, ainda, ao estudo do comportamento político dos indivíduos e grupos, o que inclui a análise das atitudes políticas, crenças, valores, ideologias, participação eleitoral e engajamento cívico. Busca-se entender como as pessoas se envolvem na política, como formam suas opiniões políticas e como isso influencia no processo político em geral. Outro importante objeto de estudo do campo é a política global, no qual se inclui a análise dos atores internacionais, como Estados, organizações internacionais, movimentos sociais e empresas multinacionais, bem como as questões que afetam as relações entre esses atores, tal como segurança internacional, economia global, direitos humanos e cooperação internacional. Um outro objeto da Ciência Política é o processo de formulação de políticas públicas, que inclui a análise das etapas envolvidas na elaboração, implementação e avaliação de políticas governamentais, bem como os fatores influentes neste processo, sejam, interesses de grupos, pressão pública, burocracia governamental e recursos disponíveis (Badia, 1999).

Em nível mais etéreo, este campo dedica-se ao estudo das ideias e teorias políticas. Nele são desenvolvidas análises de diferentes correntes de pensamento político, como liberalismo, conservadorismo, socialismo, marxismo, feminismo, dentre outras. Procura-se compreender as origens, evolução e

implicações práticas dessas ideias, bem como seu impacto na formulação de políticas públicas e na organização da sociedade. Por exemplo, dedica-se ao estudo da teoria política normativa, que se ocupa de questões de justiça, igualdade, liberdade, direitos humanos e moralidade política, incluindo a análise de diferentes teorias de justiça, como o utilitarismo, o contratualismo, o liberalismo e o comunitarismo, do mesmo modo que as implicações práticas dessas teorias para a organização da sociedade e o exercício do poder político.

Dentro da grande área da Ciência Política localizam-se os Estudos Estratégicos, que representam um campo multidisciplinar, cuja busca é compreender e analisar os fenômenos relacionados à guerra, à segurança nacional, à política externa e aos conflitos em geral. Este campo perpassa, ainda, uma variedade de disciplinas além Ciência Política, a exemplo da História, Economia, Sociologia, Psicologia, Geografia etc., com o fito de compreender dois fenômenos básicos, quais sejam, a defesa nacional e a segurança internacional. O termo “estratégicos”, nesse contexto, refere-se à formulação e implementação de planos de ação para atingir objetivos específicos em um ambiente competitivo ou conflituoso. O campo tem suas raízes na antiga arte da guerra, mas, foi pouco a pouco ampliado para abranger uma escala maior de questões contemporâneas. Os acadêmicos e analistas, que nele trabalham, investigam uma série de tópicos, incluindo Teoria da Guerra, Políticas de Defesa, Estratégias Militares, Segurança Internacional, Estudos Marítimos, relações entre as Forças Armadas e a Sociedade, Instituições e Organizações Militares e História Militar. Este campo filia-se, inicialmente, ao das Relações Internacionais e, portanto, ao da Ciência Política (Figueiredo, 2015).

Desde os tempos de Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz até os teóricos atuais, os estudiosos desenvolveram uma série de modelos e conceitos para entender os princípios subjacentes aos conflitos armados. Por exemplo, analisa-se a relação entre a guerra e a política, visando compreender o motivo pelo qual os Estados e indivíduos se digladiam entre si. Ainda, concentra-se nas políticas e estratégias adotadas pelos Estados para proteger seus interesses e garantir sua sobrevivência, fora do contexto de guerra declarada. Isso inclui questões como alianças militares, desenvolvimento de armas, doutrinas militares, políticas de dissuasão, gerenciamento de crises e operações de paz.

Os Estudos Estratégicos estão, cada vez mais, preocupados com os desafios emergentes, como o terrorismo transnacional, as mudanças climáticas e a segurança energética. Os novos desafios apresentam dilemas estratégicos únicos e exigem respostas inovadoras por parte dos formuladores de políticas, sejam civis ou militares. Este campo desempenha um papel fundamental na compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos Estados e atores não estatais em um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Ao integrar uma variedade de disciplinas acadêmicas e abordagens analíticas, esse campo oferece *insights* valiosos para a formulação de políticas, tomada de decisões e a resolução de conflitos em nível local, nacional e internacional.

3.1. Os Estudos sobre as Instituições Militares na Política

As relações civis-militares representam a interação entre as autoridades civis e as instituições militares em uma sociedade, sendo, portanto, um dos sub-ramos mais importantes dos Estudos Estratégicos. Elas abrangem uma variedade de questões, incluindo a subordinação das Forças Armadas ao controle civil, o papel das instituições militares na política nacional e a relação entre militares e sociedade civil. Uma das premissas fundamentais do pensamento acerca das relações civis-militares é o princípio da subordinação civil. Isso significa que, em uma democracia, as Forças Armadas devem ficar sujeitas ao controle e supervisão das autoridades civis eleitas. Tal princípio é essencial para garantir a primazia do poder civil sobre o militar e para evitar que as instituições militares se tornem uma ameaça à ordem democrática. O sub-ramo ocupa-se, assim, da definição clara das funções e responsabilidades das autoridades civis e militares, o que inclui a separação de poderes entre o governo civil, responsável pela formulação de políticas de defesa e segurança, e as instituições militares, encarregadas da implementação dessas políticas (Huntington, 2000; Saint-Pierre, 2007).

Em muitos países, as Forças Armadas desempenham um papel significativo na formulação de políticas de segurança e defesa, mas exercem influência política sobre questões de interesse nacional em contextos que não sejam de sua competência técnica. No entanto, é fundamental garantir que os militares atuem dentro dos limites estabelecidos pela Constituição e legislação

infraconstitucional, respeitando os princípios democráticos e os direitos humanos. Por último, mas não menos importante, o estudo das relações civis-militares aborda a relação entre as instituições militares, especificamente, e a sociedade civil, o que inclui questões como recrutamento, treinamento, educação cívica, prestação de serviços à comunidade e participação em operações de ajuda humanitária. Uma relação positiva entre militares e a sociedade civil é essencial para promover a confiança mútua e o apoio às políticas de defesa e segurança (Finer, 1962).

É importante ressaltar que tais relações variam de acordo com o contexto político, histórico e cultural de cada país. Em algumas nações, as Forças Armadas desfrutam de alto grau de autonomia e influência política, enquanto em outras são estritamente subordinadas ao controle civil. No entanto, em todas as democracias é fundamental manter um equilíbrio saudável entre as autoridades civis e militares, para garantir a estabilidade política e a segurança nacional. O estudo das relações civis-militares é essencial para o bom funcionamento de uma sociedade. Ao garantir a subordinação civil, definir claramente as responsabilidades das autoridades civis e militares, e promover uma relação positiva entre militares e sociedade civil, os países podem fortalecer suas instituições democráticas (Finer, 1962; Saint-Pierre, 2007).

A influência política das Forças Armadas na sociedade é um fenômeno complexo, que pode assumir várias formas e ter diferentes implicações. Uma das formas mais recorrentes, pelas quais as Forças Armadas podem influenciar a política, é por meio de golpes de Estado ou intervenções militares diretas. Isto ocorre, geralmente, em países onde as instituições democráticas são fracas ou instáveis, e os militares sentem-se como os guardiões da ordem e da estabilidade. Golpes militares podem resultar na derrubada de governos eleitos e na instauração de regimes autoritários ou ditatoriais, em que os militares exercem um controle direto sobre o governo e a sociedade (Finer, 1962).

Além disso, as Forças Armadas podem exercer influência política de maneiras mais sutis. Por exemplo, os militares, frequentemente, têm um papel importante na formulação de políticas de segurança e defesa e seus líderes, muitas vezes, têm acesso direto aos mais altos escalões dos governos. Isso pode levar a uma influência significativa sobre a tomada de decisões políticas em questões de segurança e defesa. As Forças Armadas, por vezes, têm, ainda,

uma forte presença na sociedade civil, especialmente em países onde o serviço militar é obrigatório ou onde os militares desempenham um papel ativo em operações de ajuda humanitária e desenvolvimento comunitário. Tais atividades podem aumentar o prestígio e a influência das Forças Armadas na sociedade e dar-lhes uma plataforma para influenciar a opinião pública e moldar o debate político (Lieuwen, 1964).

É válido notar que essa influência política nem sempre é negativa ou antidemocrática. Conforme algumas experiências em certos países, e por algum tempo, as Forças Armadas podem desempenhar um papel importante na defesa da democracia e do Estado de Direito, e seus líderes ficariam comprometidos com a subordinação civil e o respeito aos princípios democráticos. Em outras circunstâncias, esse grupo poderia desempenhar um papel construtivo na política, auxiliando na garantia da estabilidade. Assim, sua influência política na sociedade poderá variar amplamente, dependendo do contexto. Isto não significa dizer que as Forças devam influenciar ou gerenciar as relações políticas de um país, sendo crucial que os governos e a sociedade civil estejam atentos à uma tal influência e garantam que elas permaneçam subordinadas ao controle civil, respeitando os princípios democráticos. Contudo, boa ou má, as relações entre as instituições militares e a sociedade civil deve ser compreendida na medida da necessidade de se encontrar o equilíbrio entre essas relações, sempre com vistas ao controle civil.

Para a melhor compreensão da forma como ocorrem as relações entre as instituições militares e civis, foram propostos diversos modelos de análise, que são ferramentas teóricas para auxiliar os estudiosos a compreenderem e explicar a dinâmica das interações entre as autoridades civis e as instituições militares em uma sociedade. Tais modelos oferecem diferentes perspectivas e abordagens para examinar como as relações civis-militares são estruturadas e como elas influenciam a política, a segurança nacional e a estabilidade democrática. A seguir, apresenta-se, em elementos gerais, postulados sobre a forma das relações civis-militares e o grau de influência das Forças Armadas na política de um determinado país. Normalmente, admite-se a ideia da existência de uma perspectiva de controle civil absoluto em contraposição ao controle militar absoluto. Entre um polo e outro, podemos verificar os matizes e nuances que nos levam a pensar em um nível de controle civil relativo. Diga-se que esta

apresentação é exemplificativa, uma vez que tem como finalidade, somente, mostrar de forma simplificada como o sub-ramo observa esse tipo de questão (Finer, 1962; Huntington, 2000).

A ideia de um controle civil absoluto baseia-se na premissa de que as Forças Armadas devem ser subordinadas ao controle civil em todas e quaisquer circunstâncias. Neste ponto, defende-se a ideia de que as autoridades civis eleitas devem ter autoridade total sobre as instituições militares e que os militares devem abster-se de qualquer intervenção na política nacional, por menor que seja. Estes devem restringir-se à administração da caserna e à execução da ordem civil, conforme estes os informarem (Finer, 1962; Huntington, 2000).

Em um nível de controle civil relativo reconhece-se que, embora as Forças Armadas devam ser subordinadas ao controle civil, poderá haver circunstâncias em que os militares desempenhem um papel legítimo na política nacional. Por exemplo, em situações de emergência nacional ou crise política, os militares podem ser chamados a intervir para restaurar a ordem e a estabilidade. No entanto, essa intervenção deve ser limitada no tempo e no escopo e deve ser realizada de acordo com os princípios democráticos e constitucionais. O nível compreende a possibilidade de militares gerenciarem, em alguma medida, a política de defesa nacional e que sejam tratados como os portadores da *expertise* para tal, dada a natureza de seu treinamento técnico. Admite-se, então, uma interação civil-militar, enfatizando-se a importância da cooperação e colaboração entre as autoridades civis e as instituições militares na gestão dos assuntos de segurança e defesa. Em outras palavras, reconhece-se que as autoridades civis têm a responsabilidade primária pela formulação de políticas nessas temáticas e ao mesmo tempo os militares têm um papel importante a desempenhar na implementação dessas políticas. Esse nível promove uma abordagem inclusiva e colaborativa (Finer, 1962; Huntington, 2000).

Por último, há o nível em que se enfatiza a hegemonia militar, descrevendo-a como uma situação em que as Forças Armadas exercem influência desproporcional, quando não absoluta, sobre a política nacional e a sociedade civil. Isso poderá ocorrer em países onde os militares são altamente institucionalizados e cuja institucionalidade do Estado seja baixa, o que, geralmente, leva a um histórico de intervenção política direta. Sob esse aspecto, os militares podem controlar o governo ou influenciar suas políticas de forma

significativa, muitas vezes em detrimento dos princípios democráticos e dos direitos humanos (Finer, 1962)

Deve-se, ainda, citar os processos de desmilitarização. Estes descrevem e discutem os encadeamentos de ações, por meio das quais um país busca reduzir a influência política e o papel das instituições militares na sociedade. Pode-se exemplificar aqui algumas medidas como a redução do orçamento militar, reforma das estruturas de comando militar e promoção da transparência e responsabilidade nas Forças Armadas. Incluem-se nesse contexto, o desenvolvimento de políticas de memória e o fomento à justiça de transição, como elementos que compõem a desmilitarização de uma sociedade, no sentido de que mantêm à mostra os perigos de se permitir o controle militar, ainda que por curto período. O objetivo desse tipo de modelo é fortalecer as instituições civis e promover, normalmente, o retorno à democracia e o Estado de Direito (Saint-Pierre, 2007; Estre, 2012).

É importante notar que tais modelos não são mutuamente exclusivos e podem sobrepor-se em certas circunstâncias. Além disso, a aplicação desses modelos pode variar. No entanto, eles oferecem uma estrutura útil para se analisar as complexidades das relações civis-militares e para desenvolver estratégias eficazes em prol da estabilidade política.

Até este ponto, compreende-se que o estudo do pensamento militar sobre a formação de uma sociedade, bem como de seu poder de influência, encontra sua importância na medida da necessidade de controle civil sobre as instituições militares. Compreender de que maneira desenvolvem suas redes de capilaridade política, para adicionar seu quinhão de influência é necessário ao desenvolvimento de um controle civil mais contundente e eficaz. A análise dos motivos para as intervenções dos militares brasileiros pode ser feita a partir dos seguintes vieses: função moderadora e tutelar; suposta passividade e desinteresse do povo brasileiro; e sensação de superioridade ou inferioridade que as Forças Armadas tenham em relação à sociedade (Oliveira, 2019).

O modelo do Padrão Moderador foi desenvolvido por Alfred Stepan (1975), quando propôs que, após o golpe que instaurou a República no Brasil, em 1989, os militares assumiram para si o papel de cuidar dos melhores interesses da sociedade brasileira, colocando-se em posição de neutralidade, “uma vez que em um ambiente de conflito os militares conseguiriam manter

equidistância de ambas as partes e arbitrar os problemas” (Oliveira, 2015, p. 59). Segundo Oliveira (2015, p. 60), “a tese da função moderadora deve ser vista como uma retórica construída sobre o acordo entre as elites civis e militares, como um discurso para a justificação das intervenções”.

O poder moderador foi inspirado pelo pensamento político do filósofo francês Benjamin Constant, que propôs a existência de um "poder neutro", que servisse como guardião da Constituição e da ordem pública. Ele se referia a uma autoridade que atua como árbitro supremo no sistema político, capaz de intervir em outros poderes do Estado para assegurar a estabilidade e o equilíbrio do governo. Tal poder foi formalizado na Constituição de 1824, durante o reinado de Dom Pedro I, e teve grande impacto na configuração política do Império brasileiro, sendo uma prerrogativa exclusiva do Imperador. Constant sugeriu que esse poder deveria ser separado dos poderes executivo, legislativo e judiciário, atuando como uma força estabilizadora que prevenisse abusos e conflitos entre eles (Stepan, 1975).

Com relação à ideia de passividade e desinteresse do povo brasileiro, esta proposição advém da ideia de que o Brasil não se envolveu ou contraiu, por si mesmo, conflitos internacionais de grande monta, exceto em casos específicos. De todo o modo, ainda que não se sustente na realidade, esta tese tem grande valor ideológico, uma vez que sua utilização, geralmente, tem o “objetivo [de] desestimular questionamentos e rupturas” (Oliveira, 2015). A produção acadêmica sobre a temática aponta que o afastamento da sociedade civil das questões de defesa nacional e sobre o controle das ações e adestramento das Forças Armadas deve-se a controvérsias em relação à imagem que os civis têm dos militares (Oliveira, 2015), às questões referentes ao período ditatorial (Fernandes, 1982) bem como à ausência de uma agenda dos partidos políticos para temáticas como estas (Flores, 1992; Oliveira, 1994).

Estre (2012) sugere que o tipo de posicionamento das Forças Armadas em relação à sociedade brasileira dá-se por força do que chamou de Dilema de Janus. Ao mesmo tempo em que elas visualizam um futuro, no qual o Brasil seria uma grande potência internacional, têm dificuldades para se libertar de ideais antigos e que, muitas vezes, estão ligados à “preservação de privilégios da instituição”. Tal dilema conduz a educação e adestramento dos membros das corporações. Por exemplo, a mudança na percepção da ameaça externa,

materializada no Comunismo, ao longo do século XX, ocorreu após a queda do muro de Berlim, levando à necessidade de reformulação da Política Nacional de Defesa, a fim de adequar as Forças Armadas às perspectivas do profissionalismo militar internacionalmente concebido à época. Após a democratização, sobretudo nos Governos Lula (2003-2010), houve investimento maciço na elevação do status do Brasil a potência mundial, o que demandou investimentos de grande monta nas necessidades das Forças Armadas. Ainda segundo Estre (2012) é possível observar na Estratégia Nacional de Defesa uma série de diretrizes que as Forças Armadas deveriam seguir, destacando-se algumas que, geralmente, não são incluídas no escopo de atribuições das Forças Armadas, quais sejam: a atuação em missões de paz da ONU; integração com os países do Cone Sul; e elementos sobre a educação militar no país, visando integração com a educação civil.

A autonomia outorgada às Forças Armadas passou a ser tolhida com o processo de redemocratização, iniciado ao final da Ditadura Militar de 1964. Para Meirelles (2018), as Forças Armadas tornaram a cumprir seus deveres constitucionais após o final da Ditadura, corroborando com Oliveira (2015), e acrescentando que elas têm buscado o cumprimento das funções que lhes são designadas em estreita observância à subordinação ao poder civil e reconhecendo a Presidência da República como a chefia suprema (Meirelles, 2018). Com o aprofundamento da redemocratização, aos poucos foram sendo desenhados documentos, diretrizes e atos normativos (a exemplo da Política Nacional de Defesa, de 1996), cuja finalidade era a de parametrizar as ações das Forças Armadas, trazendo maior previsibilidade sobre o comportamento da instituição.

Um outro ponto de grande importância foi a criação do Ministério da Defesa, efetivada em 1999, incorporando os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como o Estado-Maior das Forças Armadas. Este Ministério foi comandado, durante a maior parte do tempo, por ministros civis. Contudo, embora as duas principais funções do referido ministério fossem aumentar a interação entre as Forças, bem como a sensibilização e esclarecimento da sociedade acerca de temáticas de defesa nacional, houve dificuldades na consolidação do referido Ministério por conta de competições entre as diferentes Forças, inclusive em relação ao ensino militar, uma vez que

havia dissenso sobre eventual sintonia entre os três sistemas de ensino (Oliveira, 2015; Meirelles, 2018; Saint-Pierre, 2007).

Acredita-se que os vários valores construídos e reforçados, há muito tempo, no seio da Instituição (como o corporativismo) fizeram com que a ela buscasse um distanciamento das realidades sociais brasileiras, principalmente após o fim da ditadura militar, mas não o fizeram por completo. A dita separação foi marcada por privilégios que são mantidos, bem como por perspectivas acerca da própria atuação das Forças Armadas em relação à sociedade civil. Aqui, pode-se visualizar melhor a perspectiva do papel civilizador das Forças, fundamentado em valores e necessidades de outra época, que ainda se mantém na atualidade como cerne dos valores da organização.

No que concerne aos sentimentos de superioridade ou inferioridade dos militares diante dos civis, Oliveira (2015) explica que os sentimentos de inferioridade têm origem no baixo prestígio que as Forças Armadas, sobretudo o Exército, tiveram entre as elites nacionais na maior parte da história brasileira. Aponta que os mesmos sentimentos não ocorrem em relação às camadas mais baixas da sociedade. Coelho (1976) usa a ideia de orfandade funcional pela falta de apreço da sociedade como um todo, e institucional pela falta de reconhecimento de suas necessidades como grupo. No entanto, os sentimentos de superioridade têm origem na premissa de que as Forças Armadas são a “única elite autêntica” (Oliveira, 1987) e que constituem o grupo capaz de conduzir adequadamente a nação (Puglia, 2004). Rouquié (1980) esclarece que o processo dessincronizado de modernização, pelo qual passou o Estado Brasileiro, fez com que o Exército sentisse ser a elite mais avançada desta sociedade.

3.2. Fundamentos da Institucionalidade e das Instituições Militares

Dentre a miríade de possibilidades apresentadas na grande área da Ciência Política, o institucionalismo é uma abordagem fundamental, centrada no papel das instituições, na formação, funcionamento e resultado dos sistemas políticos. Tal perspectiva entende que as instituições — definidas como estruturas organizadas, regras formais e informais e práticas sociais estabelecidas — moldam o comportamento dos atores políticos e,

consequentemente, influenciam a política pública, a governança e a dinâmica do poder. A compreensão do funcionamento e das bases estruturais e estruturantes das Instituições permite uma melhor observação de suas ações o que é profundamente necessário para a compreensão de nosso objeto de estudo. As práticas não surgem senão em meio à um emaranhado de valores, ideias e formas de perceber a realidade que nos servem de ponte para entender melhor o comportamento institucional.

O institucionalismo tem raízes no final do século XIX e início do século XX, período em que os estudos de Ciência Política se concentravam na análise das estruturas e funções das instituições governamentais. A abordagem clássica, frequentemente chamada de "institucionalismo antigo", focava, principalmente, na descrição das constituições, órgãos legislativos, executivos e judiciais, além das normas jurídicas. Na segunda metade do século XX, com a ascensão do Behaviorismo, o foco da Ciência Política mudou para o comportamento individual dos atores políticos, relegando as instituições a um papel secundário. No entanto, a partir dos anos 1970, houve um ressurgimento do interesse pelas instituições, levando ao desenvolvimento do "novo institucionalismo". Esta não é uma abordagem monolítica, ao contrário, inclui diversas vertentes que compartilham a ênfase nas instituições, mas diferem em suas premissas e metodologias (March; Olsen, 1984; Rizza, 2008).

As principais vertentes do neo-institucionalismo são o institucionalismo histórico, o sociológico e o da escolha racional. A primeira, focaliza na evolução das instituições ao longo do tempo, enfatizando como as trajetórias históricas e os processos de dependência de trajetória (*path dependence*) moldam as políticas e as instituições. Essa perspectiva argumenta que as escolhas institucionais, feitas em momentos críticos, podem ter consequências duradouras, criando padrões estáveis que são difíceis de alterar. A segunda examina como as normas sociais, valores culturais e práticas cotidianas influenciam e são influenciadas pelas instituições. Tal abordagem considera que as instituições não são, apenas, constrangimentos externos, mas moldam as identidades e interesses dos atores. A última, aplica os princípios da teoria da escolha racional, para entender como as instituições moldam as estratégias e comportamentos dos indivíduos. As instituições são vistas como mecanismos que reduzem incertezas e custos de transação, permitindo aos atores

alcançarem resultados mutuamente benéficos (March; Olsen, 1984; Rizza, 2008; Nascimento, 2012).

O conceito de instituição é fundamental nas Ciências Sociais e Humanas, abarcando uma vasta gama de estruturas e organizações que moldam a vida social. Uma instituição pode ser definida como um sistema de regras e normas, formalmente estabelecido ou informalmente aceito, que guia o comportamento e as interações dentro de uma sociedade. Essas regras e normas podem ser codificadas em leis e regulamentos ou manifestar-se através de costumes e tradições. As instituições fornecem uma estrutura para a vida social, permitindo previsibilidade e estabilidade nas relações humanas (Wilson, 2008; Nascimento, 2012).

Uma instituição pode ser caracterizada de duas maneiras: como prática ou relação amplamente difundida, reconhecida e estabelecida, ou como organização em uma determinada cultura ou sociedade. Pode ser identificada por três elementos: (1) características comuns entre seus membros; (2) associação possível com uma determinada construção ou localização específica; (3) vista em um quadro triplo de interações, sejam, membro-membro, membro e não membro e instituição-instituição. As instituições formam-se a partir da conjuntura de seu nascimento, carregando, assim, as características deste exato momento, o que pode ser analisado por modelos que consideram o meio ambiente, as necessidades, a racionalidade e as relações com o meio externo, mas os comportamentos que são desenvolvidos ao longo do tempo (Wilson, 2008).

As instituições compreendem tipologias segundo o setor da sociedade da qual ocupam. A família é uma das instituições sociais mais antigas e fundamentais na maioria das sociedades. Estruturas familiares regulam as relações entre indivíduos que compartilham uma mesma origem consanguínea ou adotiva, como o casamento e a parentalidade. Escolas, universidades e outras organizações educacionais têm por função dispor conhecimento e habilidades gerais ou específicas, desempenhando um papel crucial no processo de socialização dos indivíduos. Juntamente às famílias, as instituições educacionais são responsáveis por ensinar os indivíduos desde a infância: como devem se portar em relação a outros indivíduos e a compreender os valores e códigos que uma determinada sociedade ou grupo compartilha. Igrejas, templos

e outras organizações similares guiam ou instruem as práticas espirituais e morais de seus membros, podendo influenciar, profundamente, em normas culturais e comportamentais de amplos grupos. Este tipo exerce grande influência na formação dos indivíduos. As instituições políticas, que incluem o governo, partidos políticos, parlamentos e sistemas judiciais, são responsáveis pela criação e implementação de leis, manutenção da ordem e gestão dos recursos e interesses coletivos, bem como individuais. As instituições econômicas determinam as regras do comércio e as relações de trabalho, compreendendo os diferentes mercados, os bancos e empresas. Os tipos, aqui apresentados, são exemplificativos e abarcam uma série de outras instituições “menores”, embora não menos complexas, ao mesmo tempo em que se entrelaçam no decorrer do tempo (Goffman, 1961; Schein, 1984).

Neste contexto, tem-se as Instituições Militares que abarcam a execução de determinadas funções no interior de nossas sociedades. Elas se ocupam de uma parte da vida humana absolutamente necessária à sua própria manutenção que é a segurança. Segundo Hobbes (2015), o ser humano necessita da criação do Estado para que ele pacifique as relações entre as pessoas e assim garanta que as relações possam ocorrer de maneira harmônica. No caso das Instituições Militares, sua função é justamente garantir que as relações internas (no caso das Polícias) e externas (no caso das Forças Armadas) se mantenham num limiar de paz de forma duradoura a fim de que a sociedade possa florescer.

Desta monta, pode-se depreender que as instituições desempenham várias funções essenciais na sociedade. Primeiramente, elas garantem a estabilidade e previsibilidade, visto que fornecem estruturas estáveis que regulam as interações políticas, oferecendo e garantindo a ordem, o que é essencial para a continuidade da governança e a implementação de políticas públicas, por exemplo. Elas são um instrumento eficaz de legitimação e concórdia social, no sentido de que as instituições contribuem para a confirmação das decisões políticas e auxiliam na manutenção uma das interrelações, ao promover normas e valores compartilhados, que sustentam a ordem institucional. As instituições permitem uma redução das incertezas ao estabelecer regras claras, diminuindo o risco nas interações políticas e econômicas, facilitando a cooperação e a coordenação entre diferentes atores. Elas propiciam processos de socialização, visto que transmitem normas, valores

e conhecimento às novas gerações, assegurando a continuidade cultural. Promovem a coesão e a integração dos membros da sociedade, criando um senso de pertencimento (função integrativa). Por último, mas não menos importante, as instituições atuam como mediadoras em conflitos políticos, fornecendo arenas e procedimentos para a resolução de disputas e a negociação de interesses divergentes (Keohane, 1995; Nascimento, 2012).

Apesar de sua grande influência, críticas e propostas foram feitas, para apresentar as limitações analíticas do institucionalismo. Algumas críticas apontam que essa abordagem pode subestimar o papel das agências individuais e a dinâmica do poder na mudança institucional, criando a ideia de que as Instituições são monolíticas e de que os indivíduos somente seguem as regras que lhes são impostas. Outras destacam que o foco nas instituições poderia levar a uma visão excessivamente estática e determinista da política, ignorando a capacidade de inovação e transformação social. Há debates contínuos sobre a melhor forma de definir e operacionalizar o conceito de instituição, bem como sobre a necessidade de melhor integrar as diferentes vertentes do institucionalismo, para fornecer uma compreensão mais holística dos fenômenos políticos. De qualquer modo, é uma abordagem de grande importância, que oferece ferramentas analíticas poderosas para entender como as instituições moldam os processos e resultados políticos. Ao reconhecer a importância das estruturas institucionais e sua interação com os atores e contextos históricos, verificam-se elementos profundos sobre a complexidade e a variação dos sistemas políticos em diferentes sociedades (Hall; Taylor, 1997).

Em uma perspectiva sociológica das instituições, acredita-se que as práticas culturais, procedimentos e símbolos são adotados por elas de forma a perpetuar seus valores e visões de mundo. Assim, as instituições fornecem modelos cognitivos de interpretação de mundo aos indivíduos que as compõem, sendo a forma como aquelas outras influenciam seu comportamento, insistindo, vivamente, na natureza co-constitutiva desta relação (Hall; Taylor, 1997). Tais regras podem representar vantagens ou desvantagens aos indivíduos ou grupos abarcados pelas instituições, podendo ser, ao mesmo tempo, origem e consequência das ações pessoais. Fundamentam-se nas histórias individuais ou coletivas que, por sua vez, geram diferentes perspectivas de mundo e diferentes formas de uso do poder no seio da sociedade (Nascimento, 2012).

Em suma, as instituições são vitais para o funcionamento de qualquer sociedade, pois elas fornecem a base estrutural das sociedades, moldando as interações, regulando comportamentos e promovendo a estabilidade. Através de suas normas e regras, elas proporcionam um ambiente previsível e coeso, essencial para o desenvolvimento e progresso social. Elas desempenham um papel importante na promoção da justiça, equidade e bem-estar, garantindo que os recursos e oportunidades sejam distribuídos de maneira mais justa. O conceito de instituição é central para a compreensão da ordem social e do comportamento humano. Compreender o papel e a função das instituições é crucial para a análise das dinâmicas sociais e das mudanças dentro de uma sociedade.

Se para compreender uma sociedade é imprescindível conhecer suas instituições, o conceito de cultura institucional é essencial para a compreensão do funcionamento interno de uma organização e suas relações com o meio externo. Cultura abrange um conjunto de valores, crenças, normas e práticas que orientam os membros de uma instituição. Manifesta-se através de símbolos, rituais, histórias, jargões e comportamentos compartilhados, que diferenciam uma instituição das demais. Esse conjunto de elementos tangíveis e intangíveis influencia, diretamente, a maneira como os integrantes se relacionam entre si e com o ambiente externo, impactando, consequentemente, o desempenho organizacional em uma sociedade. Sua importância reside, ainda, na capacidade de moldar a identidade da instituição e de criar um senso de pertencimento entre os membros. Quando bem estabelecida, a cultura institucional poderá aumentar a coesão interna, facilitar a comunicação e promover um ambiente de trabalho positivo (March; Simon, 1975; Schein, 1984).

Aprofundando, um pouco mais, as definições, podemos entender que os valores e crenças representam os princípios fundamentais que orientam as ações e decisões dentro da organização. São exemplos recorrentes à integridade, à inovação, à excelência e ao respeito. Todo esse arcabouço segue um conjunto normativo das diretrizes formais e informais, que regulam o comportamento dos membros da organização. Esse conjunto forma uma trama complexa que não é facilmente percebida. As atividades e eventos recorrentes, que reforçam os valores e a coesão da equipe, como reuniões, celebrações de conquistas e treinamentos podem ser alocados como elementos ritualísticos e

cerimoniais. Estes são mais ou menos complexos e protocolizados segundo sua importância para a instituição ou para a própria complexidade desta última. Ainda, as narrativas sobre a origem da organização, seus fundadores e eventos marcantes são histórias que ajudam a perpetuar os valores e a missão da instituição, gerando nos membros um sentimento de pertencimento, pois remetem à organicidade e vida da instituição. Por último, os símbolos e, eventualmente, uma linguagem própria (verbal ou não verbal), que incluem logotipos, slogans, código de vestimenta e jargões específicos da organização, contribuem para a criação de uma identidade mais homogeneizada (Goffman, 1961; March; Simon, 1975; Schein, 1984).

Este aspecto, tão fundamental das organizações, exerce uma profunda influência sobre suas diversas características, impactando, diretamente, a satisfação e o engajamento dos membros, pois um ambiente alinhado com os valores tende a ser mais motivador e produtivo para os fins de uma determinada instituição. Além disso, uma cultura forte pode melhorar a retenção de talentos, reduzir o a rotatividade e atrair novos indivíduos alinhados com a missão e visão da instituição. No momento de tomada de decisão, principalmente nos níveis mais altos, a cultura institucional atua como um guia implícito, auxiliando a resolver dilemas éticos e estratégicos, sendo crucial na adaptação e respostas a mudanças (Goffman, 1961; March; Simon, 1975; Schein, 1984).

Importante observar como, tanto a manutenção quanto a mudança da cultura institucional de uma determinada organização representam desafios constantes. A continuidade daquilo que se considere como parte da cultura de uma organização deve ser objeto de constante reiteração, por meio da prática de rituais e cerimônias que relembrem aos membros o funcionamento ou valores do grupo. Tal reforço mental é apresentado pelos elementos menores, como os símbolos ou jargões, que permitem a manutenção da estrutura de uma forma tão imperceptível que quase impede a resistência (Smircich, 1983).

Por outro lado, mudanças significativas, como fusões, aquisições ou reestruturações, podem exigir ajustes na cultura para alinhá-la aos novos objetivos e estratégias. Os processos de transformação cultural devem ser cuidadosamente gerenciados, para evitar resistência e garantir a adesão dos membros. Ferramentas como diagnósticos culturais, oficinas de alinhamento e comunicação transparente são fundamentais para o sucesso desse processo.

Os líderes, ou seja, membros dos altos níveis hierárquicos, devem atuar como modelos de comportamento, demonstrando e reforçando os valores desejados em suas ações diárias (Schein, 1984).

Há cinco pressupostos básicos em torno dos quais se formam os paradigmas culturais de uma instituição: (1) relação da organização com seu ambiente; (2) natureza da realidade e da verdade, quer dizer, o que o grupo compreende como real e verdadeiro ou não, bem como o conjunto de significados que o grupo atribui aos conceitos; (3) percepções acerca da natureza humana; (4) concepções sobre a função do ser humano no mundo; e (5) natureza das relações humanas (Schein, 1984). Assim, aquilo que Ferreira (2000) chama de “princípio constitutivo da organização” é o elemento fundacional de uma instituição, a partir do qual todas as outras percepções (interior/exterior; realidade; natureza, funções e relações humanas) serão desenvolvidas.

As instituições totais (Goffman, 1961) são organizações nas quais muitos indivíduos vivem uma vida formal e racionalmente organizada, separados da sociedade mais ampla por um período significativo. O conceito revela muito sobre como a estrutura e o controle institucional podem moldar a vida dos indivíduos. Embora as instituições totais possam ser necessárias por diversas razões — segurança, tratamento médico, treinamento militar —, elas levantam questões importantes sobre liberdade, dignidade e o impacto psicológico do confinamento e da arregimentação. Vejamos, então, suas características.

Em primeiro lugar, as instituições totais mantêm seus membros separados da sociedade exterior, criando um ambiente fechado, no qual grande parte das necessidades da vida são atendidas dentro da instituição. O controle é exercido através de regras explícitas e rotinas estritas, muitas vezes administradas por uma autoridade central. Dado ao alto nível de controle, vida dentro de uma instituição total é quase completamente rotineira. As atividades diárias são padronizadas e programadas, com pouco espaço para a autonomia individual. Instituições totais tendem a criar barreiras físicas e sociais entre seus membros e o mundo exterior. Tais barreiras podem ser literais, como muros e cercas, ou mais simbólicas, como normas que desencorajam o contato com o exterior. Geralmente, esta característica é fundamental para a manutenção da própria instituição e de sua função na sociedade. Os indivíduos dentro de uma

instituição total, frequentemente, perdem seu senso de identidade pessoal e tornam-se, em grande parte, definidos pelo papel que desempenham dentro da instituição. Isso leva a algum nível de “despersonalização”, uma vez que as características individuais e necessidades específicas dos internos são negligenciadas em favor da manutenção da ordem institucional (Goffman, 1961).

As Instituições Militares são um excelente exemplo para a tipologia de Goffman. Nelas, os novos membros são obrigados desde os primeiros dias realizar atividades com um grau altíssimo de controle sobre a forma e o momento de execução. Todos usam o mesmo tipo de roupa, por exemplo, ou cortes de cabelo muito parecidos, o que gera a sensação de uniformidade e reduz ao máximo os elementos de individualidade que constituem os indivíduos. Em várias situações, os indivíduos são separados de suas famílias e postos em condições extremas para que consigam lidar com o ambiente caótico de conflito armado. Vários treinamentos incluem o transporte de cargas pesadas em um meio totalmente hostil. Esses auxiliam o processo de perda da identidade individual e união com a identidade do grupo, por meio da adesão compulsória de seus valores e perspectivas (Goffman, 1961; Wilson, 2008)

A vivência, nesse tipo de instituição, tem efeitos psicológicos e sociais marcantes sobre os indivíduos. Goffman (1961) descreve este processo como “mortificação do eu”, quando a identidade anterior do indivíduo é, aos poucos, aniquilada e substituída por uma nova identidade institucional. Isso pode envolver rituais de degradação, como a perda de posses pessoais, a imposição de uniformes e a realização de tarefas humilhantes. O objetivo é “quebrar” o antigo eu do indivíduo e reforçar o controle da instituição. Ao mesmo tempo, esse constante massacre à individualidade dos internos propicia a formação de uma subcultura interna. Diante do controle e da vigilância constantes, os internos, muitas vezes, desenvolvem formas de resistência e estratégias para preservar algum grau de autonomia e identidade. Essa subcultura pode incluir gírias, rituais próprios, e redes de apoio entre os internos em todos os níveis da organização.

O processo de socialização inicial no seio da organização em que seja inserido (ou se insira) remete à importância dos “cuidados iniciais”. Este é um componente essencial para a manutenção e continuidade das práticas institucionais. Através de várias fases e mecanismos que lhes são apresentados, os novatos aprendem a “navegar” e internalizar as normas, valores e

expectativas da corporação. Quando bem gerido, contribui, significativamente, para a estabilidade e eficácia das instituições. Não à toa, é amplamente difundido e aceito que o papel dos pais e das escolas é *sine qua non* para um bom processo de socialização externa da criança e inserção eficaz desta no corpo social, por exemplo. Comparativamente, o papel dos instrutores e das Instituições de Ensino Militar é justamente o de introduzir os novos membros à forma como o grupo se comporta e pensa. Esses primeiros anos de estudo são os principais e objeto do maior cuidado por parte dos setores responsáveis pela formação e preparo de pessoal já que é nesse período que são introduzidas as primeiras percepções que a Instituição almeja incutir nas mentes dos novos membros (Rodrigues, 2010).

Além da reiteração constante dos valores institucionais, prática esta que se estende a todos os membros, os novatos passam por um processo de treinamento (geralmente formal) projetado para transmitir as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar tarefas específicas, além de introduzir as normas e valores institucionais. A imitação é uma outra forma (muito poderosa, por sinal) de aprendizagem, especialmente quando os comportamentos observados são recompensados ou valorizados pela instituição. Novatos, com frequência, aprendem observando o comportamento de membros mais experientes, como é o caso da relação entre os alunos de um programa de pós-graduação e seus professores ou de um recruta com seus instrutores. Ainda, a avaliação contínua, com comentários tanto positivos quanto negativos, auxilia os novos membros a ajustarem seu comportamento. Recompensas, como reconhecimento e promoção, incentivam a conformidade com as expectativas institucionais, enquanto punições desencorajam comportamentos desviantes. Nas Instituições Militares, por exemplo, os processos de seleção para alçar novos níveis na carreira, podem ser observados como um meio de bonificação por meio de uma conduta meritória que permite a ascensão e o acesso a novos patamares. O fato de vários colegas estarem ao mesmo tempo concorrendo estimula uma competição saudável e garante que uma quantidade grande de indivíduos busque a progressão de carreira. Em outras palavras, o sucesso dos colegas funciona como um estimulante que por meio da imitação gera o resultado positivo de se alcançar novas patentes ou

postos melhores (Goffman, 1961; March; Simon, 1975; Schein, 1984; Rodrigues, 2010).

A socialização eficaz dos novatos é basilar para o bom funcionamento de qualquer instituição. Ela garante que os novos membros se tornem produtivos e alinhados com os objetivos institucionais, além de promover a coesão social, reduzir conflitos e aumentar a satisfação dos membros. Instituições que investem em processos de socialização bem-estruturados tendem a manifestar maior motivação e coesão da parte de seus membros. Por outro lado, falhas na socialização podem levar a alta rotatividade, insatisfação e problemas de desempenho. Os formuladores dos currículos dos setores das Forças Armadas voltados à formação dos membros, desde os níveis mais baixos ao topo da hierarquia, devem se ocupar de criar um sistema que propicie satisfação aos indivíduos. A satisfação deles gera um mecanismo de retroalimentação que garante novas adesões por meio da “propaganda” que os membros fazem de maneira mesmo inconsciente e que criam uma imagem institucional que instiga o interesse dos cidadãos. Um argumento muito comum é a perspectiva de ascensão social e de uma formação adequada ao dever cívico. Essas duas percepções amplamente difundidas na sociedade brasileira geram um sem-número de afiliações às Forças Armadas todos os anos, garantindo a continuidade da Instituição de forma voluntária (Goffman, 1961; Stepan, 1975; Carvalho, 2005)

Deve-se frisar que a socialização de novatos pode ser um processo difícil, com diversos desafios potenciais. Em primeiro lugar, os novatos podem experimentar conflitos entre suas expectativas pessoais e as demandas da instituição, o que pode gerar estresse e dificultar a adaptação e produtividade, uma vez que o motivo inicial de sua filiação, eventualmente, se perde. Por outro lado, em instituições com uma força de trabalho diversificada, diferenças culturais podem complicar o processo de socialização. Novatos de distintas origens podem ter dificuldades de se adaptarem às normas e valores que diferem, significativamente, dos seus, bem como pode haver uma série de conflitos entre os novos membros. Em instituições totais, como prisões e a caserna, a socialização pode envolver a perda de identidade pessoal e a despersonalização, o que pode ter efeitos psicológicos negativos e dificultar a adaptação (March; Simon, 1975). Vivendo num país de proporções continentais,

com diferenças sociais abissais, os conflitos culturais são comuns nas Forças Armadas brasileiras. Por conflito, não se quer dizer uma competição violenta, mas as diferenças de interesses e perspectivas que geram um estranhamento natural, mas que quando bem direcionados se tornam um elemento de fortalecimento da Instituição. Contudo, é de se observar que neste caso especificamente, o processo de introjeção do ideário da Instituição é muito eficiente e profundo, o que pode reduzir significativamente o sofrimento do indivíduo para adaptar-se ao treinamento, assim como seu desejo em continuar. Também aqui, o ideário informado ao meio externo favorece que mormente indivíduos bastante obstinados resolvam compor os quadros militares (Stepan, 1975; Coelho, 1976; Carvalho, 2005).

A unidade do grupo e uma relação forte com a cultura institucional não significa ausência de subgrupos. Este é um fenômeno inerente à dinâmica das instituições, refletindo a diversidade de interesses, identidades e objetivos dentro de uma organização maior. A formação de subgrupos pode ter tanto impactos positivos quanto negativos, dependendo de como são gerenciados e das dinâmicas envolvidas. Dentro de um quadro de gestão adequado, os subgrupos podem ser uma fonte significativa de especialização, inovação e suporte, contribuindo para o sucesso geral da instituição. A colaboração no interior de subgrupos pode fomentar a inovação, uma vez que a troca de ideias e a diversidade de perspectivas em um grupo menor podem levar a soluções criativas e novas abordagens. Esses espaços fornecem um ambiente de apoio, onde os membros se sentem valorizados e compreendidos, o que pode melhorar a moral e o engajamento geral dentro da instituição (Goffman, 1961). Cunha (2020) explica sobre os vários espectros políticos no interior das Forças que foram severamente combatidos em vários períodos com o intuito de homogeneizar a perspectiva política na Instituição. Mesmo empreendendo esforços intensos, não é possível suprimir a capacidade dos indivíduos de pensar sozinhos e vislumbrar suas próprias perspectivas de mundo, embora os militares que se identificavam com o socialismo e as correntes política consideradas progressistas e de esquerda foram sistematicamente perseguidos ao longo da Ditadura Militar de 1964 no Brasil.

Relativamente ao impacto negativo, deve-se dizer que, quando os subgrupos se tornam muito isolados ou competem entre si, poderá haver a

fragmentação da instituição como um todo. Conflitos entre subgrupos podem surgir, prejudicando a coesão e a colaboração ampla. A estratificação interna poderá resultar na exclusão de indivíduos, que não se encaixam em nenhum grupo específico, criando um ambiente nocivo que afeta, diretamente, a percepção de igualdade dentro da instituição. É possível que a presença de muitos subgrupos complique a comunicação dentro da instituição, dificultando a disseminação de informações e a coordenação de esforços entre diferentes partes da organização. É essencial que os setores estratégicos estejam atentos aos desafios que o impacto negativo desses subgrupos possa acarretar, sendo um deles a possibilidade de que um desses subgrupos seja mais forte e mais capaz de fazer prevalecer sua própria subcultura às demais (March; Simon, 1975; Schein, 1984).

Do ponto de vista da hierarquia, a exemplo das Instituições militares, essa construção é desejável, ou seja, as camadas superiores da cadeia de comando devem prevalecer. Contudo, é esse mesmo princípio que permite a subversão da ordem inicial da cadeia de comando e a eventual tomada de poder. Em uma empresa, por exemplo, esse tipo de perspectiva é menos possível, mas em instituições nas quais os membros disponham de maior “paridade de armas”, como instituições públicas, esse tipo de rotatividade não é incomum, eventualmente pela própria constituição da organização (March; Simon, 1975; Wilson, 2006).

3.3. Os valores das instituições militares

Assim como em todas as outras, as instituições militares abarcam uma série de princípios, valores e percepções de mundo. A cultura militar é um conjunto complexo de valores, normas, tradições e comportamentos, que definem e influenciam a vida dentro das Forças Armadas. Ela se embasa em princípios hierárquicos rigorosos, uma missão que lhes parece clara (voltada à defesa nacional), fortes tradições e valores fundamentais e uma história longa relacionada tanto a fatos históricos quanto à forma como as instituições significam esses mesmos fatos. Ela tangencia não apenas as operações e a organização das Forças Armadas, mas a vida pessoal e profissional dos militares e sua interação com a sociedade civil (Carvalho, 2006; Wilson, 2005)

A hierarquia é um dos pilares centrais da cultura militar. As Forças Armadas operam com uma estrutura de comando clara e rigorosa, no qual cada indivíduo possui um papel e responsabilidades bem definidos. Essa hierarquia é essencial para a disciplina, outro valor fundamental na vida militar. A disciplina assegura que ordens sejam cumpridas e que as operações ocorram de maneira coordenada e eficaz. Além disso, a disciplina envolve a autodisciplina, onde os militares mantêm altos padrões de comportamento, ética, preparo físico e mental (Wilson, 2006).

Os valores fundamentais da cultura militar, como um todo, incluem honra, coragem, lealdade, respeito e dever, em linhas gerais. Tais valores são incutidos nos militares desde o início de suas carreiras e são reforçados ao longo do serviço. A ética militar exige que os indivíduos ajam com integridade e tomem decisões que honrem a missão e os companheiros de serviço. A adesão a esses valores é crucial para manter a confiança e a eficácia dentro das Forças Armadas. Cada uma das Forças traduz esses elementos de uma forma própria. No Tabela 4, apresenta-se uma tabela não comparativa dos valores declarados por elas nos seus portais institucionais na internet. Esse conjunto de valores, gera um círculo virtuoso, permitindo que uns reforcem os outros e o surgimento de um forte espírito de corpo. A convivência próxima e a experiência compartilhada de treinamentos e missões criam laços profundos entre os militares. Este espírito de corpo é crucial em situações de combate, onde a confiança e a cooperação entre os soldados podem ser determinantes para o sucesso das operações e a sobrevivência. A resiliência e a capacidade de enfrentar desafios e adversidades são atributos importantes para a manutenção dos valores anteriores. O treinamento rigoroso prepara os militares para lidar com situações extremas e suportar condições difíceis. O sacrifício pessoal é uma realidade constante, quando os militares, frequentemente, colocam a missão e o bem-estar do grupo acima de seus interesses pessoais. A formação progressiva e constante sustenta a necessidade de profissionalismo e aprimoramento técnico, que se manifesta na necessidade de seus membros passarem por uma série de cursos de aperfeiçoamento, com a finalidade de atingir novos níveis hierárquicos (Carvalho, 2005; Wilson, 2006).

Tabela 4: Valores das Forças Armadas Brasileiras.

Exército	Marinha	Força Aérea
Patriotismo	Justiça	Disciplina
Civismo	Equilíbrio	Patriotismo
Fé na missão do Exército	Disciplina	Integridade
Amor à Profissão	Hierarquia	Comprometimento
Espírito de Corpo	Atitude Proativa	Profissionalismo
Aprimoramento Técnico-Profissional	Efetividade	
	Responsabilidade Socioambiental	
	Transparência	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir de informações dos portais virtuais de cada Força. (EB, [2024]; MB, [2024]; FAB, [2018])

Em meio a essa teia embricada de valores, há uma série de elementos ritualísticos e tradicionais, como cerimônias, uniformes, símbolos e cânticos, todos fatores que reforçam o sentido de identidade e coesão dentro das Forças Armadas. Eventos como formaturas, desfiles e homenagens aos caídos são momentos solenes, que rememoram o sacrifício e o dever dos militares. São tradições que não apenas preservam a história, mas fortalecem os laços entre os membros das Forças Armadas e promovem um sentimento de pertencimento (Wilson, 2006).

No calendário da Força Aérea Brasileira (FAB) pode-se verificar 22 datas comemorativas, que objetivam “ressaltar as efemérides relativas às tradições [que lhe são] peculiares”, partindo da data da criação do Ministério da Aeronáutica (criado em 1941 e extinto em 2001) até o “Dia do Material Bélico da Aeronáutica” (FAB, 2024). A Marinha indica 36 datas comemorativas, dentre as quais verifica-se um dia dedicado ao “Ingresso da Mulher nas Fileiras da MB”, bem como o “Dia do Maquinista” (MB, 2024). O Exército Brasileiro não informa, claramente, suas datas comemorativas, tampouco foi encontrada legislação que as indicassem.

Tendo Clausewitz (2010) como precursor na elaboração de uma racionalidade mais científica, de maneira geral o pensamento militar define que a ideia de um bom militar vai além de simples habilidades técnicas ou bravura em combate. Envolve uma combinação complexa de atributos pessoais, habilidades profissionais e compromisso com os valores éticos e morais das Forças Armadas.

Em primeiro lugar, um bom militar deverá ser um líder exemplar. Ele precisa inspirar confiança e respeito em seus colegas e subordinados, demonstrando habilidade de liderança eficaz em todas as situações. Ele tomará decisões, com base na análise cuidadosa das informações disponíveis, considerando sempre o bem-estar de sua equipe e o sucesso da missão. Além disso, será altamente profissional em todas as suas interações e responsabilidades. Precisa ser disciplinado, organizado e comprometido com a excelência de seu trabalho. Estará sempre disposto a aprender e a adaptar-se às novas situações, buscando, constantemente, melhorar suas habilidades e conhecimentos, para enfrentar os desafios que surgirão em seu caminho (Clausewitz, 2010; Ferreira, 2000).

Este quadro ético permite-nos criar uma definição do que seria um “militar exemplar” na sociedade como um todo. Ele deverá agir com integridade e honestidade em todas as situações, respeitando os direitos humanos e as leis internacionais, mesmo em condições adversas. Ele assumirá a responsabilidade por suas ações e estará sempre disposto a prestar contas por seus atos (erros ou falhas) agindo com transparência e humildade. Este indivíduo é leal à sua instituição, aos seus colegas e à sua nação. Coloca os interesses da equipe e da missão acima de seus próprios interesses pessoais, demonstrando um compromisso inabalável com o bem maior. Defende os valores e os princípios das Forças Armadas, mesmo quando confrontado com pressões externas ou tentações pessoais (Ferreira, 2000; EB, 2024; MB, 2024; FAB, 2018).

Finalmente, um bom militar é aquele que serve com dedicação e empatia, demonstrando compaixão e respeito pela comunidade e pelas pessoas que ele jurou proteger. Estará disposto a sacrificar sua própria segurança e conforto em prol dos outros, mostrando altruísmo e abnegação em seu serviço. Neste sentido, é muito mais do que, apenas, um guerreiro hábil; ele é um líder, um profissional, um defensor da ética e um servo de sua nação. Ele personifica os

mais altos padrões de excelência, integridade e serviço, e é uma fonte de inspiração e orgulho para todos aqueles que têm a honra de servi-lo (Ferreira, 2000).

Todo esse arcabouço demonstra o imaginário acerca de quem é o militar ou o que deveria ser o “bom militar”. Tal ideário está muito vinculado à percepção que a sociedade tem sobre o guerreiro e o herói. O conceito de guerreiro evoca uma imagem de força, coragem e determinação, muitas vezes associada a figuras heroicas e lendárias, que enfrentam desafios e adversidades em nome de um propósito maior. Ao longo da história, os papéis do guerreiro e do herói, frequentemente correlatos, têm sido fundamentais em diversas culturas e sociedades.

Em sua forma básica, um guerreiro é alguém que está preparado para lutar em defesa de sua comunidade, de sua nação ou de seus ideais. Ele é treinado em habilidades militares, como o combate corpo a corpo, o manejo de armas e estratégias táticas, sempre disposto a enfrentar o perigo e o sacrifício pessoal em nome da causa que defende. No entanto, ser um guerreiro vai além de, simplesmente, ter habilidades de combate. É uma questão de mentalidade e de caráter. O verdadeiro guerreiro é alguém que incorpora valores como honra, lealdade, disciplina e respeito, vivendo de acordo com um código de conduta ética e moral, que guia suas ações em todas as circunstâncias (Silva, 2019).

A coragem é uma das características mais evidentes do guerreiro. Ele enfrenta o perigo sem vacilar, mantendo a calma e a determinação, mesmo diante das situações mais adversas. Sua bravura inspira confiança em seus companheiros e evoca respeito entre seus adversários, tornando-o uma figura poderosa e respeitada no campo de batalha. Além da coragem, o guerreiro valoriza a disciplina e a autocontenção, o que lhe demanda treinar, diligentemente, para aprimorar suas habilidades e uma constante preparação mental para enfrentar os desafios que possam surgir. Ele é capaz de controlar suas emoções e agir com calma e racionalidade, mesmo em situações de alta pressão, tomando decisões com base na análise cuidadosa das circunstâncias. Tal indivíduo é fiel aos seus companheiros de armas, à sua liderança e à causa que defende, colocando os interesses do grupo acima dos seus próprios. Sua dedicação e compromisso são inabaláveis, e ele está disposto a sacrificar sua própria vida em nome da unidade e da solidariedade do grupo. Ainda, ser um

guerreiro não significa apenas lutar e conquistar, mas envolve a capacidade de proteger e servir aqueles que são mais vulneráveis. Um verdadeiro guerreiro é um protetor da justiça e da paz, defendendo os fracos e oprimidos e enfrentando a tirania e a opressão onde quer que elas ocorram (Arguelhes, 2008; Moita, 2013; Silva, 2018b).

A conceituação do guerreiro é paralela à do herói, sendo esta uma construção cultural e histórica, que evoluiu ao longo dos séculos, refletindo os valores, crenças e desafios de diferentes sociedades. Ao longo dos tempos, os heróis têm sido símbolos de coragem, sacrifício e mudança, adaptando-se e evoluindo para atender as necessidades e desafios de cada época. Seja na mitologia antiga, na literatura medieval, nos movimentos sociais modernos ou na cultura popular contemporânea, os heróis continuam a inspirar e a provocar reflexão sobre o que significa ser, verdadeiramente, nobre e corajoso. É, afinal, um reflexo dos valores e aspirações de uma sociedade, encapsulando a luta humana pela realização de ideais elevados. A natureza e as características dos heróis podem variar, significativamente, de acordo com o contexto cultural e temporal, mas, na sociedade ocidental, filiamo-nos, principalmente, à percepção grega do conceito. De qualquer modo, um herói é, em essência, uma figura que encarna atributos de coragem, nobreza, e auto-sacrifício, muitas vezes superando adversidades para alcançar um bem maior (Arguelhes, 2008; Moita, 2013; Silva, 2018; Silva, 2019).

Todos esses elementos podem ser consubstanciados na percepção que os militares têm sobre a honra. Esta é um dos pilares fundamentais da moralidade e da ética em muitas culturas. Embora sua definição possa variar de acordo com o contexto cultural e histórico, geralmente a honra é associada a um conjunto de valores, que incluem integridade, dignidade, respeito próprio e respeito aos outros. É um princípio que guia o comportamento humano, incentivando as pessoas a agirem de maneira justa, honesta e corajosa em todas as situações. Ela implica em viver de acordo com um código de conduta moral, mesmo quando isso consiste em sacrificar interesses pessoais ou enfrentar desafios e dificuldades. A honra está relacionada ao reconhecimento público e ao prestígio social. Pessoas consideradas honradas são respeitadas e admiradas por suas comunidades, que reconhecem seus méritos e virtudes. No entanto, é importante ressaltar que a verdadeira honra não é conquistada

através da busca por reconhecimento externo, mas sim pela prática consistente de valores éticos e morais, em todas as áreas da vida (Pitarch, 1984).

A honra militar, especificamente, é um conceito fundamental que permeia as tradições, os valores e o código de conduta das Forças Armadas em todo o mundo. Ela representa um conjunto de princípios éticos e morais que guiam o comportamento dos militares em serviço, orientando suas ações e decisões em todas as situações, desde o campo de batalha até o convívio diário com colegas, indivíduos comuns e superiores. Os militares são treinados, desde o início de suas carreiras, a adotar os valores citados e a viver de acordo com os princípios da honra e do decoro, mesmo diante das adversidades mais extremas. Conforme reforçado pela declaração dos valores institucionais, estes sujeitos devem ser transparentes e éticos em todas as suas interações, agindo com honestidade e integridade em cada situação que enfrenta, o que inclui assumir a responsabilidade por erros ou falhas, sempre buscando a melhoria e o aperfeiçoamento pessoal e profissional. O conceito traduz um estado de espírito e um compromisso pessoal com os mais altos padrões de conduta. É a marca distintiva dos verdadeiros guerreiros, aqueles que estão dispostos a colocar o bem maior acima de si mesmos e a viver de acordo com os princípios de honra e dignidade, mesmo nas circunstâncias mais difíceis (Pitarch, 1984; Ferreira, 2000).

A repetitividade proposital dessas ideias em nosso texto visa, justamente, consolidar a ideia de que o ideário acerca daquilo que se considera um bom militar está diretamente associado aos conceitos de “Guerreiro” e “Herói”. Não há, segundo nossa análise, qualquer diferenciação entre um e outro, o que nos auxilia a compreender como esses elementos servem de base para a construção do “princípio constitutivo” da cultura institucional das Forças Armadas como um todo. Entender estrutura tão complexa permite-nos aferir de que forma os membros das organizações militares, de qualquer uma das forças, sempre justificam suas ações. Por meio de seus valores, que são quase etéreos e tão antigos quanto a própria sociedade ocidental, permite-lhes tanto firmar o arcabouço da construção institucional, como a forma como a instituição age em relação à sociedade.

As Forças Armadas formam-se, como grupo social, através do desenvolvimento de um espírito de grupo e de uma agenda própria para atuar

na sociedade, influenciando segundo suas próprias visões e expectativas de futuro. Ferreira (2000) sugere a existência do que chamou de “partido fardado” e a forma como esta parte da corporação militar relaciona-se com a sociedade brasileira. Esse suposto partido seria a parcela da corporação que se manifesta politicamente em determinados momentos, não sendo um grupo que existe o tempo todo na instituição. A constituição das Forças Armadas, enquanto grupo coeso, propicia o surgimento de uma cultura institucional própria. Esta cultura baseia-se em princípios de hierarquia e disciplina, sobretudo na ideia de honra. A honra é a pedra de toque de toda a estrutura (Coelho, 1976; Ferreira, 2000).

O conceito de honra opõe-se ao conceito de legalidade que é seguido pelos civis. Ambos, honra e legalidade, servem aos respectivos grupos como elemento gerador de segurança, da quase-certeza do cumprimento das ordens emanadas. Diferem no sentido de que a legalidade parte da necessidade de se “garantir autonomia e poder individual”, ao contrário da honra, que “tem como referência não a busca por status definido pela riqueza, mas a ligação patética, emocional com a Pátria” (Ferreira, 2000).

Clausewitz (2010) propôs a existência de um gênio militar que caracteriza os grandes generais. Emprega, aqui, gênio no sentido da grande capacidade de um indivíduo na execução de determinada função. Em alguma medida, deveria ser um predicado de todos os bons membros da caserna, mas não o é necessariamente. É uma miríade de características composta por capacidades inatas (inteligência aguçada, coragem, determinação, presença de espírito, força de vontade, constância, equilíbrio emocional, firmeza, caráter, força física, etc.) e o desenvolvimento intelectual permitido ou até proposto pela sociedade à qual pertença.

Então, há um elemento comum a todas essas perspectivas do que é ser um militar ou de quem deveria ser: um homem esclarecido, com domínio de sua própria razão, capaz de lidar com as intempéries da vida e da frente com autocontrole, dotado de grande capacidade cognitiva e senso de dever apurado. Tais esses atributos confluem entre si, podendo resumir-se na honra. É esse indivíduo o que está preparado para ir à guerra defender seus compatriotas e garantir a segurança de seu país em face das ameaças externas.

3.4. A Política e a Guerra

A relação entre a política e a guerra é uma intrincada rede de interações que moldou a história humana ao longo dos séculos. Tal relação é multifacetada, complexa e, muitas vezes, ambígua, refletindo uma gama de motivos, estratégias e consequências que transcendem fronteiras e períodos temporais. Desde os primórdios das civilizações, a guerra tem sido um instrumento para alcançar objetivos políticos. Os líderes utilizam o conflito armado como meio de expandir territórios, impor ideologias, consolidar poder e, em muitos casos, garantir a própria sobrevivência política. Os impérios antigos, como o Romano e o Persa, empregaram a guerra como um meio de conquista e domínio sobre vastas extensões de território, enquanto os governantes medievais travaram batalhas para afirmar sua autoridade sobre reinos fragmentados (Silva, 2018b; Keegan, 2006; Sun-Tzu, 2022).

A guerra desempenha um papel crucial na formação de alianças, na negociação de tratados e na resolução de conflitos entre nações. A diplomacia, muitas vezes, caminha lado a lado com a ameaça ou o uso da força, com os líderes buscando equilibrar o poderio militar com a habilidade de negociar e fazer concessões. Além disso, a guerra pode moldar o próprio cenário político de uma nação, alterando dinâmicas de poder, transformando governos e redefinindo fronteiras. Revoluções, guerras civis e conflitos armados internos podem levar a mudanças radicais na estrutura política de um país, resultando em novos regimes, sistemas de governo e ordens sociais (Keegan, 2006; Silva, Leão, 2018; Sun-Tzu, 2022).

É importante ressaltar que, embora a guerra seja, muitas vezes, considerada como um meio legítimo de alcançar objetivos políticos, ela carrega consigo um ônus humano e moral significativo. O custo em vidas humanas, o sofrimento causado aos civis e as consequências de longo prazo, como a destruição econômica e a instabilidade política, levantam questões éticas e morais sobre a legitimidade e a justificativa da guerra como instrumento político. Enquanto alguns argumentam que a guerra é um mal necessário para proteger interesses nacionais e promover a estabilidade global, outros defendem que a busca por soluções pacíficas e o diálogo são fundamentais para resolver conflitos e construir um mundo mais seguro e justo. Em última análise, a relação

entre guerra e política é um reflexo da complexidade da condição humana, no qual o poder, a ambição, os valores e as crenças se entrelaçam em uma dança perpétua de conflito e cooperação. É através do entendimento dessa relação que se pode buscar formas de mitigar os horrores da guerra e promover uma ordem mundial, baseada na paz, na justiça e no respeito mútuo.

Carl von Clausewitz (2010), um dos mais proeminentes teóricos militares da história, é reverenciado por sua obra monumental “Da Guerra”. Ele dedicou sua vida ao serviço militar e à reflexão sobre a natureza da guerra e da estratégia. O pensamento de Clausewitz representa uma abordagem abrangente e multifacetada da guerra, enfatizando sua ligação com a política, a incerteza e a importância da moral e motivação das tropas. Sua obra continua a ser amplamente estudada e debatida até os dias de hoje, influenciando não apenas o campo militar, mas áreas como a Política, a Estratégia Empresarial e a Teoria das Relações Internacionais (Freytag-Loringhoven, 1986; Clausewitz, 2010).

A principal contribuição de Clausewitz (2010) para o pensamento militar é sua visão holística acerca do fenômeno da guerra. Argumentou que a guerra não é, apenas, uma atividade puramente física, mas uma manifestação de forças políticas, sociais e psicológicas. Sua famosa definição de guerra como sendo “a continuação da política por outros meios” ressalta a interconexão inextricável entre a guerra e a política. Destaca a importância da vontade política na condução da guerra, ao afirmar que os líderes políticos devem definir objetivos claros e alcançáveis para a guerra e coordenar, efetivamente, os esforços militares para alcançá-los. Reconhecia que a guerra é permeada pela incerteza e imprevisibilidade, e que os planos, cuidadosamente elaborados, podem ser desviados pela realidade do campo de batalha.

Alguns conceitos propostos por Clausewitz (2010): “Névoa da Guerra”, que se refere à incerteza e à falta de clareza que os comandantes enfrentam durante o conflito; e da “Frictio”, ou atrito, referente às dificuldades e obstáculos que surgem durante a guerra. O autor enfatizou a importância de adaptar, constantemente, as estratégias e táticas, à medida em que a situação evoluía, e que a habilidade de lidar com a incerteza era essencial para o sucesso militar. Afirmava que os comandantes devem estar preparados para lidar com desafios e que a capacidade de superar o atrito é fundamental para a eficácia militar.

Abordou a natureza do combate e a importância do moral e da motivação das tropas, reconhecendo que a guerra é uma atividade intensamente emocional e que o moral das tropas poderia ter um impacto significativo no resultado do conflito.

Ao longo do século XIX, como um progressivo processo de racionalização do mundo por meio da ciência, grassou a necessidade de se desenvolver diversos objetos de estudo dentro do quadro metodológico da ciência da época. Assim como Carl von Clausewitz estabeleceu as bases para o estudo da guerra, Alfred Thayer Mahan ocupou-se em entender e propor uma teoria naval e estratégica. Seu pensamento revolucionou a compreensão do papel do poder marítimo na história e na política mundial, enfatizando a necessidade de uma marinha forte, bases navais estratégicas e controle das linhas de comunicação para garantir a segurança e a influência de uma nação.

Seu trabalho mais célebre, “The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783” (A Influência do Poder Naval na História, 1660-1783), publicado em 1890, estabeleceu as bases de seu pensamento. Uma das ideias mais importantes de Mahan foi o conceito de Poder Marítimo, que é composto por seis elementos que precisariam ser objeto de aperfeiçoamento por parte do Estado costeiro que desejasse se tornar uma Potência Marítima. Eles são a posição geográfica, a conformação física do território, sua extensão, a densidade demográfica, a forma como os indivíduos se comportam e pensam e, por último, as características do governo. Acreditava que uma marinha poderosa não só garantiria a segurança nacional, mas promoveria o prestígio e a influência internacional de um país. Advogava pela criação de bases navais estratégicas em todo o mundo, que serviriam como pontos de apoio para as operações navais e como símbolos do poderio marítimo de uma nação. Suas ideias influenciaram, significativamente, o desenvolvimento de políticas navais e estratégias militares em todo o mundo, moldando a geopolítica do século XX (Mahan, 1890; Alves de Almeida, 2018).

Ao seu lado, pode-se alocar o Julian Stafford Corbett (2005), cujas contribuições moldaram profundamente o entendimento da estratégia marítima e a história naval moderna. “Some Principles of Maritime Strategy”, estabeleceu os fundamentos da teoria estratégica naval moderna, argumentando que o domínio do mar não é, apenas, uma questão de se ter capacidade material

suficiente para garantir a destruição da frota inimiga, mas deveria haver uma confluência de elementos que formassem um corpo de políticas públicas dentro de um quadro estratégico nacional. */ Seu pensamento influenciou não apenas as doutrinas navais britânicas, mas teve impacto internacional, moldando o pensamento estratégico de várias marinhas ao redor do mundo visto ser uma proposição holística que integrava elementos políticos, econômicos e militares, tornando-se uma pedra angular para a estratégia marítima contemporânea (Corbett, 2005; Alves de Almeida, 2015; Alves de Almeida 2018).

Vidigal (apud Alves de Almeida, 2022) foi um pensador brasileiro que se ocupou de entender a importância do Poder Marítimo para a garantia da soberania do Estado, principalmente o brasileiro. Uma Marinha eficiente tem características como versatilidade, capacidade de controle, capacidade de projeção de poder, potencial de movimentação, representatividade das políticas públicas adotadas pelo Estado e autonomia. Propunha a perspectiva de que o uso político do mar não se resumia somente ao uso de armas e canhões, mas à capacidade de intimidação de outros Estados para evitar ingerências e ameaças sem o uso da força. Uma boa avaliação das necessidades específicas do Brasil, por exemplo, para cuidar de seu território marítimo seria tão importante e eficaz quanto o próprio poder material. Esse seria o uso político da Marinha de Guerra, sobretudo no meio internacional.

Esse conjunto de percepções acerca da guerra e do poder marítimo foram objeto de inspiração dos elaboradores do arcabouço teórico sobre o qual se fundamentam os princípios das instituições militares ao redor do mundo. A ideia de que era necessário racionalizar o fenômeno da guerra e, portanto, a forma como as Forças Navais deveriam estar preparadas para lidar com ele, é bastante relevante para compreender seu formato atual e a maneira como lidam com o mundo da política em sentido amplo. Compreender as necessidades do Estado para a proteção de seu território marítimo e sua projeção de poder no mar são fundamentais para o desenvolvimento de uma Marinha potente capaz de garantir a integridade nacional.

3.5. A Guerra do Paraguai

Nesta seção, vamos apresentar uma visão geral do conflito, dando uma breve explicação sobre as condições conjunturais dos países partícipes antes do conflito, o processo anterior que culminou na Guerra, o desenrolar das principais batalhas ocorridas e os resultados consequentes para cada um dos estados beligerantes. As causas da Guerra do Paraguai são complexas e envolvem uma série de fatores políticos, econômicos e territoriais. Uma das principais questões que levaram ao conflito foi a disputa pela hegemonia regional na América do Sul. O Paraguai, liderado pelo presidente Francisco Solano López, buscava expandir seu território e afirmar sua independência frente às potências vizinhas, especialmente o Brasil. Em 1864, uma série de incidentes diplomáticos entre o Paraguai e o Brasil levaram a um rompimento nas relações entre os dois países.

3.5.1. Situação política do Prata antes da Guerra

A América do Sul no século XIX estava em um processo de formação de estados nacionais e definição de fronteiras. O Paraguai, sob o comando de Solano López, desejava expandir seu território e obter uma saída para o mar, essencial para seu comércio e desenvolvimento econômico. O Brasil e a Argentina tinham interesses expansionistas e estavam envolvidos em disputas fronteiriças entre si e com o Paraguai. A rivalidade entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina era uma característica marcante do cenário político da região. Ambos os países tinham influência sobre o Uruguai, onde conflitos internos entre Blancos (apoiados pela Argentina) e Colorados (apoiados pelo Brasil) contribuíram para a instabilidade na região do Prata. A instabilidade interna do Uruguai foi um dos fatores que contribuíram para o desencadeamento da guerra (Doratioto, 2002; Doratioto, 2006; Menezes, 2012).

O Brasil era um Império liderado por Dom Pedro II, que assumiu o trono em 1840. Governado pela Constituição de 1824, o Brasil era uma monarquia constitucional sendo que o imperador possuía poderes consideráveis, incluindo o poder moderador, permitindo sua intervenção nos outros ramos do governo. Apesar de instabilidades políticas e revoltas regionais nas décadas anteriores,

como a Cabanagem, a Sabinada e a Farroupilha, a década de 1850 trouxe relativa estabilidade. A alternância de poder entre o Partido Liberal e o Partido Conservador sob um sistema parlamentarista ajudou a consolidar a autoridade do governo central. A economia brasileira antes da Guerra do Paraguai era predominantemente agrária, com o café, açúcar e algodão sendo as principais atividades econômicas. O café se destacou como a principal exportação, gerando riqueza especialmente nas províncias do Sudeste. A economia dependia fortemente do trabalho escravo, com a escravidão gerando profundas desigualdades sociais. Mesmo após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibiu o comércio transatlântico de escravos, o uso de mão-de-obra escrava interna continuou (Basile, 2020; Fausto, 2006).

A sociedade brasileira era muito estratificada, dominada por uma elite de grandes proprietários de terras e escravos, enquanto a maioria da população vivia em condições precárias. Uma crescente classe média urbana, composta por comerciantes, profissionais liberais e pequenos proprietários, começou a demandar maiores direitos e reformas sociais. Movimentos abolicionistas e reformistas estavam ganhando força, com intelectuais, políticos e ativistas pressionando por mudanças sociais, incluindo a abolição da escravidão. O Exército Brasileiro, antes da Guerra do Paraguai, era relativamente pequeno e mal equipado, composto por tropas regulares e milícias provinciais. Entretanto, a Marinha do Brasil era mais desenvolvida, desempenhando um papel crucial na proteção das rotas marítimas e na projeção de poder regional. A expansão territorial era vista como uma forma de fortalecer o país e garantir acesso a recursos naturais e novas áreas de produção agrícola (Basile, 2020; Fausto, 2006).

No século XIX, a Argentina estava em um processo de unificação sob a liderança de Bartolomé Mitre, que buscava centralizar o poder e promover o desenvolvimento econômico. As províncias do norte, próximas ao Paraguai, tinham interesses comerciais e de segurança que as alinhavam com o governo central na questão da guerra. No início do século, a Argentina era fragmentada em diversas províncias com forte autonomia, resultando em numerosas guerras civis entre unitários, que apoiavam um governo central forte, e federalistas, que defendiam a autonomia provincial. Juan Manuel de Rosas governou de 1829 a 1852, tentando unificar o país sob um regime autoritário. Após sua queda, a

instabilidade persistiu até a ascensão de Bartolomé Mitre. Mitre tornou-se presidente em 1862, após vencer a Batalha de Pavón contra Justo José de Urquiza. Como líder unitário, Mitre trabalhou para centralizar o poder e modernizar a nação, promovendo a construção de infraestrutura e a integração das províncias ao governo central em Buenos Aires (Doratioto, 2002; Menezes, 2012).

Na década de 1860, a economia argentina estava em expansão, impulsionada pelas exportações agrícolas, especialmente de carne e couro. A pecuária era a espinha dorsal da economia, com as férteis terras da região pampeana proporcionando excelentes condições para a criação de gado. Além disso, o país começou a diversificar suas exportações com a introdução de culturas como o trigo. O governo de Mitre incentivou o desenvolvimento de infraestrutura, construindo ferrovias e melhorando os portos para facilitar o transporte de mercadorias e pessoas. Investimentos estrangeiros, principalmente britânicos, foram cruciais para financiar projetos de infraestrutura e modernização agrícola. A Argentina começava a se tornar um destino atraente para imigrantes europeus em busca de melhores oportunidades econômicas. Esse fluxo migratório ajudou a moldar a composição social do país, trazendo diversidade cultural e contribuindo para o crescimento populacional. Os imigrantes trouxeram novas técnicas agrícolas e conhecimentos que beneficiaram a economia argentina. Apesar do crescimento econômico, o país enfrentava desafios sociais, como a questão indígena e a integração das diversas etnias e culturas presentes no território. O governo central procurava consolidar sua autoridade sobre regiões habitadas por populações indígenas, frequentemente recorrendo a campanhas militares para subjugar essas comunidades (Doratioto, 2002; Menezes, 2012).

Desde sua independência, o Uruguai foi marcado por lutas internas entre dois grupos políticos principais: os Blancos, representados pelo Partido Nacional e liderados pela família Oribe, e os Colorados, representados pelo Partido Colorado e liderados pela família Rivera. Os Blancos tinham uma base de apoio rural e defendiam valores tradicionais e interesses agrários, enquanto os Colorados tinham apoio urbano e defendiam políticas progressistas e liberais, buscando modernizar a economia e a sociedade uruguaia. Nas décadas anteriores, o Uruguai passou por uma guerra civil conhecida como Guerra

Grande (1839-1851). Nessa guerra, os Blancos foram apoiados pela Argentina de Juan Manuel de Rosas, enquanto os Colorados receberam apoio do Império do Brasil (Doratioto, 2002; Menezes, 2012; Basile, 2020).

A intervenção brasileira em 1851 ajudou os Colorados a vencer a guerra, estabelecendo uma influência duradoura do Brasil sobre o governo uruguaio. Em 1863, o líder colorado Venancio Flores, com o apoio do Brasil, iniciou uma revolta contra o governo blanco de Atanasio Aguirre. Flores, que já havia sido presidente do Uruguai entre 1854 e 1855, acusava o governo blanco de corrupção e má administração. O apoio brasileiro a Flores incluía não apenas suporte logístico, mas tropas e suprimentos, evidenciando o interesse do Brasil em manter um governo aliado no Uruguai. Em 1864, a situação no Uruguai se intensificou. Em agosto daquele ano, o Brasil enviou um ultimato ao governo blanco, exigindo proteção para os interesses e cidadãos brasileiros no Uruguai. O governo blanco recusou as exigências, levando o Brasil a iniciar uma intervenção militar direta. Em outubro de 1864, as tropas brasileiras cruzaram a fronteira e começaram a ocupar território uruguaio. Ao mesmo tempo, Flores intensificou suas ações contra o governo blanco, recebendo crescente apoio do Brasil. Essa intervenção direta do Brasil no conflito uruguaio causou grande preocupação em Francisco Solano López, presidente do Paraguai, que via a crescente influência brasileira como uma ameaça ao equilíbrio de poder na região (Doratioto, 2002; Basile, 2020).

Sob a liderança de Carlos Antonio López e, posteriormente, de seu filho Francisco Solano López, o Paraguai buscava consolidar seu poder e promover o desenvolvimento econômico. Carlos Antonio López governou até 1862, investindo em infraestrutura, como ferrovias e telégrafos, e modernizando o exército e a economia, ainda que mantivesse um controle rígido e autoritário sobre o poder. Seu filho, Francisco Solano López, continuou essas políticas e tinha ambições de transformar o Paraguai em uma potência regional, o que levou a uma política externa mais agressiva e ao fortalecimento militar (Menezes, 2012).

Anteriormente, José Gaspar Rodríguez de Francia, conhecido como "El Supremo", governou o Paraguai de 1814 até 1840, implementando um regime autocrático e isolacionista. Francia rompeu os laços com a Argentina e os centros de poder colonial espanhol, promovendo a autossuficiência e a independência

política completa. Ele expropriou terras da Igreja e da aristocracia para redistribuí-las entre camponeses e restringiu severamente a imigração e o comércio exterior. Sob seu governo, o Paraguai se tornou um Estado fechado, com uma forte ênfase na igualdade racial e econômica (Doratioto, 2002; Doratioto, 2006; Menezes, 2012).

A economia paraguaia, durante os governos de Carlos Antonio López e Francisco Solano López, continuou autossuficiente, com forte ênfase na agricultura e pecuária. Apesar do isolamento, Carlos Antonio López iniciou um processo de industrialização, estabelecendo fábricas de armamentos, estaleiros e outras indústrias, e desenvolveu uma infraestrutura significativa, incluindo uma fundição de ferro e uma rede de telégrafos. Francisco Solano López continuou a modernizar e expandir o exército, importando armas modernas e estabelecendo academias militares, com o objetivo de preparar o Paraguai para potenciais conflitos e desafiar a hegemonia regional de países como o Brasil e a Argentina (Menezes, 2012).

3.5.2. Início das Distensões

Francisco Solano López considerava a intervenção brasileira no Uruguai como uma ameaça direta aos interesses paraguaios. O Paraguai estava geograficamente isolado e dependia do livre trânsito pelo rio Paraná, controlado pela Argentina, e do rio Paraguai, controlado pelo Brasil. A possibilidade de cerco influenciou López a tomar medidas drásticas. Em novembro de 1864, como resposta à intervenção brasileira, Solano López ordenou a captura do navio brasileiro "Marquês de Olinda", que navegava pelo rio Paraguai, e prendeu sua tripulação. O navio, que transportava o novo governador da província de Mato Grosso, foi capturado e sua tripulação foi presa. Este ato foi um claro sinal de desafio à influência brasileira e uma tentativa de pressionar o Brasil a reconsiderar sua política intervencionista no Uruguai. Este foi um prelúdio para a declaração de guerra contra o Brasil (Doratioto, 2002; Basile, 2020).

A captura do "Marquês de Olinda" foi seguida por uma declaração formal de guerra ao Brasil em dezembro de 1864. López justificou a guerra como uma resposta necessária à interferência brasileira nos assuntos regionais e uma

medida de defesa dos interesses paraguaios. Esta ação marcou o início de uma série de hostilidades que rapidamente se expandiram. No final de 1864, as forças paraguaias lançaram uma invasão na província brasileira de Mato Grosso. Essa campanha visava capturar territórios estratégicos e recursos, bem como demonstrar a capacidade militar do Paraguai. As tropas paraguaias ocuparam várias cidades e fortificações, causando considerável dano às infraestruturas locais e estabelecendo uma presença militar significativa na região. Em março de 1865, López ampliou o conflito ao atacar a Argentina. Ele ordenou a invasão da província de Corrientes, com o objetivo de cortar as comunicações e suprimentos entre o Brasil e a Argentina. A ocupação de Corrientes visava incitar revoltas internas contra o governo central argentino, enfraquecendo a posição de Bartolomé Mitre (Doratioto, 2002; 2006; Menezes, 2012; Basile, 2020).

A Batalha do Riachuelo, travada em 11 de junho de 1865, foi um dos episódios mais interessantes da Guerra do Paraguai (1864-1870). Este confronto naval entre a frota do Império do Brasil e a frota do Paraguai ocorreu no rio Paraná, nas proximidades do riacho Riachuelo, no atual território argentino. As forças navais brasileiras, sob o comando do Almirante Barroso, enfrentaram a frota paraguaia e consolidaram a supremacia naval brasileira, tendo um impacto significativo no curso do conflito. A vitória brasileira nesta batalha garantiu o controle dos rios da região, impedindo o Paraguai de realizar incursões navais significativas (Doratioto, 2006; Alves de Almeida, 2015).

O controle dos rios Paraná e Paraguai era crucial para a movimentação de tropas e suprimentos na região. A marinha paraguaia, apesar de menos poderosa que a brasileira, tinha a vantagem do conhecimento local e pretendia usar a surpresa para equilibrar as forças. O Paraguai planejou atacar a frota brasileira ancorada no rio Paraná, tentando cortar suas linhas de comunicação e suprimento. Na madrugada de 11 de junho de 1865, a frota paraguaia começou a descer o rio Paraná com a intenção de surpreender a frota brasileira ancorada próximo ao riacho Riachuelo. Os paraguaios esperavam causar danos significativos antes que os brasileiros pudessem reagir. A frota paraguaia atacou primeiro, conseguindo inicialmente surpreender e danificar alguns navios brasileiros. No entanto, a frota brasileira rapidamente respondeu ao ataque (Doratioto, 2006).

O Almirante Barroso ordenou que seus navios desatracassem e enfrentassem os paraguaios em uma série de manobras táticas. A habilidade de Barroso em manobrar suas embarcações foi crucial. Ele utilizou seu conhecimento das correntes e dos bancos de areia do rio a seu favor. A canhoneira paraguaia "Paraguarí" foi capturada, e outros navios paraguaios foram severamente danificados ou afundados. O próprio capitão Meza foi ferido gravemente e, posteriormente, morreu, o que desorganizou ainda mais as forças paraguaias (Menezes, 2012).

A vitória na Batalha do Riachuelo assegurou a superioridade naval da Tríplice Aliança pelo restante da guerra. A marinha paraguaia sofreu uma derrota devastadora, perdendo a capacidade de realizar operações navais ofensivas. Demonstrou a eficácia e a determinação das forças brasileiras e consolidou a liderança de Barroso como um comandante naval habilidoso. Após Riachuelo, a guerra se concentrou mais em operações terrestres. A derrota naval forçou Solano López a reavaliar suas estratégias, focando na defesa de fortalezas e na guerra de guerrilha. A Tríplice Aliança pôde então avançar gradualmente em território paraguaio, eventualmente cercando e pressionando López. A agressão paraguaia contra o Brasil e a Argentina levou à formação da Tríplice Aliança em maio de 1865. Juntamente com o Uruguai, os três países agora sob o controle dos colorados liderados por Venancio Flores, uniram-se formalmente para enfrentar a ameaça paraguaia.

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865, estabeleceu os seguintes objetivos: derrubar Francisco Solano López, assegurar a paz regional, dividir os custos da guerra e cooperar militarmente até a derrota do Paraguai, mantendo a independência paraguaia após o conflito com um governo que respeitasse a paz regional. O Brasil, com sua superioridade naval e terrestre, forneceria a maior parte das forças. A Argentina contribuiria com tropas terrestres significativas e apoio logístico, enquanto o Uruguai, com recursos mais limitados, ofereceria apoio militar e logístico. A formação da Tríplice Aliança teve consequências imediatas na escalada do conflito. As forças aliadas lançaram uma série de ofensivas contra o Paraguai, incluindo a invasão do território paraguaio e a batalha pelo controle de pontos estratégicos (Cervo; Bueno, 2015).

As forças da Tríplice Aliança, após consolidar sua superioridade naval com a vitória na Batalha do Riachuelo, avançavam pelo território paraguaio. A Batalha de Tuiuti foi a maior e uma das mais decisivas batalhas terrestres, demonstrando a força e a determinação das forças aliadas contra a agressão paraguaia. López concentrou cerca de 25.000 soldados, organizando um ataque surpresa contra as posições aliadas. O objetivo era desbaratar as linhas inimigas e causar uma derrota esmagadora. Comandadas pelo General Bartolomé Mitre (Argentina), General Venancio Flores (Uruguai) e o Duque de Caxias (Brasil), as forças aliadas contavam com aproximadamente 32.000 homens, fortemente entrincheirados e preparados para um combate defensivo (Doratioto, 2002; Cervo; Bueno, 2015).

3.5.3. As Principais Batalhas

Agora, vamos apresentar um resumo das principais batalhas e cercos da Guerra do Paraguai após a celebração do Tratado. Elas foram, a Batalha de Tuiuti, a Batalha de Curupaiti, o Cerco de Humaitá e a Dezembrada, em que daremos foco para a principal batalha que foi a ocorrida em Avaí. Não nos aprofundaremos nas questões historiográficas que cercam o tema, visto que são muitas e no mínimo controversas. Nos serviremos das principais referências sobre o tema atualmente e nos ateremos à narração do contexto geral das batalhas, sem detalhes profundos sobre tática e estratégia.

Na madrugada de 24 de maio de 1866, os paraguaios lançaram um ataque surpresa Tuiuti. Divididos em várias colunas, atacaram simultaneamente os flancos e o centro das linhas aliadas, tentando romper a defesa e criar caos. Os primeiros momentos da batalha de foram caóticos. As forças paraguaias avançaram com determinação, e os combates corpo a corpo foram intensos. As linhas da Tríplice Aliança, embora pegas de surpresa, reagiram rapidamente e de forma coordenada. A artilharia aliada desferiu fogo pesado sobre as formações inimigas. As tropas brasileiras, sob o comando do Duque de Caxias, sustentaram posições críticas, enquanto os argentinos e uruguaios reforçavam os flancos (Doratioto, 2006; Scavarda, 1970).

A superioridade numérica e a melhor organização das tropas aliadas começaram a prevalecer. As forças aliadas, após conterem a ofensiva inicial,

lançaram contra-ataques coordenados. A cavalaria brasileira realizou cargas decisivas que desorganizaram as fileiras paraguaias. A resistência paraguaia, apesar de feroz, começou a enfraquecer devido à falta de apoio e ao impacto devastador da artilharia aliada.

A Batalha de Tuiuti terminou com uma vitória esmagadora para a Tríplice Aliança. As forças paraguaias sofreram cerca de 13.000 baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros, enquanto os aliados tiveram aproximadamente 4.000 baixas. A derrota paraguaia foi um golpe severo para López, tanto militarmente quanto moralmente. A vitória em Tuiuti elevou o moral das tropas da Tríplice Aliança e solidificou a determinação dos aliados em continuar a ofensiva. Para os paraguaios, a derrota minou a confiança e marcou o início de uma série de retrocessos no conflito. Após a vitória em Tuiuti, as forças da Tríplice Aliança consolidaram suas posições e se prepararam para avançar mais profundamente no território paraguaio. A batalha demonstrou a eficácia da coordenação aliada e a importância da preparação defensiva, além de estabelecer um precedente para futuras operações militares contra o Paraguai (Menezes, 2012).

A Batalha de Curupaiti, ocorrida em 22 de setembro de 1866, foi uma das poucas vitórias significativas do Paraguai na Guerra do Paraguai. As fortificações paraguaias, defendidas por cerca de 5.000 homens sob o comando do General José Eduvigis Díaz, repeliram um ataque massivo das forças da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), resultando em pesadas baixas para os aliados. Este confronto, localizado na margem esquerda do rio Paraguai, destacou-se pela má coordenação e planejamento da Aliança, culminando em uma derrota significativa e sangrenta com cerca de 9.000 baixas aliadas, em contraste com menos de 1.000 baixas paraguaias (Doratioto, 2002; Menezes, 2012).

As forças aliadas, comandadas pelo General Bartolomé Mitre e pelo Marquês de Caxias, consistiam em aproximadamente 20.000 soldados. Eles tentaram avançar em direção a Curupaiti, após um bombardeio naval preliminar que falhou em enfraquecer significativamente as defesas paraguaias. A ofensiva terrestre foi dificultada por terrenos pantanosos e vegetação densa, resultando em um ataque frontal desorganizado. As forças paraguaias, bem entrincheiradas, abriram fogo intenso, causando caos e altas perdas nas fileiras aliadas (Doratioto, 2002; 2006).

A derrota em Curupaiti forçou a Tríplice Aliança a reconsiderar suas estratégias e adiar novas ofensivas por quase um ano. Como consequência, o General Mitre passou a focar mais em assuntos internos na Argentina, delegando maior autoridade ao Marquês de Caxias, que se tornou o comandante supremo das forças aliadas. Sob a liderança de Caxias, a Aliança adotou uma abordagem mais cautelosa e meticulosa nas campanhas subsequentes (Doratioto, 2002).

O Cerco de Humaitá (1866-1868) foi a campanha mais prolongada da Guerra do Paraguai. A Fortaleza de Humaitá, localizada em uma curva estratégica do rio Paraguai, controlava o tráfego fluvial e protegia o acesso a Assunção. Era uma posição fortificada com canhões pesados, trincheiras e minas, sendo uma das principais linhas de defesa do Paraguai sob o comando de Francisco Solano López (Scavarda, 1970; Doratioto, 2002; Menezes, 2012).

Para a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), capturar Humaitá era essencial para cortar as linhas de abastecimento do Paraguai e avançar em direção à capital. Sob o comando do Duque de Caxias, as forças aliadas adotaram uma estratégia de desgaste, bombardeando constantemente a fortaleza e cortando as linhas de abastecimento paraguaias. A fome e as doenças começaram a enfraquecer a guarnição paraguaia. Os navios encouraçados da Aliança conseguiram romper as defesas fluviais, isolando ainda mais Humaitá (Doratioto, 2002; Vidigal, 2009).

Em 25 de julho de 1868, as forças paraguaias, debilitadas pela fome e doenças, começaram a evacuar Humaitá por ordem de López. A fortaleza foi capturada pelas forças aliadas, marcando um ponto decisivo no conflito. A queda de Humaitá comprometeu severamente as linhas de abastecimento e comunicação paraguaias, facilitando as operações subsequentes em direção a Assunção. Apesar dessa vitória, a guerra continuou por mais dois anos, com Solano López e suas forças recuando para outras posições defensivas e adotando táticas de guerrilha até a morte de López em 1870 (Doratioto, 2002).

A "Dezembrada" refere-se a uma série de batalhas decisivas ocorridas entre 6 e 27 de dezembro de 1868, durante a fase final da Guerra do Paraguai. Liderada pelo marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, a campanha resultou em vitórias cruciais para a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e marcou o início do fim para o regime de Francisco Solano López no

Paraguai. As batalhas foram caracterizadas por combates intensos e estratégicos, desmantelando as defesas paraguaias e pavimentando o caminho para a conquista final de Assunção (Fairbairn, 1970; Doratioto, 2002).

Em 1868, a Guerra do Paraguai já se arrastava por quatro anos, causando enormes perdas, especialmente para o Paraguai. As forças da Tríplice Aliança tinham feito avanços significativos, mas a resistência paraguaia, sob a liderança de Solano López, ainda era considerável. Após a captura de Humaitá, os aliados focaram em desmantelar as últimas linhas defensivas paraguaias ao longo do rio Piquissiri, ao sul de Assunção. Caxias planejou uma série de ataques coordenados para destruir as posições fortificadas paraguaias, envolvendo ataques simultâneos em vários pontos para sobrecarregar e desorganizar as defesas inimigas, facilitando a invasão de Assunção (Scavarda, 1970; Menezes, 2012).

A primeira batalha da Dezembrada ocorreu na ponte de Itororó, em 6 de dezembro, onde as forças brasileiras enfrentaram uma forte resistência paraguaia. Caxias liderou pessoalmente o ataque, encorajando suas tropas com a famosa frase: "Sigam-me os que forem brasileiros!". Após intensos combates, as forças aliadas conseguiram capturar a posição, infligindo pesadas baixas ao inimigo. A Batalha de Avaí, travada em 11 de dezembro de 1868, foi uma das últimas grandes batalhas da guerra, marcada pela resistência feroz das tropas paraguaias, incluindo crianças e adolescentes. López, pressionado e com suas forças reduzidas, tentou estabelecer uma linha defensiva ao longo do rio Avaí para retardar o avanço aliado e proteger a rota para Assunção. As forças aliadas, lideradas por Caxias, incluíam um grande contingente de soldados brasileiros, argentinos e uruguaios, apoiados por artilharia e cavalaria. Eles avançaram em direção às posições paraguaias no rio Avaí, realizando movimentos de reconhecimento para mapear as posições inimigas. Em 11 de dezembro, lançaram um ataque coordenado contra as defesas paraguaias. O terreno difícil e a resistência feroz tornaram o avanço lento e custoso, mas a superioridade numérica e material dos aliados, juntamente com o planejamento tático de Caxias, prevaleceu. A batalha envolveu combates corpo a corpo e trocas de tiros de artilharia pesada. Caxias ordenou ataques de flanco para cercar e desestabilizar as linhas paraguaias, causando caos e desorganização. A linha

defensiva paraguaia foi destruída, permitindo aos aliados avançarem em direção a Assunção (Fairbarin, 1970; Doratioto, 2002).

A culminação da Dezenbrada ocorreu nas colinas de Lomas Valentinas, onde López havia estabelecido uma das suas últimas linhas defensivas. A batalha se desenrolou em duas fases: o ataque inicial, em 21 de dezembro, e a ofensiva final, em 27 de dezembro. As forças aliadas, utilizando artilharia pesada e ataques frontais, cercaram e derrotaram os defensores paraguaios. López, percebendo a inevitabilidade da derrota, fugiu para as montanhas, deixando suas tropas em desordem (Fairbairn, 1970; Scavarda, 1970).

Com a derrota em Lomas Valentinas, as defesas paraguaias estavam destruídas. As forças aliadas marcharam para Assunção, capturando a capital paraguaia em janeiro de 1869 sem encontrar resistência significativa. A queda de Assunção marcou o colapso do governo de Solano López e a ocupação aliada da cidade. A Dezenbrada foi um golpe devastador para o Paraguai, desmantelando suas últimas linhas defensivas e abrindo o caminho para a ocupação total do país. A série de vitórias consolidou a posição da Tríplice Aliança, especialmente do Brasil, como a força dominante na região. O Duque de Caxias foi amplamente celebrado por sua liderança e consolidou seu lugar como um dos maiores militares da história brasileira (Fairbairn, 1970; Scavarda, 1970).

Embora a Dezenbrada tenha praticamente selado o destino do Paraguai, a guerra continuou em uma forma de guerrilha até 1870, com Francisco Solano López sendo perseguido e eventualmente morto pelas forças brasileiras em Cerro Corá. A guerra teve um impacto devastador sobre o Paraguai, resultando em enormes perdas humanas e materiais (Doratioto, 2002).

3.5.4. Consequências da Guerra para os partícipes

A Guerra do Paraguai teve consequências devastadoras para o Paraguai. Estima-se que a população paraguaia foi reduzida em até 70%, passando de cerca de 525 mil habitantes antes da guerra para aproximadamente 160 mil após o conflito. As perdas humanas foram particularmente graves entre os homens, resultando em uma desproporção de gênero severa que afetou a estrutura social

do país por décadas. Além das mortes em combate, doenças e fome contribuíram significativamente para as baixas populacionais.

A guerra resultou na queda de Francisco Solano López, que morreu em combate em 1870. O Paraguai foi ocupado por forças brasileiras até 1876, durante o qual o país foi governado por um triunvirato apoiado pela Tríplice Aliança. A ocupação estrangeira e a instalação de um governo aliado aos vencedores criaram um período de instabilidade política e intervenção estrangeira que moldou a política paraguaia nas décadas seguintes. A infraestrutura do país, incluindo plantações, gado e cidades, foi destruída. Antes da guerra sua economia era relativamente autossuficiente e isolada, mas após ficou em ruínas, necessitando de décadas para se recuperar. O Paraguai contraiu dívidas significativas com o Brasil e a Argentina como parte das indenizações de guerra, agravando ainda mais sua situação econômica. Da parte do Brasil, a dívida foi perdoada nos anos 1940. Em relação à estrutura social, a desproporção de gênero, com um número significativamente maior de mulheres do que homens, resultou em mudanças na dinâmica social e familiar. A reconstrução do país foi lenta e dolorosa, com um grande esforço para repovoar e recuperar a economia. A memória da guerra e a figura de Francisco Solano López se tornaram símbolos de resistência e sacrifício na cultura paraguaia (Doratioto, 2002; Menezes, 2012).

Os países da Tríplice Aliança sofreram perdas, embora em menor escala. O Brasil perdeu cerca de 50 mil soldados, a Argentina cerca de 18 mil, e o Uruguai teve perdas menores devido à sua participação limitada em termos de tropas. As baixas, no entanto, não foram suficientemente altas para causar desequilíbrios demográficos significativos nesses países (Doratioto, 2002).

O Brasil emergiu como a principal potência militar na América do Sul, mas a guerra deixou marcas profundas na sociedade brasileira, incluindo um aumento da dívida pública e tensões internas. O conflito revelou as fragilidades internas do Império, especialmente no que diz respeito ao uso de mão de obra escravizada, às relações entre o governo e as Forças Armadas e às tensões sociais decorrentes. A experiência da guerra acelerou o movimento abolicionista e aumentou as pressões por reformas políticas, culminando na abolição da escravidão em 1888 e na Proclamação da República em 1889. O País enfrentou ainda dificuldades econômicas devido aos altos custos da guerra, que foram

financiados por empréstimos externos e aumentos de impostos. A necessidade de reconstrução e a manutenção das tropas no Paraguai impuseram pesadas cargas fiscais. No entanto, a guerra impulsionou a modernização militar e a expansão das ferrovias e outras infraestruturas, preparando o Brasil para um crescimento econômico posterior (Schulz, 1994; Doratioto, 2002; Basile, 2020).

Para a Argentina, a guerra consolidou a autoridade do governo central sobre as províncias. A Argentina, liderada por Bartolomé Mitre, fortaleceu seu processo de unificação nacional e consolidou a autoridade do governo central sobre as províncias. A Argentina experimentou um crescimento econômico após a guerra, beneficiando-se do aumento do comércio e da estabilidade política. O país expandiu suas fronteiras e consolidou seu mercado interno, atraindo investimentos estrangeiros (Menezes, 2012).

O Uruguai, por sua vez, manteve sua independência, mas continuou a ser influenciado pelas políticas dos seus vizinhos maiores. Garantiu a estabilidade interna pela derrota da facção Blanca com o apoio da Tríplice Aliança. A participação na guerra ajudou a solidificar a aliança entre os Colorados uruguaios e seus aliados regionais. O Uruguai obteve ganhos econômicos, embora em menor escala, beneficiando-se da estabilidade política e das relações fortalecidas com o Brasil e a Argentina (Doratioto, 2002).

A Guerra do Paraguai foi um conflito de grande escala que transformou profundamente a geopolítica da América do Sul e deixou um legado duradouro nas nações envolvidas. As consequências da Guerra do Paraguai foram profundas e variadas, afetando todos os países envolvidos de maneiras diferentes. O Paraguai sofreu a maior devastação, enfrentando um longo e difícil processo de reconstrução. O Brasil, Argentina e Uruguai, embora vitoriosos, enfrentaram desafios significativos, incluindo perdas humanas, custos econômicos e mudanças políticas e sociais. A guerra deixou uma marca indelével na história sul-americana, moldando as relações entre os países e influenciando o desenvolvimento político e econômico da região nas décadas seguintes.

A participação da Marinha do Brasil na Guerra do Paraguai desempenhou um papel relativamente importante no desfecho do conflito e na consolidação da influência brasileira na América do Sul. Enquanto o conflito era predominantemente terrestre, a presença da Marinha foi fundamental para

garantir o controle dos rios e fornecer suporte logístico às operações militares em terra.

Desde o início da guerra, a Marinha brasileira desempenhou um papel vital no transporte de tropas, suprimentos e equipamentos ao longo dos rios Paraguai e Paraná. Isso permitiu que as forças brasileiras contornassem as defesas paraguaias em terra e realizassem manobras estratégicas importantes. Além disso, a Marinha brasileira patrulhou os rios para garantir a segurança das rotas de abastecimento e proteger as tropas de possíveis ataques paraguaios. Um dos episódios mais significativos envolvendo a Marinha do Brasil na Guerra do Paraguai foi a Batalha do Riachuelo, no rio Paraná. Nessa batalha, a esquadra brasileira, liderada pelo almirante Barroso, infligiu uma derrota decisiva à frota paraguaia, garantindo o controle dos rios e estabelecendo uma posição estratégica crucial para o avanço das forças aliadas em terra. O bloqueio naval do Paraguai impediu que o país recebesse suprimentos e reforços do exterior, enfraquecendo ainda mais sua capacidade de resistência. Combinado com o avanço das forças terrestres, contribuiu significativamente para a derrota final do Paraguai (Scavarda, 1970; Fairbarn, 1970, Mendonça, 1970).

A construção e manutenção de uma esquadra eficiente exigiram um esforço logístico e industrial significativo por parte do país. O Brasil investiu na modernização de sua frota naval, adquirindo navios de guerra mais avançados e expandindo suas capacidades de construção naval. Esse investimento não apenas fortaleceu a Marinha brasileira, mas também contribuiu para o desenvolvimento econômico e industrial do país. Foi um importante catalisador para a profissionalização e modernização das forças armadas brasileiras como um todo. O sucesso da Marinha durante o conflito demonstrou a importância estratégica do poder naval em uma guerra moderna e incentivou o Brasil a investir ainda mais em suas capacidades militares (Doratioto, 2002; Vidigal, 2009).

Em resumo, a participação da Marinha do Brasil na Guerra do Paraguai foi fundamental para o desfecho do conflito e para a afirmação do Brasil como potência regional na América do Sul. A atuação da Marinha em operações de transporte, patrulha e bloqueio naval contribuiu significativamente para a vitória das forças aliadas e para a consolidação da influência brasileira na região.

4. A Marinha e a Guerra do Paraguai na Perspectiva dos Oficiais Navais

Nesta seção serão apresentados os resultados da aplicação da metodologia descrita e a percepção dos Oficiais da Marinha do Brasil sobre a Guerra do Paraguai e sobre sua própria instituição. Primeiro, serão feitas considerações sobre a Revista Navigator, contendo uma análise dos temas dos artigos segundo nosso levantamento, uma análise dos autores e suas profissões e uma apresentação de outros aspectos que se pode notar ao longo da pesquisa. Depois, mostraremos o resultado da análise de frequência de termos utilizados pelos autores para se referir à Marinha do Brasil. Por último, uma apresentação do que e como os autores apresentam a Guerra do Paraguai em seus escritos.

4.1. Observações Preliminares sobre a Revista

Na fase de pré-seleção dos artigos, no período de triagem, foi possível verificar a variedade de assuntos tratados no escopo da Revista Navigator (Tabela 3). Em comparação com a segunda classificação feita com o intuito de simplificar as categorias (Tabela 2), pode-se notar uma maior quantidade de temas abordados no segundo ciclo de publicações. No novo ciclo, verificou-se artigos sobre música, esportes e relações de gênero, ao passo que no primeiro ciclo, as discussões permeavam mais o campo da história da instituição, seja sobre fatos, seja sobre a tecnologia naval em um determinado período, ou seja sobre os grandes ícones e heróis da história da Marinha, na forma de biografias.

Tabela 5: Classificação inicial dos temas abordados nos artigos selecionados

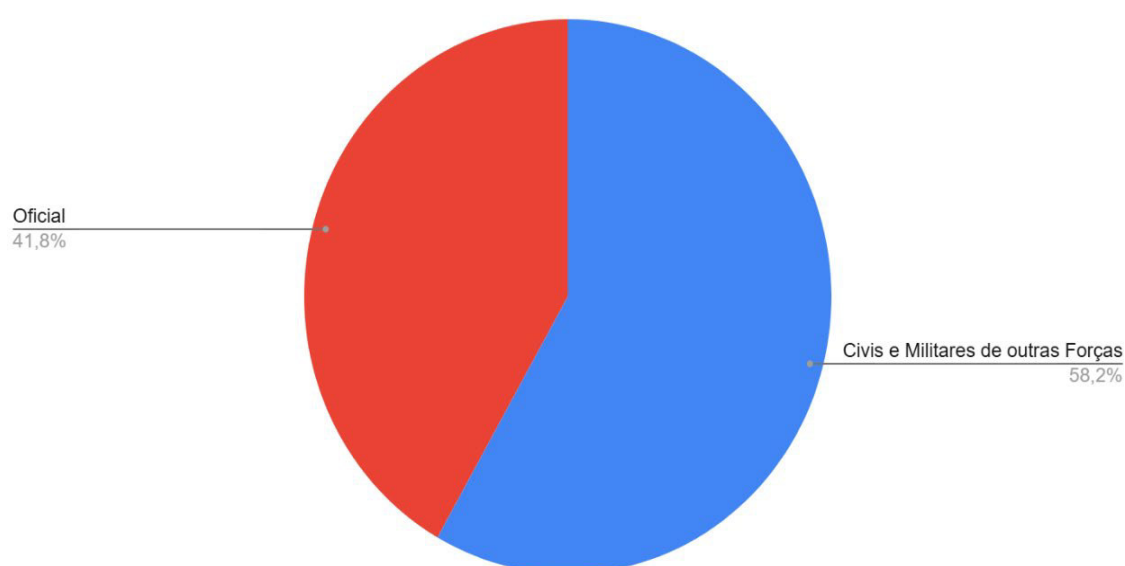
Tema	1975-1984	2005-2023	Total
Guerra do Paraguai	4	12	16
Tecnologia	9	2	11
Biografia	6	3	9
Colônia	1	5	6
Grandes Guerras	3	3	6
História	1	4	5
Arqueologia	1	3	4
Império	4	5	11
Navegação	2	2	4
Era Vargas	0	2	2
Primeira República	0	2	2
Esporte	0	1	1
Gênero	0	1	1
Música	0	3	3

Fonte: Elaborado pelo Autor

Relativamente aos autores, pode-se perceber que ao passo que no primeiro ciclo de publicações 41,8% (Figura 9) dos autores eram oficiais da Marinha da Marinha do Brasil, especificamente Capitães de Mar e Guerra (22,8%), seguidos dos Professores (15,2%) (Figura 10), totalizando 30 autores; no atual ciclo, professores de universidades (40,9%) são a maioria, seguidos dos pesquisadores (19,8%), compreendendo a um total de 184 autores (60,7%) (Figura 12). Houve uma distribuição maior das profissões dos civis que antes se restringiam, além dos já citados, a Engenheiros, Sociólogos, Geógrafos, Diplomatas, Pesquisadores, Arquitetos e Historiadores, mas no segundo ciclo compreendem a Pesquisadores Independentes, Museólogos, Sociólogos, Gerentes de Produção Editorial, Músicos, Servidor(a) Público(a), Técnicos Culturais, Analistas, Agentes Administrativos, Advogados, Agentes de Vigilância, Auditores, Arqueólogos, Diplomatas, Assistentes Institucionais e Historiadores (Figura 13). Todas essas informações podem ser mais bem observadas nas Figuras 9 a 13.

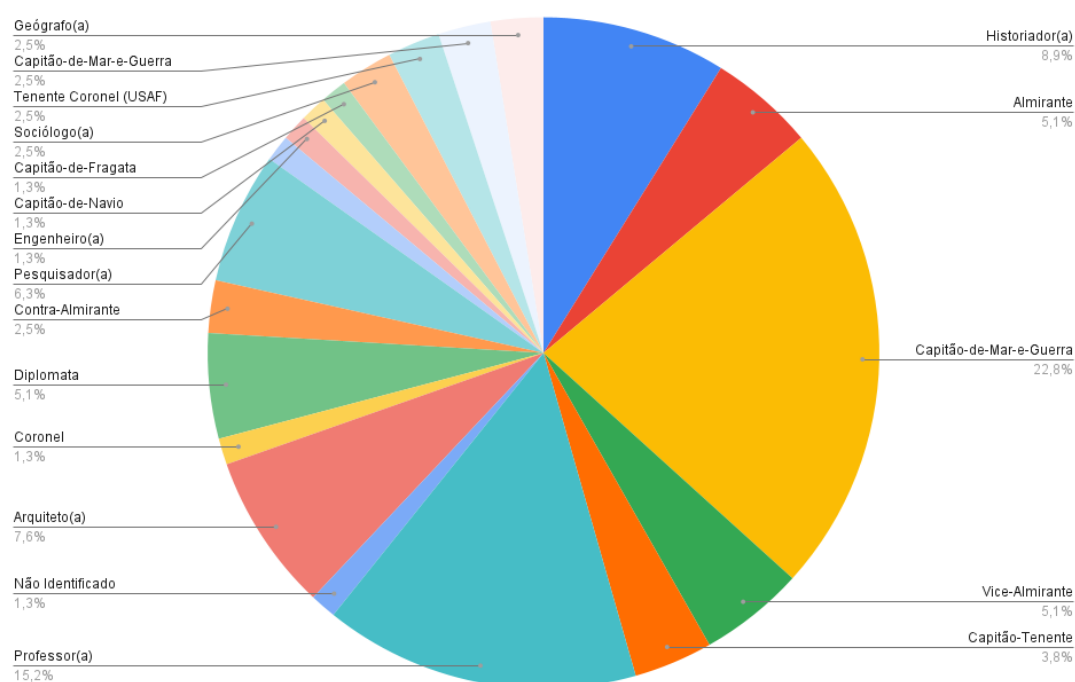
Notou-se nesta fase preliminar que era comum que os oficiais da Marinha do Brasil não se identificassem como tal em seus artigos no segundo ciclo de publicações, o que não acontecia no primeiro. Foi necessário um levantamento completo dos autores e autoras por meio do Portal da Transparência do Governo Federal. Esse aspecto foi notado logo no início das análises, não somente por meio da pesquisa, pois alguns oficiais são conhecidos do autor. Não se encontrou uma motivação para esse comportamento, mas pensa-se que ocorra uma busca pela redução da associação da imagem de militar em meios onde circulam civis. O aumento significativo do número de civis publicando na Revista Navigator, ainda que seja uma revista promovida pela Marinha, influenciou esse tipo de comportamento.

Figura 9: Percentual de autores oficiais da Marinha no ciclo 1975-1984



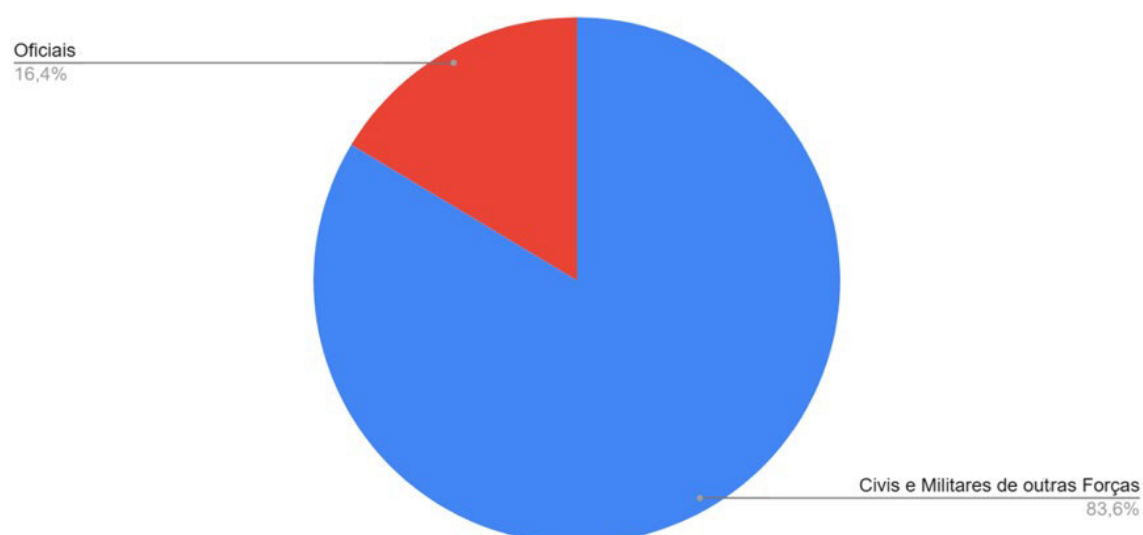
Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 10: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 1975-1984



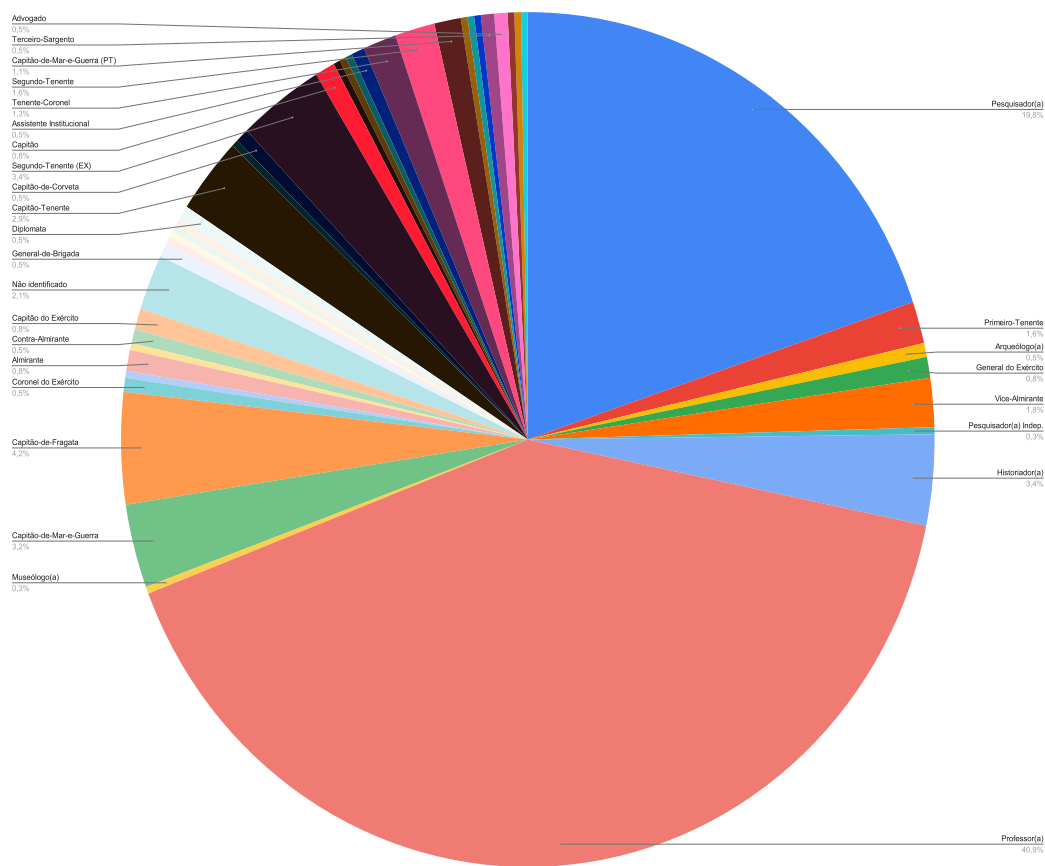
Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 11: Percentual de autores oficiais da Marinha no ciclo 2005-2023



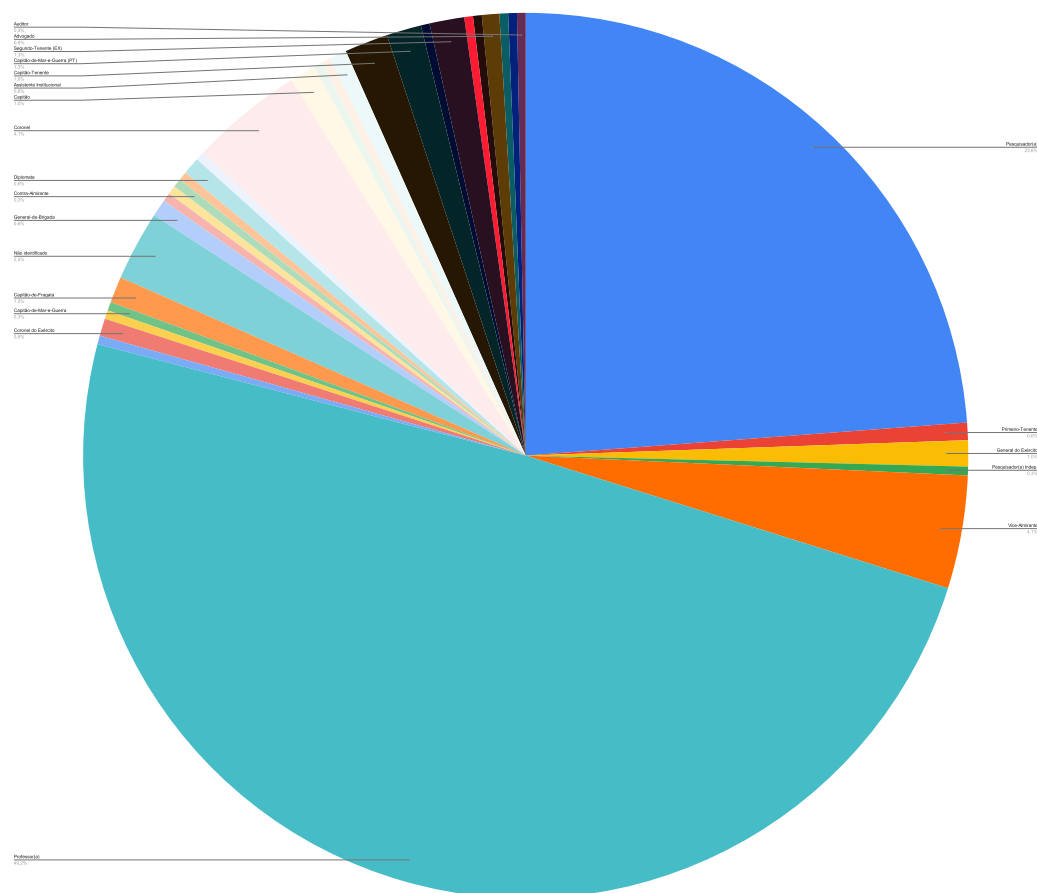
Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 12: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 2005-2023



Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 13: Distribuição de Profissões dos Autores no ciclo 2005-2023, sem contar oficiais da Marinha do Brasil



Fonte: Elaborado pelo Autor

A análise quantitativa apresentada não significa o uso de uma metodologia quantitativa, mas a busca por uma melhor compreensão do comportamento dos autores em relação à revista ao longo dos dois ciclos. Com o objetivo de propiciar melhor visualização dessas relações, escolhemos o gráfico de setores, que permite observar de maneira mais nítida a distribuição dos elementos neste caso.

4.2. Das referências à Marinha do Brasil

Em relação à análise de conteúdo proposta na metodologia, foram selecionados 12 artigos (Tabela 5). Em primeiro, é importante explicar alguns fatos relacionados à análise. Não foram contabilizadas citações de termos

referentes à Marinha do Brasil nos títulos e subtítulos, ou nos nomes de patentes e divisões da força naval, referências ao Ministro da Marinha e outras nomenclaturas compostas pelo termo. Foram rechaçadas as referências à Instituição no corpo de citações diretas. Pensa-se que estas não representam a percepção dos autores dos artigos analisados pois não são fruto de suas escolhas de palavras e estilo.

Conforme previsto, foram encontrados outros termos nos textos que faziam referência à Marinha do Brasil, estes apresentados na Tabela 5. Note-se que o uso do termo “Esquadra” é significativamente maior do que todos os outros (88 vezes). Seu uso foi mais recorrente em três casos, dois do primeiro ciclo e um do segundo ciclo. Nos três artigos (Scavarda, 1970; Fairbairn, 1970; Bittencourt, 2015), o texto é bastante descritivo, contudo, o texto de Bittencourt (1970) utiliza 13 outros termos, ao passo que a variabilidade terminológica de Scavarda e Fairbairn é menor (8 e 10 termos, respectivamente). De qualquer modo, a distribuição do uso do termo em todos os artigos analisados é a mais homogênea. “Foi, sem dúvida, um dos maiores transbordos de tropa em toda a campanha do Paraguai feito pela *nossa Esquadra* (Scavarda, 1970, p. 27, grifo nosso).

O termo *esquadra* é definido pela Marinha do Brasil (2024c), “como o conjunto de Forças e navios soltos, posto sob comando único, para fins administrativos”. Assim, conclui-se que embora seja utilizado frequentemente de forma intercambiável pelos autores dos artigos, ele não significa exatamente a mesma coisa para Instituição, sendo a *Esquadra* a parte operacional da Marinha do Brasil. Ele é usado com frequência associado aos adjetivos “brasileira” e “Imperial” quando não uma combinação dos três. Tendo-se em vista o período histórico a que se referem os artigos, a associação não surpreendeu. Observou-se, ainda o uso: do pronome possessivo “nossa” associado ao termo quatro vezes, como no excerto destacado; do adjetivo “poderosa”.

O segundo termo mais citado é “Marinha” (65 vezes). Este tem uma homogeneidade menor de uso entre os artigos, tendo sido utilizado em 6 deles (em comparação a 8, de “Esquadra”) e aparece em frequência um terço menor do que o anterior, entretanto, esteve associado a mais adjetivações. Este foi encontrado junto aos adjetivos “brasileira” e “Imperial”, como o anterior, mas ainda às locuções adjetivas “de Guerra” e “do Brasil”, e as combinações

possíveis entre elas. Assim como o “Esquadra”, “Marinha” foi associado ao possessivo “nossa” mas somente uma vez e não foi verificada a presença de outros adjetivos em sua referência. Acrescente-se que essas predicções somente ocorreram nos textos do primeiro ciclo, sendo adotada linguagem mais próxima da científica no segundo.

O terceiro termo utilizado é “Força” (38 vezes), este associado a mais adjetivos e locuções adjetivas do que os outros, sejam: “brasileira”, “Naval”, “do Brasil”, “do Império” e “de Inhaúma”, e ainda em sua forma plural. O uso destes termos ocorreu quase exclusivamente no segundo ciclo, mas com a maior variação de combinações no artigo de Bittencourt (2009). O quarto e último termo verificado foi “Armada” (12 vezes), somente associado a “brasileira”, “Imperial”, “do Império” e “do Brasil”. Sua frequência nos textos é bastante reduzida em relação aos anteriores.

Tabela 6: Termos utilizados em referência à Marinha do Brasil

Artigo Termo	Scavarda, 1970	Mendonça, 1970	Fairbairn, 1970	Bittencourt, 2007	Vidigal, 2009	Bittencourt, 2009	Alves de Almeida, 2015	Santos, 2015	Silva, 2018a	Loureiro; Albuquerque, 2018	Oliveira Filho, 2018	Barbosa, 2020	Totais
Armada	1		1							7			9
Armada brasileira							1						1
Armada do Império do Brasil			1										1
Armada Imperial brasileira							1						1
Esquadra	28	4	16		2	13	1		4		1		69
Esquadra brasileira	2		3	1	3	2	1						12
Esquadra Imperial	2		1		2		1						6
Esquadra Imperial Brasileira											1		1
Força	1									1			2
Força brasileira							3		1				4
Força Naval	1					5	2		1	1			10
Força Naval brasileira					1	3	2		2		2		10
Força Naval de Inhaúma						1							1
Força Naval do Brasil						2							2
Força Naval do Império						1							1
Forças Navais						3				1			4
Forças Navais brasileiras						1	1				1		3
Forças Navais do Brasil						1							1
Marinha	8		23			2	1		3	6			43
Marinha Brasileira	1					1	2		2				6
Marinha de Guerra			2										2
Marinha de Guerra brasileira			1										1
Marinha de Guerra do Brasil			1										1
Marinha do Brasil				3		2	1						6
Marinha Imperial		1	1						3	1			6
Total	44	5	50	4	8	37	17	0	16	17	5	0	203

Fonte: Elaborado pelo autor.

Deste levantamento pode-se concluir que não há uma terminologia exata utilizada pelos autores, o que não indica um movimento de padronização do vocabulário por parte da Instituição. Tampouco verificou-se o uso padronizado das caracterizações, o que corrobora com nossa conclusão. Ainda, os artigos do primeiro ciclo procuram exprimir com maior frequência uma relação de proximidade e heroísmo em relação à atuação da Marinha do Brasil na Guerra do Paraguai, como se discutirá em seguida, o que explica a variação. No segundo ciclo, os textos apresentam uma linguagem e estruturação científicas e o que coaduna com o fato da participação maior de civis ligados às universidades e à produção de conhecimento científico. No início da leitura flutuante, pensou-se que houvesse alguma diferenciação no uso de cada uma das terminologias, mas ao final concluiu-se que são utilizados de forma intercalada para evitar a repetição.

Uma última observação relativa à adjetivação é que o termo “poderosa” foi utilizado somente uma vez em um artigo que tem apenas 5 citações dos termos encontrados. Apresenta-se o excerto no qual aparece: “Doía-lhe, na verdade, a insistência do Comandante-em-Chefe, obrigava, certamente com injustiça para D. Bartolomeu, mais o interesse do castelhano em ver perder-se a poderosa *Esquadra* do Brasil que a derrota de Lopez” (Mendonça, 1970, p.75). Não foram encontrados outros adjetivos que fizessem referência à Instituição em si ao contrário do que se pensou no início da pesquisa. Acreditou-se que seriam encontrados adjetivos e predicativos mais eloquentes, que mostrariam a necessidade dos autores de enaltecer a Marinha.

Ainda, não foi possível estabelecer paralelos estruturais entre os textos por meio da análise de seus parágrafos e da forma do desencadeamento das ideias. Os textos são bastante heterogêneos entre si, embora tratem do mesmo tema, principalmente no segundo ciclo quando a forma de abordá-lo encontra fundamento em muitos campos científicos distintos. A construção argumentativa é distinta, o que representa um grau relativamente alto de individualidade da parte dos autores. Isso indica que a influência da Instituição não é forte o suficiente para gerar uma forma própria de estruturação dos textos ou de organização lógica das ideias, ainda que o seja para levar a um maior interesse pelo objeto.

4.3. Das referências à Guerra do Paraguai

Passemos à análise dos textos como um todo para observar como os autores entendem a Guerra do Paraguai e a relação da Marinha do Brasil com este evento.

Scavarda (1970), então Capitão de Mar e Guerra, fez uma apresentação da Guerra do Paraguai com base nos escritos de Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, e de Tasso Fragoso, principalmente, com vistas ao episódio da tomada da Fortaleza de Humaitá. O texto é permeado de muitas citações das memórias dos dois autores que toma como referência, mas estas não são muito bem demarcadas às vezes, o que dificultou a análise dos dados e a contagem de termos que Scavarda utiliza para se referir à Marinha. O uso de expressões como “nossos navios” é recorrente.

Aponta o trabalho da Marinha do Brasil com o auxílio e garantia da posição e movimentação do Exército no *front*. Segundo Scavarda (1970) e Fairbairn (1970), que têm os textos mais descritivos, o apoio logístico foi fundamental para a manutenção da Guerra e o avanço das tropas. Aos membros da Força Naval, coube ainda a construção de estradas, inclusive de ferro, para a passagem do Exército e todo o aparato necessário para sua ação no teatro de guerra.

Por ocasião da tomada de Humaitá, Scavarda (1970) conta da realização de uma cerimônia para celebrar que

Neste dia libertam-se as águas do rio Paraguai das correntes que o estrangulavam e que embaraçavam a sua livre navegação. O ato de serrarem-se essas correntes foi *solene*, por ordem do Visconde de Inhaúma e do qual lavrou termo o auditor da Esquadra: "A cerimônia, que simbolizava um triunfo mais da civilização e do progresso, franqueando a todos os povos as águas do caudaloso rio, foi levada a efeito pelo representante da Marinha, o Capitão-de-Fragata Salgado (João Mendes) e pelo do Exército, o Tenente-ornel Lima e Silva (Scavarda, 1970, p. 17, grifo nosso)

Ou ainda em:

Segundo Ouro Preto, à cooperação dos navios do comando do Barão da Passagem deveu o Exército muitos dos triunfos alcançados a 26 e 28 de agosto contra as fortificações do Tebicuari, a qual o inimigo foi obrigado a evacuar no dia 31, depois de ter sido desmontada, pelos monitores, a artilharia de suas trincheiras (Scavarda, 1970, p.19)

Nestas duas passagens, podemos observar a forma como as ações eram enaltecidas, já durante o conflito, por meio de celebrações. Mais do que

simplesmente celebrar, os próprios oficiais que o viveram retrataram o evento como algo da maior importância o que se traduz em elementos como o triunfo da civilização e do progresso. Ao mesmo tempo, no segundo excerto, vemos a exaltação do papel da Marinha, por meio de seus monitores, que mostram a que o Exército não teria vencido de forma tão contundente não fosse o trabalho da Força Naval.

Outras afirmações são feitas em relação a participação da Marinha do Brasil, sempre buscando demonstrar o quão grandiosa foi.

Dessa importante participação da Marinha, a maior neste final de guerra, sem a qual seria difícil bater-se o inimigo num dos seus redutos mais fortificados (a linha do Pikisiri), puderam os nossos navios, em menos de dois dias transportar a Santo Antônio, com todo o material, inclusive cavalos, os efetivos de três Corpos do Exército, num total de 18 667 infantes, artilheiros, pontoneiros e cavalaria (Tasso Fragoso), efetivo este que se trasladou da margem direita para a esquerda do rio Paraguai [...]

Foi, como se viu, uma operação perfeita e difícil se levarmos em conta os recursos precários da época e as condições dos navios. Mas, não só difícil como, sobretudo, executada com a maior rapidez e sacrifício. De fato, honrou o preparo técnico da nossa Marinha de então, como salientou, com justiça, Ouro Preto (Scavarda, 1970, p. 28, grifo nosso)

Fairbairn (1970), avaliando a importância da ação conjunta entre o Exército e a Marinha no *front*, diz que esta ocorreu

no melhor estilo do atual conceito de guerra fluvial integrada, o Exército e a Armada do Império do Brasil e seus aliados, sob o magistral Comando-em-Chefe do então Marechal Marquês de Caxias, em esmagadora ofensiva, obtiveram magníficas e decisivas vitórias sobre o heróico Exército Paraguaio, sob o comando do Ditador Marechal Solano Lopez. Esta marcha ciclópica classificaria como de primeira categoria qualquer grupo humano que a executasse. Foram obtidas, durante o seu curso, excepcionais resultados que permitiram, entre outras vantagens definitivas, a ocupação de Assunção, capital do país, centro nevrálgico da administração paraguaia e o aniquilamento da força regular de Solano Lopes (Fairbairn, 1970, p. 83-4, grifo nosso)

Esta passagem nos mostra a forma como os oficiais visualizam o conflito e o papel desempenhado pela Marinha. Sua participação efetiva na Guerra do Paraguai ocorreu principalmente em dois episódios: primeiro, na Batalha do Riachuelo, uma batalha efetivamente naval; depois, na tomada da Fortaleza de Humaitá, uma batalha “anfíbia”, seja, entre o Poder Naval dos aliados e a resistência terrestre do Paraguai. Embora não se tenha incluído na contagem dos termos, o título do artigo de Scavarda (1970) já revela a percepção que se tem do conflito: A Marinha no final de uma Campanha Gloriosa. O sucesso é

enaltecido novamente no artigo de Fairbairn (1970) quando retoma o mesmo tema e procura trazer as mesmas afirmações, o que indica uma percepção compartilhada pelos membros da Força de sua época.

Pode-se depreender disso, que existia uma tentativa da Instituição de inculcar em seus recrutas, uma determinada percepção sobre a Guerra, mas, não somente, uma forma de representar essa Guerra. A valorização desse tipo de evento não causa qualquer espanto, visto que é o guerrear é a função precípua da Instituição militar. Entretanto, torna nítido que há uma construção sistemática para realização de uma certa visão do fato que favoreça a Instituição ou que, pelo menos, a coloque em uma posição mais favorável, o que é contraditório, visto que nesses mesmos artigos, verifica-se que a participação da Marinha no conflito, além dos dois episódios citados em que teve função *sine qua non*, esteve voltada para o apoio e transporte do Exército.

Esta forma ambígua de apresentar o conflito, gerou a percepção de que talvez o papel da Marinha seja reduzido nos conflitos armados de um modo geral e que sua participação se restrinja ao suporte. Seu momento de institucionalização inicial adveio da necessidade da Coroa Portuguesa de manter as terras conquistadas no novo mundo. O desenvolvimento do poder na Colônia se deu por meio da manutenção de um Poder Naval eficiente que fosse capaz de manter o domínio da metrópole. Ao longo dos séculos, sua função esteve amplamente ligada à manutenção do poder no território marítimo e terrestre para a supressão de movimentos insurgentes no período colonial (Abreu, 2018). A importância desse papel insuflou a ideia de que a Marinha compunha a elite e era composta por ela. Contudo, as Forças Armadas se mantiveram na orfandade e obscuridade, o que pode ser aferido pela verificação dos contingentes disponíveis para o esforço de guerra ao longo do século XIX, mas, principalmente, durante a Guerra do Paraguai (Stepan, 1976; Schulz, 1994; Carvalho, 2005). Daí veio a necessidade da construção de um ideário acerca do conflito bem como se sua participação nele fosse retomar o antigo “posto” na sociedade brasileira.

Enfatiza-se com frequência as relações entre Caxias e Inhaúma, quase como se a sua relação representasse o humor das próprias Instituições. Contudo, segundo o texto, em meio às instruções de Inhaúma do dia 2 de

dezembro de 1868, explicita que para o desembarque das tropas dois dias depois

Se o rio tiver fundo bastante para que o navio que ficar mais próximo à terra lance sobre ela uma ponte, assim o fará. Por cima dela passará a gente dos navios que lhe ficam por BB. No caso contrário o desembarque será operado nas embarcações miúdas dos navios, dirigidas pelos seus respectivos oficiais. Peço aos Srs. chefes e oficiais do Exército não só façam com que seus subordinados guardem o maior silêncio e ordem, como que não se intrometam no serviço próprio de Marinha (Scavarda, 1970, p. 27-8, grifo nosso).

As referências à relação entre Caxias e Inhaúma são bastante numerosas em todos os textos, bem como ao reconhecimento do primeiro pela participação da Marinha na Guerra. Em vários momentos cita-se, a Ordem do Dia nº 272 de 15 de janeiro de 1870, no qual Caxias comunicou ao Governo sua exoneração. No trecho do documento destacado por Fairbairn (1970) lê-se:

"Pede a justiça que eu manifeste igualmente meu profundo reconhecimento aos Exmos. Vice-Almirante Visconde de Inhaúma e Chefe-de-Divisão Barão da Passagem, e bem assim a todos os chefes, comandantes. Oficiais, e praças da Esquadra Imperial, pelos relevantíssimos serviços que sempre prestaram desde que tive a honra de assumir o comando-em-chefe de tôdas as forças brasileiras, pelo zelo, inteligência, boa vontade, abnegação, com que constantemente me coadjuvaram, e pelos testemunhos que nunca deixaram de dar consideração e estima à minha individualidade.

Se o Exército sempre se orgulhou em ter por auxiliar a intrépida Esquadra Imperial, não é menos certo que esta, por seu procedimento e bravura, sempre se mostrou digna de ter por auxiliar o valente Exército do seu país." (Caxias, 1870 *apud* Fairbairn, 1970, p. 121, grifo do texto consultado)

Este reconhecimento de Caxias é explicitado por Bittencourt, por exemplo, como mostra o excerto: "Caxias reconhece o zelo e perícia de seu amigo, em quem confia e, sem dúvida, seus elogios formais aos feitos da Força Naval são importantes para estimular as tripulações" (Bittencourt, 2009, p.25)

Por outro lado, Fairbairn (1970) destaca as instruções de Inhaúma para o desembarque das tropas do Exército na margem esquerda do rio Paraguai, na qual o Comandante da Marinha demonstra alguma animosidade com os efetivos da outra Força. Ele diz:

Se o rio tiver fundo bastante para que o navio que ficar mais próximo à terra lance sobre ela uma ponte, assim o fará. Por cima dela passarão a gente dos navios que lhe ficam por BB. No caso contrário o desembarque serão operado nas embarcações miúdas dos navios, dirigidas pelos seus respectivos oficiais. Peço aos Srs. chefes e oficiais do Exército não só que façam com que seus subordinados guardem o maior silêncio e ordem, como que não se intrometam no serviço próprio da Marinha. (Inhaúma, 1868 *apud* Fairbairn, 1970, p. 121, grifo nosso)

Os textos, principalmente os mais antigos, buscam demonstrar essa relação entre os dois comandantes como representantes de suas Forças, mas ao mesmo tempo procuram mostrar como a relação entre a Marinha e o Exército seguem o mesmo padrão. É como se ao mostrar a proximidade de Caxias e Inhaúma, mostrassem a proximidade das duas Forças.

A valorização do conflito e do tótem se consubstancia em outros personagens importantes na Guerra. Alves de Almeida (2015) tratando de algumas controvérsias que a historiografia apresenta sobre o conflito, se detém na atuação Almirante Barroso na Batalha do Riachuelo. Por meio da metodologia de que se serve na qualidade de historiador, critica de forma contundente avaliações de analistas da Guerra que lhe diminuem o valor ou, ainda, reduzem a imagem de heroísmo e valentia de seus tótems. Segundo Alves de Almeida, alguns analistas entendem que a ação de Barroso teria sido permeada por algumas falhas e que ele teria se retirado do comando, acovardado, mas o autor é categórico:

Assim, Barroso NÃO ESTAVA NA CÂMARA, conforme apontado, tanto por Wilson, quanto por Washburn e Thompson, segundo a técnica historiográfica de uso de documentação primária e confronto de fontes. Apesar disso, o historiador deve continuar pesquisando para ter a CERTEZA de que Barroso foi o autor da manobra de abaloamento e de que estava no passadiço durante toda a ação. Vejamos a parte de combate do comandante interino da canhoneira *Belmonte*, o Primeiro-Tenente Joaquim Francisco de Abreu. Disse ele o seguinte: “Pessoa alguma melhor do que V. Exa, que ESTEVE CONSTANTEMENTE no passadiço do navio chefe, póde ser juiz do meu comportamento

durante o combate que hoje se deu entre a esquadra paraguaya e a brasileira.” (Alves de Almeida, 2015, p. 68, grifo nosso)

A forma da diagramação, seja, a preferência do uso de caixa alta ao invés de grifar; o modo como o autor defende Barroso; são todos elementos que indicam que uma diminuição ao Almirante é tomada como ofensa própria. Ele prossegue em sua avaliação, a seu ver rigorosa, e traz seus apontamentos, buscando reduzir o testemunho daqueles que diminuem o Almirante:

Dessa maneira, como pesquisador da batalha, interpreto, a partir das fontes primárias disponíveis, após a utilização da crítica interna, que Barroso foi o responsável pela confusão inicial dos navios na aproximação com os navios inimigos por ser o comandante da força naval brasileira e isso faz parte do ser comandante, total responsabilidade das ações de seus subordinados. Em complemento, concluo que os testemunhos de Wilson, Washburn e Thompson quanto ao desempenho de Barroso não são verossímeis e devem ser desconsiderados (Alves de Almeida, 2015, p. 69, grifo nosso)

O próprio autor admite que por mais que se esforce para olhar de forma científica para o material que analisa, tem dificuldades de despir-se da farda e olhar para Tamandaré e para a Batalha do Riachuelo sem ver um herói e uma grande vitória militar. No excerto que segue, parece fazer um *mea culpa*, quase se justificando. Lê-se:

O leitor pode até não concordar com sua interpretação dos fatos históricos, no entanto deve perceber sua honestidade e integridade intelectual e profissional. A ideologia não poderá cegar o historiador com fatos que lhe estão clamando como verossímeis, por isso como profissional desconfio dos chamados “historiadores engajados”. Suas interpretações, em muitos casos, indicam interpretações deslocadas da realidade, atingindo suas próprias integridades intelectuais. Foi isso que tentei evitar, aceitando minha condição de oficial da Marinha, logo influenciável, no entanto mantendo sempre integridade e honestidade que devem nortear o ofício do historiador. A batalha do Riachuelo traz até aos dias de hoje muitas controvérsias (Alves de Almeida, 2015, p. 71, grifo nosso)

Bittencourt (2009) avalia a atuação do Almirante Tamandaré na intervenção do Brasil no Uruguai, esta que foi um dos elementos que impulsionaram a Guerra do Paraguai. Sendo o representante do Estado brasileiro de que se dispunha na região, Tamandaré (oficial da Marinha desde os 15 anos, mas então atuando como diplomata do Brasil em Montevideo) foi nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Navais do Rio da Prata, para que

esse novo cargo lhe desse o respaldo necessário para levar a cabo a intervenção brasileira. Por meio deste novo suporte e de uma série de articulações políticas, Tamandaré pode garantir o sucesso de seu trabalho. Foi ele quem enviou o navio *Marquês de Olinda* à província de Mato Grosso e este foi capturado no caminho.

Sua atuação é ressaltada por meio do apontamento da acurácia de sua visão sobre o contexto político do Prata ao solicitar ao governo central “reforços para enfrentar o Paraguai, na hipótese de se concretizarem hostilidades desse país. Verifica-se que Tamandaré era um dos poucos que viam seriamente a ameaça paraguaia (Bittencourt, 2009, p. 32). No restante do texto, são dadas outras explicações sobre como a ação de Tamandaré foi de suma importância para o desenrolar das questões que deram início ao conflito.

Acrescente-se ainda a forma romântica como Mendonça (1970) escreve seu texto como passagens como:

Humaitá, cujo nome sonoro evoca a poesia das canções guaranis, languidamente cantadas, ao tanger das harpas por morenas mãos, às quais vêm acariciar as franjas de longos chales, adoçando-se a vibração hispânica ao contato macio das rendas nhanduti era, naqueles tempos remotos, um símbolo mavórtico, a pesar nos pensamentos da nossa gente, ensombrecendo-lhes os dias e as noites.

E por que? Que poder estranho detinha os heróis de Riachuelo, Mercedes, Cuevas e Paissandu? Por que dez encouraçados, a última palavra da engenharia naval, vencedores de Itapiru, Curuzu e Curupaiti, quedavam-se inertes ante os canhões do baluarte? Por que não atendia Inhaúma às exortações do Comandante-em-Chefe, D. Bartolomeu Mitre?

De pé, no lais do passadiço de seu capitânia, o velho Almirante Joaquim José Inácio [Inhaúma] perscrutava a escuridão com seus olhos experientes enquanto divagavam os pensamentos.

O jovem fogoso que, com Tamandaré, tomara de assalto o brigue argentino onde estavam prisioneiros, encanecera a serviço do Império. Que lhe importavam as insinuações de Ouro Preto, o Ministro impaciente; nada conhecia de militância e a juventude perdoava-lhe os arroubos; as impetuosidades de um Jerônimo Gonçalves, a custo refreadas nas reuniões de Comandantes? Nada, saberia utilizá-las convenientemente quando fosse ocasião (Mendonça, 1970, p. 73, grifo nosso)

Ou ainda:

Ergue-se uma voz do navio-almirante, é Inhaúma ordenando a Maurity que fundeie.

Que fazer, o jovem e ardente oficial não se conforma; controlado o seu navio, faz moucos ouvidos e ordena ao práctico Santiago que siga novamente rio acima.

Joaquim José Inácio não o detém; olha-o comovido e exclama para Mendes Salgado, seu Capitão de Bandeira: Deus protege *atos tão nobres* (Mendonça, 1970, p. 78, grifo do texto original).

Essa forma de compreender a atuação de determinados membros como grandes exemplos é fruto da atuação da Instituição no sentido de reforçar seu papel e trazer inculcar nas próximas gerações um ideal sobre a profissão. A forma como esses oficiais procuram enaltecer, defender e unir, personagens da história militar nacional da envergadura de Tamandaré, Barroso, Inhaúma e, ainda, Caxias, não é senão resultado das ações da Marinha no sentido de gerar nos indivíduos que se ligam a ela um grupo de percepções que garantem não somente uma imagem institucional pujante, como a perpetuação de um ideário acerca de sua própria história. Esse tipo de comportamento não é nem louvável, nem reprovável, mas é uma manifestação das suas próprias necessidades que se ligam (e manifestam) por meio das necessidades manifestas pelos indivíduos.

Ao mesmo tempo, essa forma de representar esses personagens, bem como o conflito, parece ser mais compartilhada entre os membros mais antigos da Instituição. Dentre os autores citados até o momento, Scavarda e Medonça eram Capitães de Mar e Guerra e Fairbairn era Vice-Almirante já nos anos 1970, ao passo que Vidigal, Bittencourt e Alves de Almeida eram Almirantes, Vice-Almirante e Capitão de Mar e Guerra, respectivamente, ao tempo de suas publicações. Estes dados demonstram que uma parcela mais antiga da Marinha tem percepções similares do conflito, bem como uma forma parecida de representar a ele e a seus partícipes.

Não é o mesmo que se verifica nas publicações de membros que, tendo-se em vista o plano de progressão da carreira, são mais jovens. Como veremos a seguir, a forma de abordar o tema da Guerra do Paraguai perpassa outros aspectos que não a retomada das ações dos líderes ou pelo enaltecimento das ações da Marinha no conflito.

Em “A Batalha Naval do Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria”, Santos (2015) apresenta uma discussão acerca da produção musical que teve como inspiração e tema a Guerra do Paraguai. Em seu texto, o autor faz uma exposição sobre a forma como canção “o Ataque do Riachuelo” foi composta por meio da avaliação das relações entre os instrumentos e a forma como são adicionados pouco a

pouco ao longo da melodia. Santos cita a existência de outras 4 melodias: “O esplêndido triunfo de Uruguaiana”, “O Rompante de Lopes”, “O hino de Glória” e “A patiada dos paraguays”. Insta salientar que neste texto não foram encontradas muitas citações de termos em referência à Marinha, mas ausência dos termos buscados não reduz a importância do escrito para a nossa reflexão.

Para Santos (2015) a manifestação musical é resultante da admiração de seu autor, Felipe Néri de Barcellos pela Batalha do Riachuelo. Segundo ele, o gênero que chama de “música militar”, era relativamente popular na época e elucidava elementos de “exaltação nacional” o que se manifesta na produção de Barcellos tendo sido este um dos vários alistados como Voluntários da Pátria e que muitos elementos podem ser apresentados para explicar a motivação do alistamento voluntário,

[...] inclusive o próprio imaginário da época, basicamente forjado no sentimento de pertencimento a uma nação, ainda mais a brasileira, recém-formada, que buscava símbolos para a conformação de uma identidade. Tais símbolos estavam passíveis de serem construídos nos mais variados espaços e dados a ler pelos mais variados canais. A música era um deles. Este foi o sentido, entre outros, dado por Felipe Néri de Barcellos ao compor o dobrado O Ataque do Riachuelo (Santos, 2015, p. 114).

Loureiro e Albuquerque (2018) acrescentam a esta discussão argumentos sobre a produção de pinturas, como a obra “A Passagem de Humaitá” de Edoardo De Martino, que foi inclusive a capa de um dossiê sobre o conflito e no qual se encontra o artigo em referência. A forma da produção artística apresenta as percepções dos autores no momento da apreensão da imagem, mas ainda a percepção geral da sociedade em que se insere ao mesmo tempo. Não nos aprofundaremos em uma análise imagética visto que não faz parte da proposta deste trabalho, contudo é importante reafirmar que as facetas da representação da guerra estendem-se para diversas áreas.

Nos apontamentos de Oliveira Filho (2018) verifica-se a forma da representação do outro lado da Guerra do Paraguai, seja, o Paraguai, em um jornal. O *Chabicui* foi uma publicação singela, que tinha por objetivo circular aos soldados as opiniões acerca do que se passava no *front* e aquecer o moral dos

combatentes, mas ainda para a população externa. Logo passou a contar com apoio do Estado paraguaio e é um excelente exemplo da importância do uso da imprensa para a divulgação de informações sobre os conflitos. Em suas palavras:

Sem dúvida, um dos aspectos a ser somado na análise da Guerra da Tríplice Aliança é o relevante papel que teve a imprensa, tanto no Paraguai quanto nos países aliados (Brasil, Argentina e Uruguai), na construção de representações e “realidades”. Em alguns casos, perceber-se-á que o sangue, o suor e as lágrimas derramados pelos contendores atrelaram-se intrinsecamente à tinta derramada nas folhas dos jornais (Oliveira Filho, 2018, p. 83)

Por último, Barbosa (2020), trata das consequências jurídicas do conflito. A autora explora a forma como uma série de tratados foram produzidos para dar início à Guerra e depois para selar a paz entre as quatro nações partícipes do conflito. Primeiro, explica que ainda antes, foram celebrados acordos para findar os conflitos de interesses que oportunizaram a intervenção argentina e brasileira na região da cisplatina, dando origem ao Estado uruguaio. Depois, com as intervenções praticadas por Brasil e Argentina no jovem país, esses acordos caem por terra e dão origem às discórdias que culminaram na Guerra do Paraguai. Nesse momento, celebra-se o Tratado da Tríplice Aliança que foi a base para o funcionamento das Forças Armadas brasileiras, argentinas e uruguaias no teatro de guerra. Por último, os tratados que firmaram a paz entre os Estados platinos foi ainda objeto de novas controvérsias entre os Estados vencedores, sobretudo a Argentina e o Brasil, e deixou perdas catastróficas para o Paraguai.

Estes últimos trabalhos quase não apresentam referências à Marinha, tampouco buscam enaltecer a Guerra. Todo esse escopo, apresentado na maioria dos artigos analisados do segundo ciclo de publicações da revista demonstra a forma como os oficiais mais jovens já apresentam uma percepção mais crítica sobre as percepções que os textos antigos tomam como premissa. Eles demonstram um maior rigor científico e uma busca pela produção de um conhecimento mais lúcido e menos apologético. O material indica que a forma de representar a Guerra não é somente descritiva ou de algum modo uma ode

aos grandes feitos da Marinha e de seus membros. Ela visa apresentar as várias formas como o fenômeno bélico pode influenciar a vida da sociedade, assim como as suas representações. Estas podem ocorrer nas mais variadas formas e assumir como base muitos conceitos. O que se precisa ter, contudo é a lucidez de verificar que os interesses por trás dessas representações estão sempre presentes e precisam ser observados.

O desenvolvimento de uma consciência científica mais acurada representa a forma como a própria consciência da Instituição se desenvolveu ao longo dos anos. A abertura para o público, na forma do grande número de civis que publicaram na revista no segundo ciclo, representa essa mudança. A abertura para o mundo externo proporcionou ao desenvolvimento de perspectivas mais amplas sobre a Guerra do Paraguai que é um fato histórico absolutamente atrelado a todo o desenvolvimento da sociedade brasileira desde o momento em que terminou assim como da própria Marinha.

Entretanto, é de se observar que há um certo gosto que ainda persiste entre os membros da Instituição pelo episódio que a literatura especializada considera elemento fundante da participação das Forças Armadas nos rumos da política nacional. Embora possa-se verificar essa mudança na forma da representação do conflito em artigos científicos, ela não representa uma modificação completa do olhar que se lança sobre o conflito. Os novos membros não parecem ter deixado de lado o tema, mas buscado trazer uma nova roupagem ou forma de analisá-lo. Não há tampouco um movimento de contestação das percepções anteriores, somente um “avanço” para trazer à luz as mesmas questões.

Não se deve mesmo esperar uma mudança fundamental na instituição ao largo de tão poucos anos. Os membros mais antigos têm total influência sobre os novos, seja por meio do treinamento (que acabam por administrar ou elaborar), seja pelo exemplo. De qualquer maneira, a análise dos dados indica que há em curso uma mudança rumo à observação da Guerra do Paraguai não mais como o grande marco na história da Marinha, ou da história militar nacional, mas com mais um dos grandes exemplos de sucesso da estratégia e do treinamento naval.

5. Considerações Finais

Ao longo de nosso texto foi possível verificar que as bases sobre as quais assenta uma determinada instituição estão diretamente ligadas à forma como seus membros interpretam a realidade ao seu redor. Isso acontece principalmente no caso de instituições como as militares que, por sua própria natureza e necessidades, abarcam uma grande parcela da vida dos indivíduos sob sua égide.

As Instituições Militares de um modo geral são responsáveis pela manutenção da ordem em uma sociedade, bem como pela manutenção do território e outros aspectos materiais do Estado, ambos por meio do uso da força e ao mesmo tempo olhando para o ambiente interno e internacional. A maneira como a Marinha conduz seus tutelados para a compreensão da realidade da Guerra, dos conflitos e da necessidade de defender o País, perpassa imperiosamente pela construção de um ideário acerca desses três elementos o que garante um grupo de percepções sobre a realidade que asseguram a consecução de seus objetivos e funções com Força Armada. Para tal, a Instituição lança mão do reforço sobre um imaginário do principal conflito internacional armado em que o Brasil se envolveu em toda a sua história independente.

Esse imaginário não se manifesta de forma consciente para a maioria dos membros internos. Na maior parte do tempo, o *ethos* institucional lhes é incutido de maneira osmótica por meio das práticas, símbolos, cerimônias e ideias que circulam em seu interior. O esforço de gerar um engajamento totalmente consciente, lúcido, por parte dos indivíduos seria natimorto já que propiciaria maiores episódios de estranhamento entre as proposições da Instituição e o conhecimento e conjunto de concepções da realidade que acompanham o indivíduo desde seu nascimento até o momento em que adentra as portas da Marinha. Esses episódios propiciariam uma maior resistência.

Não se deve, entretanto, pensar que o esforço da Instituição nesse sentido seja vazio de pragmatismo. Os membros dos setores de formação e preparo dos novos membros da Marinha são observados com atenção e a forma e conteúdo daquilo o que se apresenta e ensina aos recrutas é cuidadosamente planejado. Este trabalho é feito justamente com vistas à manutenção de uma

cultura institucional e a propagação para as novas gerações daquilo o que a Marinha considere importante para a consecução de sua missão, valores e visão.

Este ideário se traduz em manifestações como a produção de textos que denotam pura e simplesmente a forma como a própria Instituição pensa. Isso não quer dizer que todos os membros compartilham exatamente os mesmos sentimentos e percepções. Não há uma só instituição capaz de assegurar a unanimidade. Entretanto, há uma série de linhas gerais e paralelos que se pode traçar e perceber que determinados elementos são muito bem reforçados para que a ampla maioria compartilhe e entenda como verdade indiscutível.

Em nosso estudo foi possível observar que as percepções dos oficiais da sobre a Guerra do Paraguai são relativamente parecidas, embora se modifiquem na forma de apresentação ao longo do tempo. Os novos membros não fazem um movimento de revisão daquilo o que os mais antigos tomam como verdade, o que indica um grau de compartilhamento dessas ideias. Contudo, esses mesmos membros não corroboram da necessidade de representar suas percepções acerca do conflito da mesma maneira.

Nesse ponto, a mudança na forma, tendendo a estruturas mais científicas e menos passionais de representação, foram influenciadas pela abertura da Revista Navigator à publicação de mais civis. A busca pela integração com a sociedade e a redução dos muros que dividem a caserna e o mundo civil são o fundamento para esse movimento. O novo olhar que se lança sobre as relações civis-militares, partindo de uma premissa de cooperação e não mais de competição favorece a troca e novas maneiras de olhar tanto as relações Instituição-Sociedade quando as relações Instituição-membros. Traz-se, assim, outros meios de construir pontes para o futuro que sejam mais eficazes no estabelecimento dessas relações.

Conforme indicado na análise, e diferente do que se pensava inicialmente, a Marinha não foi capaz de criar uma estrutura própria para a representação das ideias. Pelo menos segundo a amostra que se observou, não foi possível aferir elementos rígidos de padronização neste quesito. Pensa-se que muito das similaridades entre os textos estejam mais associados a elementos conjunturais da sociedade em que os autores estiveram inseridos ao longo de suas vidas, não sendo obrigatoriamente um reflexo da forma como a Marinha os faz pensar

e descrever a realidade e o mundo de suas ideias. Acredita-se que seja necessário avançar na observação de uma quantidade maior de material para que os resultados sejam mais fidedignos.

Considera-se que a hipótese inicial esteja parcialmente confirmada já que há, de fato, uma noção amplamente compartilhada entre os autores analisados sobre a Guerra do Paraguai o que se verifica na frequência dos temas sobre os quais o oficialato escreve e submete à Revista Navigator. Entretanto, não há indícios contundentes da tentativa de revisão do fato por parte desses indivíduos, apenas uma forma de recortar suas análises e de apresentar suas ideias que busca enaltecer sua Instituição: Marinha do Brasil.

A bibliografia estudada indica que a Guerra do Paraguai foi a base sobre a qual as Forças Armadas justificaram o desenvolvimento de uma consciência política para a defesa de seus próprios interesses. Em primeiro lugar, esta incongruência pode indicar que, como afirmado na justificativa deste trabalho, uma grande parte dos estudos toma por base o Exército brasileiro e isso leva que os estudiosos das relações civis-militares no Brasil acabem tendo a percepção de que a Marinha também o fez, mas isso não encontra fundamento na realidade. Em segundo lugar, é provável que, com a ascensão do Exército como o principal ator político na sociedade brasileira dentre as três Forças, as tentativas da Marinha de construir e opor ao meio externo seu próprio ponto de vista do conflito tenham sido mais discretas ou de impacto reduzido na observação do todo. Se a segunda proposição estiver correta, significa que é necessária a repetição da presente pesquisa em outras amostras para a confirmação da hipótese.

Acredita-se, ainda, que a Revista Navigator tenha sido uma boa escolha para a produção desta análise no sentido de que, sendo um periódico de menor visibilidade e envergadura, permitiria aos autores escrever de forma mais livre e expressar suas percepções com menor zelo. Pensa-se, entretanto, que em revistas maiores, como a Revista Marítima Brasileira, os resultados poderiam trazer mais elementos e com um nível de acurácia maior do que o observado na publicação escolhida neste trabalho. Isso não anula ou reduz a relevância desta análise, mas demonstra que aponta para a novas possibilidades na condução da pesquisa.

Ao mesmo tempo, o tema da Guerra do Paraguai, que foi selecionado por indicação do material, talvez não seja mais objeto de tanto interesse dos oficiais, sendo que novos temas surgiram e se tornaram mais proeminentes no cenário nacional. A Amazônia Azul, a construção do submarino de propulsão nuclear, as pesquisas sobre as novas tecnologias de guerra são todos temas mais atuais e estão diretamente ligados ao escopo de necessidades da Marinha do Brasil do tempo presente. Dentro do escopo da Revista Navigator, que é a proposição de “Subsídios para uma História Naval” o tema mais recorrente foi o conflito analisado, em publicações de escopo mais amplo, é provável que a variação de temas seja bem maior e comporte temas que atualmente sejam objeto de maior furor tanto por parte da Instituição como um todo, quanto por parte dos oficiais em sua individualidade.

Por último, cabe ressaltar a importância da produção científica que objetive a transformação de percepções amplamente compartilhadas que se baseiam em pura empiria em conhecimento sólido e metodologicamente analisado. Ainda que a hipótese deste trabalho não tenha sido totalmente confirmada, sua principal contribuição foi trazer à luz uma resposta baseada em indícios sólidos verificados por meio de um método sobre um assunto que muitas vezes é tratado como dado.

6. Referências

ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). **Marinha do Brasil: Síntese Histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

ALBUQUERQUE, Lauro Nogueira Furtado de. Humaitá. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. nº 2, pp. 72-82, 1970. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1447>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 11, n. 21, pp. 54-73 2015. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/561>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. A Guerra no Mar nos Períodos Moderno e Contemporâneo. In SILVA, Francisco C.T.; LEÃO, Karl S.S. (Orgs.) **Por que a Guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. Sea Power According to Armando Vidigal. ALMEIDA, Francisco E. A.; RIBEIRO, António da S.; MOREIRA, William de S. **The Influence of Sea Power upon the Maritime Studies**. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2022.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **Sob o céu das Valquírias: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/1124/1/TESE_2008DelmoDeOliveiraArguelhes.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BADIA, Miquel Caminal. **Manual de Ciencia Política**. 2ª ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/15353740/Manual_de_ciencia_politica_MIQUEL_CAMINAL_BADIA. Acesso em: 17 jan. 2024

BASILE, Marcello O. N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional. Publicado pelo seu selo LTC/Livros Técnicos e Científicos Ltda., 2020.

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Barbara Dias. O Direito Internacional na Guerra da Tríplice Aliança: os tratados que selaram a paz. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 16, n. 31, pp. 135-144, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/414>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BITTENCOURT, Armando de S. Apresentação. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Vol. 1, nº 1, jun. 2005.

BITTENCOURT, Armando de Senna. O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 3, n. 6, pp. 27-36, 2007. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/263>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BITTENCOURT, Armando de S. A interação entre Caxias e Inhaúma no Rio Paraguai. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 5, n. 9, pp. 23-29, 2009. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/298>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COELHO, Edmundo C. **Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CORBETT, Julian Stafford. **Some Principles of Maritime Power**. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2005. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/15076>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa**. 2ª Edição, Revista e Atualizada. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco F. M. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.) **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

ESTRE, Felipe B. O Dilema de Janus: Os Jovens Oficiais entre o Passado e o Futuro. In: KEPLAK, Hal. (Org.) **Formación y Educación Militar: Los Futuros Oficiales y la Democracia**. (E-Book) Buenos Aires: Resdal, pp.94-104, 2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Nossos Valores**. [2024?] Portal do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/o-exercito/valores-militares>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FAIRBAIRN, Arnaldo Hasselmann. A Dezembrada e a Marinha. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. nº 2, pp. 83-125, 1970. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1448>. Acesso em: 17 ago. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Questão da Ditadura**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. Editora SENAC. São Paulo, 2000.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos Estratégicos como Área do Conhecimento Científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, pp. 107-123, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26792/rbed.v2n2.2015.63090>. Acesso em: 26 mai. 2024.

FINER, Samuel Edward, **The Man on Horseback**. Londres: Pall Mall Press, 1962.

FLORES, Mário C. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: UNICAMP, 1992.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **DCA 11-45 - Concepção Estratégica Força Aérea**. 2018. Comando da Aeronáutica, Estado-Maior da Aeronáutica. Disponível em: https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/prestacaodecontas/DCA_11_45_2018_FAB_100.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Datas Comemorativas**. [2024?] Portal da Força Aérea Brasileira. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/datascomemorativas>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FORÇA NAVAL. **Glossário Militar-Naval**. Agência Marinha De Notícias, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/glossario-militar-naval#:~:text=For%C3%A7a%20Naval%20%E2%80%93%20Denomina%C3%A7%C3%A3o%20gen%C3%A9rica%20atribu%C3%ADda,destinado%20a%20realizar%20opera%C3%A7%C3%B5es%20navais>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FREYTAG-LORINGHOVEN, Hugo F. P. J. von, **O Poder da Personalidade na Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

GOFFMAN, E. As Características das Instituições Totais. In: _____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Editora Perspectivas. São Paulo, 1961. pp. 13-108.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. La Science Politique et les Trois Néo-Institutionnalismes *In: Revue Française de Science Politique*, v. 46, nº3-4, junho-agosto de 1997, p. 469-496. Paris: Presse de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1997_num_47_3_395192. Acesso em: 10 fev. 2023

HUNTINGTON, Samuel. **The Soldier and the State**. Cambridge: Belknap/Harvard Press, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, formas e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KEOHANE, R.O.; MARTIN, L.L. The Promise of Institutional Theory. **International Security**, junho de 1995, Vol. 20, issue 1, nº 39. Disponível em: doi:10.2307/2539214. Acesso em: 10 out. 2023.

LIEUWEN, Edwin. Militarismo e Política na América Latina. In: **Militarismo e Política na América Latina**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1964.

LOUREIRO, Marcello José Gomes; ALBUQUERQUE, Fernanda Deminici de. “Não havia um coração que não fosse presa dos mais desconhecidos sentimentos”: A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. V. 14, n. 27, pp. 58-72. 2018. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/articloe/view/650>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MARCH, James G.; SIMON, Herbert A. **Teoria das Organizações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. *In The American Political Science Review*, Setembro de 1984, vol. 78, Nº 3, pp. 734-749. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1961840>. Acesso em: 30 ago. 2023

MAHAN, Alfred M. **The influence of the Sea Power upon History**. University Press: Cambridge, 1890. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/13529>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MARINHA assinala hoje os 706 anos da sua criação formal, A. **Marinha**, Lisboa, 01 fev. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.marinha.pt/pt/media-center/Noticias/Paginas/A-Marinha-assinala-hoje-os-706-anos-da-sua-criacao-formal.aspx#:~:text=A%20Marinha%20mais%20antiga%20do,conferindo%20Dlh e%20um%20car%C3%A1ter%20permanente>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MARINHA. **História**. [2024?] Disponível em: <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/historia/servir-portugal/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MARINHA DO BRASIL. **Introdução à História Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

MARINHA DO BRASIL. **Datas Comemorativas**. [2024?] Portal da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/datas-comemorativas>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MARINHA DO BRASIL. **Missão e Visão de Futuro**. [2023?]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>>. Acesso em: 13 out. 2023.

MEDEIROS, Jorge Luiz M. **A Amazônia Azul e a Geopolítica Brasileira: A Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul**. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/29901>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MEIRELLES, Bolívar M.S. Ideologia na Educação Militar. *In*: BARBOSA, J.R. et Al. (Orgs.) **Militares e Política no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, pp. 135-188, 2018.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Guerra é Nossa: A Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOITA, Sandro Teixeira. **A Construção da Realeza: guerra e ascensão da nobreza guerreira na sociedade gótica (395-418)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=88683#. Acesso em: 15 fev. 2024.

NASCIMENTO, E. O. do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 1, p. 95–121, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1531>. Acesso em: 8 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ana A.P. **Profissionalização e Educação Militar: Um Estudo a Partir da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, 2015.

OLIVEIRA, Ana A.P. **As Ruas em Disputa: entre o Direito ao Protesto e a Perturbação da Ordem**. (Tese de Doutorado). São Paulo: UNESP/UNICAMP/USP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2019.

OLIVEIRA, Eliézer R. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. A vespa de Humaitá: a propaganda de guerra no periódico Cabichuí. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. V. 14, n 27, pp. 73-86, 2018. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/652>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PITARCH, José Luis. **El Honor y el Honor Militar**. Barcelona: Ediciones Grijaldo, S.A., 1984.

PUGLIA, Douglas Biagio. Pensamento Militar Brasileiro e Ação Política. In: Encontro Regional de História, 17, 2004, **Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XV/Douglas%20Biagio%20Puglia.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

RIZZA, Roberto. Néo-institutionnalisme sociologique et nouvelle sociologie économique : quelles relations ? **Revue Interventions économiques [Online]**, v. 38, 2008. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.292>. Acesso em: 23 fev. 2023.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (Org.). **Controle Civil sobre o Militares e Política de Defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SANTOS, Anderson de Rieti Santa Clara dos. A Batalha Naval do Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 11, n. 21, pp. 111-118 2015. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/565>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SCAFARDA, Levy. A Marinha no Final de uma Campanha Gloriosa: de Humaitá a Assunção. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. nº 2, pp. 3-42, 1970. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1445>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SCHEIN, Edgar. Chegando a uma nova consciência da cultura organizacional. **Sloan Management Review**, Cambridge, Volume 25, Número 2, pp. 3-16, Inverno 1984.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Bruna Moraes da. Da ideologia aristocrática à ideologia da pólis: o portar-se guerreiro entre texto e contexto. In: **Do Herói ao Cidadão: Uma análise comparada das representações sociais do Guerreiro entre Homero, Eurípides e Tucídides (Séculos VII e V a.c.)**. Tese (Doutorado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7777222#. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVA, Carlos André Lopes da. Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia. **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Vol. 14, nº 27, pp. 19-30 2018a. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/647>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SILVA, Fábio Baldez. **A Guerra na Era Viking: A cultura guerreira como elemento construtivo do poder e carisma do rei escandinavo (séculos X e XI)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6453492#. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVA, Francisco C.T.; LEÃO, Karl S.S. (Orgs.) **Por que a Guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens**. 1ª ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2018.

SMIRCICH, Linda. Concepts of Culture and Organizational Analysis. **Administrative Science Quarterly**, Organizational Culture, Setembro de 1983, Vol 28, nº 3, pp. 339-358. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2392246?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975

SUN-TZU. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A campanha naval na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai **Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 5, n. 9, pp. 9-13, 2009. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/296>. Acesso em: 17 ago. 2023.

WILSON, Peter H. Defining Military Culture. **The Journal of Military History**,

Philadelphia, Volume 72, Numero 1, pp. 11-41, January 2008. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/230540/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.